

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

*A entnoeducação: uma dimensão pedagógica para a
construção da identidade étnica afrodescendente no
litoral do pacífico colombiano
(1993-1999)*

Mestranda: Luz Esperanza Zúñiga Balanta

Recife / Brasil

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

*A etnoeducação: uma dimensão pedagógica para a
construção da identidade étnica afrodescendente no
litoral do pacífico colombiano*
(1993-1999)

Mestranda: Luz Esperanza Zúñiga Balanta

Orientadora: Prof. Dra. Judith C. Hoffnagel

Recife /Brasil
2000

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Antropologia junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação de Judith C. Hoffnagel.

A etnoeducação: uma dimensão pedagógica para a construção da identidade étnica afrodescendente no litoral do pacífico colombiano

Luz Esperanza Zúñiga Balanta

Recife/Brasil

2000

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL - CIDADE UNIVERSITÁRIA
CEP 50.670-901 - Recife - Pernambuco - Brasil
Reg. nº 8727 - 08/11/2000
Pam 611/NOVEMBRO 2000 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PE-00040362-3

cat. ecrus: 169143

IV.06

Zúñiga Balanta, Luz Esperanza

A etnoeducação : uma dimensão pedagógica para a construção da identidade étnica afro-descendente no litoral do pacífico colombiano / Luz Esperanza Zúñiga Balanta. – Recife : O Autor, 2000. 197 folhas : il., fig., tab., fotos, mapas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2000.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Etnoeducação - Colombia. 2. Governo colombiano - Organizações de base. 3. Colombia - História. 4. Afrodescendentes - Identidade étnica. I. Título.

39:37.014.5(861)
379.861

CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)

UFPE
BC2000-225

***A etnoeducação: uma dimensão pedagógica para a construção da
identidade étnica afrodescendente no litoral do pacífico colombiano***

Banca examinadora

.....

.....

.....

Recife
2000

In memoriam dos meus tios, Abrahan Rodriguez e Etelvina Zúñiga de Rodriguez. Sua presença nos meus primeiros dezoito anos foi fundamental. Eles, muito identificados com nossa cultura afrodescendente, souberam destacar sua rejeição ante qualquer ato de injustiça.

AGRADECIMIENTOS

No percurso da realização desta pesquisa, obtive a cooperação de muitas pessoas. Não obstante, vou permitir-me escrever meus agradecimentos a alguns dos que estiveram presentes no processo.

Às lideranças das organizações de base “COCOCAUCA” e da Federação de Organizações da Costa Caucana do Pacífico, pela disponibilidade em dar informações para este estudo. Especial agradecimento à coordenação do comitê de etnoeducação: Edith Luisa Torres, pelo interesse demonstrado neste estudo, na nossa troca de informações entre a Colômbia e o Brasil. A Orlando Pantoja, pela sua colaboração em dar informações necessárias; a Aura, na qualidade de secretária dessa organização, ela esteve muito atenta para me ajudar a resolver algumas de minhas dificuldades.

Ao professor Miguel Antônio Arrechea – Chefe de Núcleo educativo de Guapi e ao Professor Evangelista Mesa, coordenador geral da Federação e ao senhor Edison Albán, - secretário de Educação do município de Guapi, pela boa vontade ao dar informações requeridas.

Muito obrigada à professora Dra. Judith C. Hoffnagel, pelo seu empenho e disponibilidade para orientar este trabalho.

Dívida grande com a comunidade de Puerto Saija: alunos e Professores do Colégio Técnico Agrícola dessa comunidade pelo acolhimento e as informações dadas na pesquisa de campo.

Às Professoras: Maria de Fátima G. de Lucena, pela sua amizade e amabilidade. As nossas discussões mantidas na disciplina Serviço Social e Movimentos sociais, e muitas de suas apreciações foram fundamentais para a realização deste trabalho, sou-lhe muito grata. Da mesma forma, gostaria de agradecer à professora Silke Weber, a disciplina de Ideologia e Sociedade permitiu-me o encontro com outras leituras da realidade social contemporânea.

Ao mestrado de Antropologia: à coordenadora Maria do Carmo T. Brandão, pela sua gentileza e amabilidade para resolver situações administrativas, ao colocar os meios técnicos desse mestrado para facilitar minha permanência no Brasil. Merecem menção especial os nomes de Ana e Regina, (secretária e recepcionista), obrigada pela sua atenção e colaboração. Também agradeço aos professores deste mestrado pelas informações oferecidas.

Gostaria de agradecer aos professores: Edvânia Torres Aguiar Gomes, pelo seu jeito sempre amável e gentil, pelas suas palavras de animo nos momentos difíceis, sua colaboração foi muito importante nas últimas etapas da realização deste trabalho. O Prof. Antônio Roazzi, pela sua amizade. Eles colocaram à minha disposição todos os recursos disponíveis nas suas salas de estudo. Acho que nesses lugares me senti verdadeiramente a vontade.

Agradeço também a meus amigos Brasileiros: especialmente a Maria do Socorro V. de Albuquerque, pela sua amizade franca e honesta, senti a sua solidariedade em cada momento de minha permanência no Brasil.

A minhas companheiras de Mestrado, Vera da Silva e Rita Brandão, pela sua amizade e colaboração. Foram muitas as atenções recebidas da sua parte em minha passagem pelo Brasil.

À senhora Fátima Martins por me abrir as portas de seu lar, foi muito agradável ter conhecido e partilhado com sua família. A Lucimar da Silva e Lidia Cunha pelo apreço e carinho. Da mesma forma agradeço a amabilidade do Professor Enrique Cunha, pelas sugestões de textos sobre nossa cultura afrodescendente.

À família de Souza Melo, lá na Várzea. Pelo trato, sempre amáveis, pela sinceridade como recebem as pessoas de outros lugares, junto com eles sempre tive força para voltar a encarar meu trabalho.

Em meu passagem pelo Brasil, a partilha de experiência com algumas pessoas estrangeiras foi muito especial: dou meus sinceros agradecimentos a meus amigos mexicanos; Filemón, a sua esposa Demetria e seu filho Cuixtlauc, pelos momentos partilhados no Recife. Agradeço a meu amigo Jean Anil Louis Justé pela sua amizade, suas explicações sobre diversas áreas de estudo e especialmente de sua experiência como professor no Haiti. Também agradeço a Babacá e Lázara pela sua amizade, com eles fiz alguns descobrimentos a respeito de costumes similares entre os povos, cubano, Senegalés e afrocolombiano.

Gostaria de mencionar Dinha, uma pessoa muito especial, ela, ajudou-me a conhecer parte da geografia nordestina, partilhamos o gosto pela música. Foram estes, momentos realmente agradáveis no Brasil.

Este espaço dedico a meus amigos colombianos: à Aura González, pela sua amizade, por ter-me inserido no seu círculo de amizades, na partilha com todo esse grupo de amigos e amigas nasceu meu desejo de realizar este mestrado. Desejo a ela de coração muitos êxitos na realização de seu doutorado, para ela é esta uma grande oportunidade de crescimento pessoal, em meio a tantas lutas. Sou-lhe muito grata.

Grande apreço e afeto pela Patricia e por seu esposo Aparicio, foi muito agradável a convivência com eles no Recife. Da mesma forma, tenho uma grande dívida com Luz Marina Arrechea, minha prima, sua ajuda foi muito importante lá na Colômbia para dar solução às diversas situações que surgiram, durante a minha permanência no Brasil. À professora Yenny Ruby Reina, pela sua ajuda ao atender meus pedidos desde o Brasil. A Feliciano Montaña pela sua amizade e apoio nas primeiras etapas deste trabalho.

Agradeço a meus amigos, Alberto Gaona Puerta, Jesus Alberto Valdés, da fundação Habla/Scribe de Cali, pelas informações e conversações mantidas a respeito da educação no Litoral do Pacífico.

Nos meus últimos dias no Recife, sou muito grata à partilha de moradia com Eliana, Flávio e Nil.

Agradeço o carinho de meus sobrinhos: Yerney, pelas suas cartas, elas foram uma força constante para animar meus dias no Recife. A Eduard, Yermi e aos pequenos Yadira e Nelsinho, eu sei quanto perguntam pela sua tia.

Uma grande gratidão pelos meus pais: José Ranúlfo Zúñiga Arrechea e Donha Florentina Balanta, sua força e apoio foram incondicionais para realizar este trabalho.

Minha gratidão é muito grande com o povo Brasileiro por ter-me dado a oportunidade de fazer este mestrado. Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro para poder realizar o meu trabalho.

Resumo

A mudança Constitucional colombiana do ano 1991 contemplou o direito aos grupos étnicos de ter uma educação diferenciada. Diante da implementação da política etnoeducativa, estabeleceu-se a *parceria* do governo junto aos grupos indígenas e afrocolombianos, visando a participação das organizações de base nesse processo.

A política de etnoeducação inserida no processo nomeado de comunidades negras que surge a partir da Lei 70/93, viabiliza reformas operadas no sistema educativo. Essas reformas nas políticas públicas estão associadas com mudanças direcionadas à implantação das políticas neoliberais no país, cuja gênese está nas tendências globalizantes do Capital.

Neste estudo a análise se centrará nas possibilidades de reprodução da cultura afrodescendente no processo da implementação da política etnoeducativa. A cultura aqui é entendida como prática, a qual se inscreve junto a outras esferas da vida social. Parte-se do pressuposto que na implementação da política etnoeducativa em comunidades afrodescendentes, reproduzem-se padrões da educação tradicional, sem maior compromisso com as reivindicações feitas por estas populações.

O trabalho tem como objetivo: analisar as contradições entre os conteúdos da política de etnoeducação e a concretização da mesma nas práticas locais. Assim, se identificará como se vem executando o processo de implementação da etnoeducação, através da análise das práticas pedagógicas realizadas nas comunidades. Para tanto, parte-se da experiência do Colégio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija.

Esta pesquisa teve como sujeitos de estudo as populações afrodescendentes que habitam nas comunidades de Guapi e Timbiquí no Litoral do Pacífico Caucano. Foram utilizadas as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos membros das organizações de base; observação participante das reuniões e atividades etnoeducativas encaminhadas pelas organizações e pelas instituições governamentais; conversações informais com pessoas dessas comunidades: professores, alunos, administradores da educação e revisão da documentação produzida pelo governo para o atendimento da política etnoeducativa.

As categorias de análise utilizadas foram: Etnoeducação, Estado, Afrodescendência e Participação.

Os resultados da pesquisa apontam as contradições entre o discurso referido à etnoeducação contido nas leis e sua implementação nas práticas locais. Considerou-se que o papel das organizações de base neste processo esteve submetido aos direcionamentos do governo, pois na verdade, ele só visava legitimar a sua intervenção através do consenso construído com as comunidades.

Neste contexto, conclui-se que as relações estabelecidas entre o governo e as organizações de base para a implementação da etnoeducação evidenciam a luta entre dois projetos: um que representa os anseios dos afrodescendentes e o outro, que comporta os direcionamentos de um governo comprometido com o neoliberalismo. Este último tem se sobreposto ao primeiro. Assim, tem delegado a realização de atividades próprias de governo às organizações de base. Finalmente, conclui-se que a política etnoeducativa definida e implementada para as comunidades afrodescendentes vem se constituindo numa prática de legitimação dos interesses dominantes.

Resumen

La mudanza constitucional colombiana del año de 1991, consideró el derecho de los grupos étnicos a tener una educación diferenciada. Delante de la implementación de la política etnoeducativa, se establece el acompañamiento del gobierno a los grupos indígenas y afrocolombianos, objetivando la participación de las organizaciones de base en el proceso.

La política de etnoeducación contemplada en el proceso conocido de “Comunidades Negras” que se genera a partir de la Lei 70/93, viabiliza reformas operadas en el sistema educativo. Esas reformas en las políticas públicas, están relacionadas con las reformas que genera la implantación de las políticas neoliberales en el país, cuya génesis está en las tendencias globalizantes del capital.

En este estudio, el centro de análisis son las posibilidades para la reproducción de la cultura en el proceso de implementación de la política etnoeducativa. La cultura aquí es entendida como práctica, la cual se inscribe junto con otras esferas de la vida social. Se parte del presupuesto que en la implementación de la política etnoeducativa con comunidades afrodescendientes, se reproducen patrones de la educación tradicional, sin tener mayor compromiso con las reivindicaciones hechas por estas poblaciones.

El trabajo tiene como objetivo: analizar las contradicciones entre los contenidos de la política de etnoeducación y la concretización de la misma en las prácticas locales. Desta manera, se identificará cómo se viene ejecutando el proceso de implementación de la etnoeducación, a través del análisis de las prácticas pedagógicas realizadas en las comunidades. En este sentido, se parte de la experiencia del Colegio Etnoeducación Técnico Agrícola de Puerto Saija.

Esta investigación tuvo como sujetos de estudio las poblaciones afrodescendientes que habitan en las comunidades de Guapi y Timbiquí, en el Litoral del Pacífico Caucaño. Para la recolección de los datos, fueron utilizadas las siguientes técnicas: entrevistas semi-estructuradas dirigidas a los miembros de las organizaciones de base; observación participante de las reuniones y actividades etnoeducativas encaminadas por las organizaciones y por las instituciones gubernamentales; conversaciones informales con personas de estas comunidades: profesores, alumnos, administradores de la educación y revisión de la documentación producida por el gobierno para el atendimento de la política etnoeducativa.

Las categorías de análisis utilizadas, fueron: Etnoeducación, Estado, Afrodescendencia y Participación.

Los resultados de la investigación identifican contradicciones entre el discurso referido a la etnoeducación contenido en las leyes y su implementación en las prácticas locales. Se consideró que el papel de las organizaciones de base en este proceso estuvo sometido a los direccionamientos del gobierno, pues en la verdade, él solamente buscaba legitimar su intervención a través del consenso construido con las comunidades.

En este contexto, se concluye que las relaciones establecidas entre el gobierno y las organizaciones de base para la implementación de la etnoeducación evidencian la lucha entre dos proyectos: uno que representa las expectativas de los afrodescendientes y el otro, que representa los direccionamientos de un gobierno comprometido con el neoliberalismo. Este último se viene sobreponiendo al primero. Así, viene delegando la realización de actividades propias del gobierno, a las organizaciones de base. Finalmente se concluye que la política etnoeducativa definida e implementada para las comunidades afrodescendientes, se viene constituyendo en una práctica de legitimación de los intereses dominantes.

SUMÁRIO

Dedicatória	4
Agradecimentos	5
Resumo	7
Resumen	8
LISTA DE MAPAS E FIGURAS	11
LISTA DE FOTOS	12
LISTA DE ANEXOS E TABELAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	16
1.Problematização	16
2.Questões de Método	21
CAPITULO I . AFRODESCENDENTES E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA COLÔMBIA	27
1.1. Caraterização das comunidades de Guapi e Timbiquí	27
1.1.1. Aspectos sócio-econômico	29
1.1.2 Dinâmica Política: Formas de Governo e Mecanismos de Participação	32
1.1.3. Organização social	33
1.2. Afrodescendentes e a Sociedade colombiana	39
1.3. A política educacional	45
1.4. As políticas culturais na Colômbia	54
1.4.1. A Cultura: algumas de suas expressões no litoral do Pacífico caucano	65

CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZANDO AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES DO LITORAL DO PACÍFICO	74
2.1 História das comunidades afrodescendentes na Colômbia	74
1.1.1 Povoamento afrodescendente no Litoral do Pacífico	86
2.1.2. Importância do Litoral do Pacífico no contexto da sociedade colombiana	89
2.2. A Colômbia : sua Geografia	93
2.2.1 Contexto Histórico	96
2.2.2 A questão socio política	98
2.2.3 A questão econômica	102
CAPITULO III - A ETNOEDUCAÇÃO NA COLÔMBIA	107
3.1. Uma proposta de educação diferenciada para grupos étnicos	107
3.2. Participação e política etnoeducativa	116
CAPÍTULO IV. A ETNOEDUCAÇÃO E AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES DE GUAPI E TIMBIQUÍ	136
4.1 Governo e Sociedade Civil	136
4.2. As Organizações de Base enquanto expressão dos Interesses Coletivos.	146
4.3. As práticas de etnoeducação das organizações de base	159
4.4. A Experiência do Colégio Etnoeducativo Técnico - agrícola de Puerto Saija.	166
CONCLUSÕES	173
Anexos	179
Bibliografia	193
Bibliografia Específica	197

LISTA DE MAPAS

MAPA		PÁGINA
1	Zona definida como Chocó Biogeográfico no litoral do Pacífico	90
2	Localização da Colômbia na América do Sul	94
3	Localização do litoral pacífico na Colômbia e destaque da região da pesquisa no Estado do Cauca.	94
4	O Estado do Cauca e seus limites	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA		PÁGINA
1	“Corporação Costa Cuacana – COCOCAUCA –” Estrutura organizativa (1999)	125
2	Estrutura Organizativa interna de “COCOCAUCA”	150
3	Projeto de Vida Afrocolombiano	165

LISTA DE FOTOS

FOTO		PÁGINA
1	Destruição de extensões de terra pela exploração na mineração	56
2	Festa de Santo Antônio com os “Mayordomos” do Santo em Saija	67
3	Rito Mortuário na comunidade de Puerto Saija (Município de Timbiquí).	71
4	Representantes da Comissão Pedagógica com delegados do Ministério da Educação em Guapi.	148
5	Trabalho de Capacitação com lideranças comunitárias no Município de Guapi.	160
6	Trabalho de Capacitação com lideranças comunitárias no Município de Guapi.	160
7	Colégio Etnoeducativo na Comunidade de Puerto Saija.	167
8	Práticas culturais na semana de intercâmbio de estabelecimentos educativos no Município de Timbiquí.	168
9	As práticas etnoeducativas: trabalho em oficina de carpintaria	168

LISTA DE ANEXOS

ANEXO	PÁGINA
I Lei 70/1993	179
II Roteiro das entrevistas semi-estruturadas e guia de observação/eventos	186

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁGINA
1 PIB por ramo de atividade económica na Colômbia (1997)	105
2 Dívida externa a médio e longo prazo COLOMBIA (1999)	106

ABREVIATURAS E SIGLAS

ASOPALMA	Asociación de Agricultores de Palma Africana
ASOCONEGUA	Asociación de las Comunidades negras de Guapi
ASODEGUA	Asociación para el desarrollo del Rio Guajui
ASOPESCALI	Asociación de Pescadores de Puerto Cali
ASOPOMY	Asociación Popular del Rio Micay
ASOPRODESA	Asociación pro-Desarrollo del Rio Saija
ASOREMY	Asociación del Rio Micay
CENASEL	Centro Educativo Nacional y de Asesorias Socio-económicas y laborales
CEPAL	Comisión Económica para América Latina
CESU	Consejo Nacional de Educación Superior
CINEP	Centro de Investigación y de Educación Popular
COCOCAUCA	Coordinación Costa Caucana de comunidades Negras
CONPES	Consejo de Política Económica y Social
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DNP	Departamento Nacional de Planeación
DOIP	Decreto Orgánico de Instrucción Pública
DRI	Desarrollo Rural Integrado
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

FIS	Fondo de Inversión Social
ICAN	Instituto de Investigaciones Culturales y Antropológicas
ICETEX	Instituto Colombiano de Fomento a Créditos Educativos y Estudios Técnicos en el Exterior
IDH	Índice de Desarrollo Humano
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
INCORA	Instituto Nacional de Reforma Agraria
JUDE	Juntas Educativas Municipales
JUME	Juntas Educativas Departamentales
JUMPRO	Juventud Unida para el progreso
M19	Movimiento 19 de Abril
MEN	Ministerio de Educación Nacional
OCN	Organización de Comunidades Negras
PAE	Plan de Apertura Educativa
PBPP	Programa Banco Interamericano de Desarrollo – Plan Pacífico
PEIS	Proyectos Educativos Institucionales
PEM	Plan Educativo Municipal
PLAIDECOP	Plan Integral para la Costa pacífica
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores

INTRODUÇÃO

1. PROBLEMATIZAÇÃO

Na Colômbia, a partir da implantação da Assembléia Nacional Constituinte em 1991, iniciou-se um processo de debate sobre a vida política do país. Um aspecto importante a ser ressaltado, é que o debate acerca dos direitos das comunidades afrodescendentes foi intermediado pelos movimentos sociais indígenas, então mais bem estruturados em suas lutas.

A atuação das organizações de base como representantes das comunidades, se fundamenta na luta pela participação na tomada de decisões. Sua incursão nesse clima de manobras políticas, as coloca pela primeira vez num espaço de discussões e negociações com representantes das instituições do governo na procura da efetivação dos direitos demarcados na política educativa.

Não obstante, observa-se que a participação e compromisso do governo, se reduzem à formulação das leis e dos decretos, fiéis ao manejo demagógico e clientelista da política de *descentralização e autonomia*. No entanto, fica invisível o imperativo que demanda a definição da política: a globalização e a modernização do país e suas regiões, participando em sistemas de mercado “flexíveis”. Eis a razão para exigir da educação seu papel no engajamento com os interesses do mercado.

No percurso da construção deste processo, pode-se observar que os representantes do governo terminaram delegando a implementação da etnoeducação às comunidades e suas organizações. Isto se efetivou a partir da alocação de verbas públicas e da regulamentação dos organismos institucionais. Na prática, evidenciou-se a procura da institucionalização da dinâmica de mobilização comunitária, mediada pela exigência da delimitação de tempos curtos para o avanço no cumprimento de metas quantitativas (seminários, cursos, debates, elaboração

de documentos, etc.). Por outro lado, ocorreu a colocação de alguns membros das lideranças, em cargos ligados à burocracia estatal. Esta estratégia, está associada a falta de vontade política para apoiar a etnoeducação e também isto revela uma atitude tendente à utilização das organizações de base para a formação de consenso, mediante a legitimação das políticas de governo.

Observa-se ainda que, na Colômbia, a educação desde seu início tem sido influenciada a desenvolver modelos pedagógicos esboçados noutros contextos socioculturais¹. Reconhecemos que esses modelos educativos nascem articulados aos requerimentos de políticas macro-econômicas de desenvolvimento, dirigidas à homogeneização cultural das massas populacionais. Assistimos a uma educação que *não ensina nem permite pensar*, e que por sua vez reforça a visão de mundo da classe dominante². Conforme essa posição, a educação colombiana é descontextualizada da realidade social e cultural da maioria de seus habitantes.

Assim, SANTOS (1997:34) afirma que “ não é à toa que as palavras de ordem do presente periodo são a fluidez e a competitividade, estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda”.

Nesta perspectiva, é importante salientar o fato de se tentar implementar uma educação diferenciada, quando o país se defronta com um clima de tensões e conflitos sociais e políticos. Esses conflitos, em verdade, sequer são suficientemente compreendidos pela maioria da população. Na realidade, as forças políticas em choque, obscurecem a gênese da guerra civil: a desigualdade social colombiana.

¹ En nuestro medio educativo colombiano, no há existido una pedagogía nacional ni en sus modelos educativos, ni en los discursos que hablan de la educación, ni sus prácticas y métodos de enseñanza, ni en las relaciones de la educación con la cultura y la política. De esta realidad no escapa la escuela activa, identificada con el pensamiento liberal de los años 30. Su ideario civilizador en el fondo era una educación domesticadora. Ello explica el autoritarismo, el dogmatismo, la intolerancia, el individualismo improductivo y sectario que recorre nuestras aulas y la sociedad. ZULETA (95: 115-117)

² Un ejemplo es que en el bachillerato, desde el punto de vista histórico, no se enseña como se dan los acontecimientos, que es lo que verdaderamente interesa a los estudiantes de secundaria recién iniciados en el estudio de la historia de su país. Poco se dice sobre el tipo de sociedad de la época; cómo vivían los indios, los negros, los criollos, la nobleza; el tipo de tensiones y rivalidades que existían entre la nobleza terrateniente criolla y la corona española; los conflictos sociales entre las distintas clases y grupos....no se enseña cuál era el problema realmente: cuál era el sentido de las luchas de independencia; cuál era el dilema del país. ZULETA (1995: 16-17)

O interesse principal do governo é priorizar a “indústria da guerra”. Desse modo, em tempos de globalização e enfoques neoliberais, ocorre na Colômbia o crescimento da lógica de mercado máximo e Estado mínimo. Daí a educação ser utilizada como andaime para conseguir a participação do povo na implementação de políticas públicas, no caminho da instalação da privatização e desmonte do Estado. Enfim, esses são os direcionamentos da política neoliberal imposta na Colômbia, a partir de 1990.

A disputa pelo poder econômico, político e social entre as diferentes classes, remete a análise para o problema das relações sócio – raciais. Ou seja, a respeito do uso e abuso que historicamente se têm efetuado em relação aos segmentos considerados minoritários, como a cultura afrodescendente na Colômbia.

No contexto deste estudo, entende-se por afrodescendente todos os indivíduos e grupos descendentes de africanos que habitam a Colômbia. Essa expressão tornou-se sinônima de “negro”, em especial, a partir do momento histórico em que se instituiu um aparelhamento jurídico institucional, na década de 90. A reivindicação dos direitos da população afrodescendente tem sido atendida de forma fragmentária, conferindo-lhe pouca importância. Este fato reforça a manutenção do preconceito e a discriminação racial, sob o ideário da construção do individualismo na sociedade.

As práticas discriminatórias e o racismo camuflados são instrumentos de manipulação para desvalorizar a cultura afrocolombiana. A definição enquanto “população marginal” impede o acesso a condições dignas de vida. Essas estratégias de dominação procuram invisibilizar a cultura afrodescendente, reduzindo-a ao nível mais baixo das hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que se mitificam os valores da etnia branca como sendo superiores e positivos para qualquer grupo humano³.

³ Desde la óptica del poder, los negros aparecen como pobres, marginales, ignorantes, a pesar del esfuerzo hecho por los misioneros para “conscientizarlos” y de la escuela que logró tender un puente entre la sociedad nacional y la mayoría negra. Más allá del poder local, en los centros de decisiones del mundo, el capital se prepara para una nueva conquista. Hoy como hace quinientos años, los herederos de los españoles y sus aliados en los países industrializados afilan sus garras contra los que

Na procura de reconhecimento social e político, alguns grupos afrodescendentes assumem atitudes de resistência, adotam outros costumes culturais. Quer dizer, adquirem posturas semelhantes aos brancos (se branqueiam) para misturar-se com a maioria cultural, sofrendo assim, a perda da sua identidade⁴. Desta forma, legitimam relações sociais desiguais. A busca de reconhecimento social leva a atitudes de concorrência individual, na tentativa de destacar-se nos domínios profissionais ou, tomando parte em movimentos políticos e sociais que visam construir novas identidades, na procura de seu espaço social.

É relevante observar ainda que o espaço territorial do Litoral do Pacífico, menosprezado por ser ocupado por negros e índios, nos últimos tempos é alvo de interesses econômicos e políticos⁵. Nessa perspectiva, o governo colombiano, tem voltado sua atenção para a região, com o propósito de “modernizá-la”. Isto quer dizer, colocá-la a serviço do progresso técnico em consonância com as decisões do grande capital. Assim sendo, são desconsiderados, os direitos sobre o território, consagrados nas leis constitucionais. Concorda-se com SANTOS (1997: 57) que “como os diversos subespaços são chamados a participar de trocas no nível mundial, o mapa do mundo está à procura de um equilíbrio e de uma divisão que, em cada caso, leve em conta, ao mesmo tempo, as aspirações das coletividades e sua necessidade de participar na vida mundial”.

Pode-se dizer que a etnoeducação faz parte das políticas públicas colocadas como uma peça de xadrez , num processo de negociação para estabelecer e legitimar as relações entre o governo e as forças capitalistas internacionais. E desse modo, as demandas dos grupos

siempre han ocupado la base de la pirámide social: la sociedad afropacífica, la emberá, la kuna, la wuaunana y la awá. OLARTE (1996: 62).

⁴ El blanqueamiento y la ideología racial del blanco crean también capas de mas o menos negros o mas o menos blancos que reflejan la pérdida de la identidad cultural en estos grupos. Puede decirse, sin embargo, que aún conservan un manejo territorial, poseen sus fincas y mantienen sus relaciones de parientes, que expectan los acontecimientos cotidianos y ajustan sus comportamientos y sus estrategias al veloz devenir de los hechos. OLARTE (1996:60).

⁵ As terras do Litoral do Pacífico, ainda não tem sido exploradas nos recursos do subsolo, o solo ainda é provedor de materias primas e o oceano é fonte rica para a pesca e para a extração de minerais. A localização geográfica do Litoral do Pacífico, permite a construção de um canal interoceânico, alterno ao contruído no Panamá. A sua posição frente ao novo polo do poder econômico, como é o Japão, determina que a região do Pacífico se converta em zona chave para a exportação de materias primas desde o interior da região. OLARTE (1996: 63)

majoritários são incorporadas no discurso, na tentativa de se construir hegemonia, obter legitimidade e esvaziar conflitos.

Desta forma, este estudo tem como questão central: Quais as relações e estratégias que se colocam em cena na implementação da política etnoeducativa, com a participação do governo e da sociedade civil?

Neste contexto, serão analisadas as possibilidades para a reprodução da cultura afrodescendente nos processos de implementação da política etnoeducativa.

A sociedade civil está aqui representada pelas organizações “Cordinación Costa Caucana de Comunidades Negras –COCOCAUCA-”, a “Federación de Organizaciones da Costa Caucana del Pacifico” e a experiência educativa do “Colegio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija” (Município de Timbiquí), partindo desde seu início no ano de 1993.

Neste processo, procurou-se destacar as contradições na dialética entre os conteúdos da política de etnoeducação e a concretização da mesma nas práticas locais. Foram estabelecidas articulações entre a concepção da *Etnoeducação* como educação diferenciada e a *identidade étnica e cultural* referente ao simbólico coletivo e sua mediação nos processos de construção de condições reais de sobrevivência.

Tem-se como enfoque a identidade étnico-cultural e sua dinâmica de transformações marcada pela racionalidade espaço-tempo, como um valor que se constrói através de um processo de formação reflexiva que saliente o sujeito, possibilitando o encontro do ser humano com sua própria diferença que lhe permite a relação com os outros.

Concorda-se com MUNANGA (1995:66-7) que,

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através de seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio... a identidade e o racismo não são fenômenos estáticos. Eles se renovam, se restauram e mudam de fisionomia, de acordo com a evolução das sociedade, das conjunturas históricas e dos interesses dos grupos.

Assim, esta pesquisa sustentará a hipótese de que, na implementação da política etnoeducativa junto às comunidades afrodescendentes do Litoral do Pacífico Caucano na

Colômbia, se vem reproduzindo a estrutura pedagógica da educação tradicional, entendida esta, como uma educação descontextualizada da realidade local comunitária, o que impede a criação de condições para o fortalecimento da identidade cultural afrodescendente.

De acordo com QUINTAS (1995:9):

Nenhuma conquista se alcança de graça. Os questionamentos devem começar pela reformulação dos processos educacionais, ainda distantes de uma humana concepção pedagógica. Percorrendo uma socialização preconceituosa, a individualidade do negro se compromete através de modelos estereotipados e pouco valorizados pela sociedade como um todo. Os princípios introjetados distorcem os pressupostos básicos da identidade e refletem o retrato desfocado de rostos há muito aviltados por supostas diferenças epidérmicas.

O trabalho de implementação da etnoeducação junto a comunidades afrodescendentes no Litoral do Pacífico Caucano começa a desenvolver-se a partir do ano 1993. Um dos propósitos desta Dissertação é examinar como se vem executando esse processo de implementação, através da análise das práticas pedagógicas realizadas nas comunidades⁶ e tomando como referência importante, a experiência do Colégio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija (Timbiquí).

A etnoeducação nasce como política de Estado que no discurso afirma dever esta ser socializada no âmbito da sociedade colombiana. Portanto, nos interessa mostrar a participação do governo com referência à política etnoeducativa, bem como a dinâmica das relações estabelecidas entre o governo e as organizações de base afrodescendentes, para viabilizar a etnoeducação junto às comunidades.

2. QUESTÕES DE MÉTODO

Este trabalho insere-se no contexto da identidade étnica afrodescendente no Litoral do Pacífico Colombiano. Trata-se de um estudo de caso, no qual se faz um recorte espacial dentro

⁶ Considera-se como prática pedagógica, o trabalho de capacitação que realizam as lideranças das organizações de base afrodescendentes, visando sensibilizar à população para a apropriação da lei 70 ou lei de Comunidades Negras. Esta prática, se orienta através de cursos, seminários, escritórios e por meio de experiências agrícolas que se vem desenvolvendo junto às comunidades.

do Litoral do Pacífico considerando duas comunidades da cultura afrodescendente: Guapi e Timbiquí.

A seleção das unidades de pesquisa obedeceu aos seguintes critérios:

- A experiência da autora como docente em ambas as comunidades.
- A inserção destas comunidades no processo etnoeducativo, a partir do ano de 1993.

A educação para grupos étnicos, estabelecida desde o ano de 1976, foi respaldada pela Constituição de 1991, motivada pelas pressões das políticas de reestruturação produtiva que irrompem a partir da crise do capitalismo, pelo empenho das organizações afrodescendentes e outros setores populacionais como são as comunidades indígenas, visando uma efetiva concretização desse direito.

Para alcançar os objetivos propostos procurou-se articular idéias de cunho mais aproximativos à realidade particular dos afrodescendentes do Litoral do Pacífico Colombiano. Entendendo essa particularidade, vinculada aos processos político, econômico, social e cultural que se articulam aos contextos internacionais e nacionais. Essas associações nos permitem vislumbrar contradições sociais que caracterizam o processo de implementação da etnoeducação.

Os delineamentos teóricos centraram-se na conceitualização de algumas categorias: Estado, etnoeducação, afrodescendência e participação.

O trabalho teve como sujeitos da pesquisa representantes da população afrodescendente das comunidades de Guapi e Timbiquí. Neste sentido, a coleta de informações na pesquisa de campo, foi realizada a partir do contato com as lideranças da organização COCOCAUCA e com membros da *Federación de Organizaciones Negras de la Costa Caucana*, ambas sediadas em Guapi.

Com as organizações, realizou-se um roteiro de entrevistas, dividindo-se as perguntas em três blocos: sobre etnoeducação; a respeito da relação entre o governo e as organizações de

base afrodescendentes e, sobre as práticas pedagógicas. Os sujeitos escolhidos, foram 7 pessoas pertencentes a três organizações adscritas a COCOCAUCA: 3 membros da JUMPRO, 2 representantes da COOPMUJERES e 2 membros da ASOPALMA. Da mesma forma entrevistaram-se 4 pessoas pertencentes à *Federación de Organizaciones Negras de la Costa Caucana*: 2 membros do comitê central de base localizado no Município de Timbiquí e, 2 representantes da organização ASOCONEGUA.

Também foram entrevistados 12 professores e 32 alunos do Colégio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija. Com os professores do colégio Etnoeducativo trabalhou-se o seguinte roteiro de perguntas: sobre etnoeducação; práticas etnoeducativas e, das relações entre o Colégio e as Instituições governamentais. Os alunos, além de responderem o mesmo questionário realizado aos docentes, também foram consultados sobre a importância da formação etnoeducativa.

Com as lideranças organizacionais de COCOCAUCA e da Federación, foram feitos contatos para observação de reuniões nos seus locais de trabalho. Além disto, participou-se de reuniões com líderes de outras organizações e com membros do Instituto de Investigações Ambientais do Pacífico.

Através da coordenação COCOCAUCA, pôde-se realizar uma pesquisa documental em busca de dados referentes a cursos, seminários nacionais, decretos e leis referentes à etnoeducação.

A observação de atividades realizadas pelas organizações sociais de Guapi, Juventud Unida para el Progreso - JUMPRO e a Asociación de Comunidades Negras de Guapi-ASOCONEGUA junto às comunidades e outras realizadas pelo comitê de etnoeducação, foram importantes para fundamentar esta pesquisa. Assim, foram acompanhadas as reuniões, o planejamento de cursos.

Por outro lado, em Guapi foram entrevistados os coordenadores de comitês adscritos a essas organizações⁷ e pessoas representativas da educação no nível local, como o chefe do núcleo educativo do Município de Guapi e o secretário da educação municipal. Assim, eles atenderam ao mesmo questionamento realizado aos membros das organizações de base.

Com os alunos do Colégio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija, foram realizadas reuniões e conversações em salas de aula, sobretudo porque nem todos moravam no setor.

Com os docentes, utilizou-se a técnica de grupo focal, no qual os mesmos apresentaram as atividades etnoeducativas realizadas, bem como a concepção de etnoeducação adotada. Desta forma, foram discutidas questões como: o programa de estudo, os planos futuros, a participação das instituições do governo na implementação da etnoeducação e as limitações existentes para a execução de uma proposta diferenciada na região.

A escolha deste centro educativo como amostra foi intencional, posto que nele se iniciou a primeira experiência etnoeducativa no Litoral do Pacífico Caucano, no ano de 1993. Portanto, era importante observar e mapear as práticas etnoeducativas que nele se desenvolvem.

Foram entrevistadas também algumas pessoas da comunidade de Puerto Saija, com o propósito de saber a importância que tem para estes a formação etnoeducativa e os interesses e aspirações que suscita essa proposta. Neste processo, alguns membros das lideranças organizacionais de ASOPRODESA foram indagados a respeito do conceito que eles têm sobre etnoeducação, sobre prática pedagógica, as estratégias desenvolvidas na sua implementação e os recursos humanos importantes nesse processo. – Vide anexo n.º II -

Finalmente, realizou-se uma revisão dos documentos produzidos pelo governo entre 1993-1999, bem como dos conteúdos das leis conhecidas pelas organizações de base na perspectiva da implementação da etnoeducação. – Vide anexo n.º I: Lei 70/93 -

⁷ Os comitês pedagógico e de etnoeducação, são adscritos à organização "COCOCAUCA" e o Comitê Central de base de Timbiquí está afiliado à "Federação de Organizações de la Costa caucana del Pacífico". Para esta pesquisa, foram entrevistados

O presente trabalho foi estruturado em quatro (4) capítulos.

Capítulo I - *Afrodescendentes e a Política Educacional na Colômbia* - analisou-se a política de educação na Colômbia, sua trajetória e os interesses que se vinculam às transformações do sistema educativo. Nesta seção, se refletiu a respeito da valoração da cultura afrodescendente no contexto da sociedade colombiana. Ou seja, foram enfocadas as formas de rejeição em relação aos afrodescendentes percebidas nos diversos espaços de interação social. Enfoque este que deve ser feito especialmente na direção do fortalecimento da cultura afrocolombiana.

No capítulo II - *Contextualizando as Comunidades Afrodescendentes do Litoral do Pacífico* - Destaca-se assim, a história das comunidades afrodescendentes no Litoral do Pacífico, a origem étnico africana atribuída aos afrocolombianos, do povoamento da população afrodescendente no Litoral do Pacífico Caucano e sua localização nesse espaço territorial, bem como a organização social, dinâmica política.

Apresenta-se uma resenha geográfica, histórica, política, econômica e sociocultural da Colômbia; a caracterização das comunidades de Guapi e Timbiquí, população na qual se insere este estudo.

O capítulo III - *A Etnoeducação na Colômbia* - contém, uma proposta de educação diferenciada para grupos étnicos, mostra a maneira como é conceitualizada a educação para grupos étnicos nos marcos legais colombianos. Por fim, problematizou-se a respeito das relações que se constroem entre o governo e as organizações afrodescendentes para a implementação da política etnoeducativa.

No capítulo IV - *A Etnoeducação e as Comunidades Afrodescendentes de Guapi e Timbiquí* - foram analisadas as práticas pedagógicas etnoeducativas que vêm sendo realizadas nas comunidades afrodescendentes sediadas nos municípios de Guapi e Timbiquí. Neste sentido, procurou-se refletir sobre as instâncias de intermediação geradas na parceria governo-sociedade civil, enquanto multiplicação de micro-poderes para a implementação da política

etnoeducativa; as organizações sociais e seus componentes enquanto expressões dos interesses coletivos para implementar a etnoeducação.

De igual forma, abordou-se as práticas etnoeducativas realizadas pelas organizações quanto às possibilidades de contribuir para o fortalecimento da identidade étnica e da reprodução da cultura afrodescendente. É de especial consideração neste estudo, mostrar o trabalho etnoeducativo levado adiante no Colégio de Puerto Saija. Este último é considerado, nos níveis institucional e organizacional, como a primeira experiência do gênero realizada na costa Pacífica Caucana.

Nas considerações finais, foram feitas algumas reflexões ao respeito da política etnoeducativa, no sentido de mostrar que na implementação desse processo, mediado pela participação do governo e as organizações de base não se configuram possibilidades para o fortalecimento de processos etnoeducativos significativos que valorizem e reproduzam a cultura afrodescendente.

CAPITULO I - AFRODESCENDENTES E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA COLÔMBIA

1.1. Caracterização das comunidades de Guapi e Timbiquí

Os municípios de Guapi e Timbiquí estão situados na zona Sul ocidente do Estado do Cauca⁸. Junto com o Município de López de Micay, fazem parte da costa do Litoral do Pacífico Caucano. O Município de Guapi tem 268 Km² e uma população aproximada de 29.054 habitantes, distribuídos em 12.674 habitantes na zona urbana, que é a cidade de Guapi. Na parte rural moram 16.380 pessoas. Guapi está situada na margem esquerda do rio, a 2 mts sobre o nível do mar. Timbiquí, com um assentamento humano mais rural que urbano, tem 28.920 habitantes, dos quais 3.913 moram na capital do município que é Santa Bárbara. Esta comunidade está situada na margem direita do curso do rio Timbiquí, a 5mts de altura sobre o nível do mar.

Na zona rural deste município vivem 25.007 pessoas. As águas de seus rios Guapi, Timbiquí, Bubuey, Saija e outros riachos desembocam diretamente no Oceano Pacífico, servindo como meios de comunicação e transporte, entre o interior da região e portos de acesso no centro do país.

Nas margens desses rios e riachos, vivem comunidades afrodescendentes, partilhando o território com comunidades indígenas “Chocoes” ou cholos, da família lingüística Eperara Siapidara. Os indígenas, igualmente aos afrodescendentes, sofreram a opressão dos espanhóis, razão pela qual dispersaram-se nas partes mais afastadas das cordilheiras. Estes grupos, na

⁸ Na Colômbia, a divisão político – administrativa é : departamento, município, corregimiento e vereda.

atualidade, ocupam reservas, a maioria delas situada no rio Saija, pertencente ao Município de Timbiquí.

Assim, os núcleos populacionais se constituíram com base nas práticas tradicionais de produção que vinham-se realizando desde a colônia: labores agrícolas, mineiras, de extração florestal, pecuárias, de caça e pesca e da coleta de produtos naturais. Esses processos produtivos rotineiros, têm caráter comunal e, ao redor deles, se foi cimentando a organização da sociedade.

Nos últimos anos, muitas mudanças vêm ocorrendo a respeito das relações de produção. Os habitantes da região, descendentes dos três grupos étnicos (indígenas, negros e mestiços), têm modificado as formas antigas de agrupamento humano (labores da terra como a “minga”, “mamuncia” e a “mano cambiada”) baseadas na solidariedade e no respeito entre parentes, compadres ou amigos, para priorizar maneiras individuais de acumulação econômica.

Assim, cultiva-se para o consumo familiar e pelo interesse econômico, visando o lucro que se pode obter com a venda dos produtos. Aliás, cada vez se observa menor dedicação a atividades tradicionais e, de fato, existe uma grande dependência frente aos produtos industrializados que provêm das cidades. Desta maneira, a vocação para a agricultura e a pesca tradicional que antigamente satisfaziam as necessidades alimentares das comunidades, passou à dedicação à pesca industrial e ao corte da madeira. Como já dissemos, isto é estimulado pela presença de comerciantes que, graças aos convênios em “concessão” feitos com o governo nacional, vêm gerando desmatamento em grandes áreas da floresta, em troca de dinheiro para o camponês, quantia que jamais justifica o impacto ambiental, social e cultural que provoca⁹.

⁹ As experiências locais de produção diversificada, próprias das economias tradicionais, encontram-se submetidas à pressões externas pela implantação de sistemas de produção mais eficientes em termos de rentabilidade econômica. Em

Os habitantes das zonas rurais dos rios Saija, Timbiquí e Guapi mantêm uma contínua relação, por via fluvial e marítima, com centros urbanos, como as pequenas cidades de Guapi e Santa Bárbara de Timbiquí. Estes são os principais portos de saída e chegada de pessoas e mercadorias desde o porto de Buenaventura até as comunidades do interior e vice-versa. Assim mesmo, estabelecem comunicação aérea ligando a cidade de Guapi com outras capitais de Estados, especialmente Cali e Popayán.

Vale salientar que essa região dos Municípios de Timbiquí e Guapi não possui comunicação viária com o interior do país. A comunicação se realiza de forma aérea e marítima. Este fato determina os aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos nas comunidades afrodescendentes e indígenas desta zona do litoral, por estar de uma certa maneira distante, em situação de difícil acesso às grandes cidades e aos centros onde surgem os grandes interesses e conflitos. Supostamente afastados dos lugares onde o capital impôs seu ritmo na dinâmica do consumo fácil e da concorrência entre mercadorias inúteis, não obstante, esses interesses e conflitos sejam extrapolados nessas regiões através de políticos, comerciantes e atores em conflito como a guerrilha.

1.1.1. Aspectos sócio-econômico

Nas zonas rurais dos rios há estilos de produção diversos. As pessoas não se especializam numa só atividade. Elas fazem um aproveitamento do território, levando em conta as condições físicas, variação climática e a fragilidade do meio ambiente.

consequência, as comunidades tem abandonado paulatinamente a utilização de práticas produtivas tradicionais... práticas estas, nas quais o nativo era ao mesmo tempo pescador, agricultor, mineiro, conseguindo deste modo a sua sobrevivência. Isto há dado passo ao monocultivo, que conduz à utilização irracional dos recursos, bem como à redução da oferta de recursos agropecuários, gerando tanto dependência dos mercados externos, como o aumento do do custo de vida. BIOPACÍFICO (1996: 23).

Assim, de acordo com a necessidade econômica, nas épocas de verão se trasladam às zonas altas, lugar mais apropriado para a mineração. Ali praticam a mineração com procedimentos diversos: i) o “mazamorreo” que é uma técnica artesanal na qual se vinculam mulheres e crianças, fazendo-se uso de instrumentos de trabalho simples. Na sua prática, pode-se explorar mínimas quantidades de território ou ampliar um pouco mais essa extensão, vinculando maior número de membros da família, sem o uso de máquinas; ii) “Poços” ou “Tajos abertos” é uma técnica semi-artesanal na qual são usadas máquinas como: *monitores*, *moto-bombas* e/ou *dragas* para explorar e extrair o terreno. O ritmo do trabalho está determinado pela máquina e as condições de organização são colocadas pelo dono desse meio de produção.

Na medida em que as condições climáticas vão mudando, dá-se outra movimentação até as zonas onde seja possível a atividade agrícola, (de restolho e de roça)¹⁰ este trabalho se faz de forma rotatória, alternada com a criação e caça de animais, a coleta de produtos naturais e a pesca. Para essas atividades, as pessoas descem o rio até as zonas que ficam perto do mar, ou no mar mesmo, seja para trabalhar ou para comprar o produto.

As comunidades das zonas rurais levam um modo de vida itinerante e flexível. Porém, eles estabelecem um calendário próprio para a organização das suas tarefas, o qual está ligado às festas religiosas e culturais, definindo o começo ou final de uma atividade. Nesse sentido, o trabalho nos campos possibilita a poupança para comprar os arranjos necessários às festas e para se prover das sementes para os plantios. A pesca proporciona o abastecimento da comida nas épocas de muita seca ou nas temporadas dos rituais culturais, quando mais se permanece nos povoados.

¹⁰Tradicionalmente a agricultura de “restolho” implica a rotação dos cultivo de coco, milho, arroz e banana nas suas variedades. Cultiva-se nas zonas baixas dos rios, situando o cultivo em terreno frouxo muito perto da água. A agricultura de roça pode ser feita nas partes medianas e altas dos rios, e consiste no corte e preparação do mato para o plantio de banana e frutas.

A forma como se define a relação entre as pessoas e o território, demonstra-nos que, nessas comunidades não existe um limite espacial. Daí, a vida se desenvolve em vários contextos, dando-se importância ao sentido da coletividade que, além de potencializar a rentabilidade econômica, se constitui num princípio de identidade étnica e cultural.

Contudo, é importante salientar que as comunidades afrodescendentes do Litoral do Pacífico tradicionalmente não têm manejado um circuito de comercialização e mercado, tendo como finalidade a obtenção do lucro.

Nestas comunidades existe ainda a prática de se negociar, trocando produtos diretamente por outros, entre pessoas das mesmas comunidades ou com os grupos indígenas. Às vezes, as pessoas vendem seus produtos nos povoados que ficam mais perto do rio ou do mar, salvo casos particulares de pessoas que têm se transformado em comerciantes da região, explorando as suas próprias comunidades. De igual forma, continuamente aparecem nesses lugares, comerciantes vindos de outros Estados do país, sendo eles mais prósperos, fazem questão de ser os intermediários dos compradores urbanos, numa rede de relações do mercado onde se compra a preços baixos nas comunidades para vender fora, duplicando o valor do produto.

Desta maneira, geram práticas de consumo e de comercialização contrárias aos processos produtivos comunitários, induzindo à competição e ao encarecimento da vida na região.

Nos centros urbanos, os modos de vida estão mais em concordância com a forma como se tem estruturado a vida na sociedade capitalista. Um exemplo disto é que a relação com a terra, no sentido de que as pessoas somente são proprietárias de pequenas quantidades de terra, onde estabelecem a sua moradia¹¹. Além do mais, o ingresso econômico da

¹¹ Los colonos y propietarios de predios que han ido adquiriendo poder sobre espacios mas o menos grandes, no ahorran esfuerzos para impedir el paso de las personas por los lugares que antes fueran de sus parientes o compadres. Hecho que se

população provém basicamente do comércio de produtos agrícolas, da mineração, pesca e artigos trazidos por comerciantes maiores, vindos do centro do país.

Outras fontes de ingressos ou de circulação de dinheiro nesses povoados são geradas por pessoas que possuem vínculo empregatício, ou seja como representantes dos interesses políticos e institucionais de caráter público. Isto quer dizer que as pequenas cidades de Guapi e Santa Bárbara de Timbiquí são lugares de expressão da burocracia, do clientelismo e da concorrência, na procura de estabelecer vínculos empregatícios. Daí, a moeda ser essencial para a prática entre consumidores.

1.1.2 Dinâmica Política: Formas de Governo e Mecanismos de Participação.

No local, existe uma estrutura administrativa onde o poder político é exercido pelas Prefeituras, com o apoio do Conselho Municipal. Os municípios de Guapi e Timbiquí dependem administrativamente do Estado do Cauca e dos seus escritórios de governo. A Constituição de 1886, na sua descentralização política e administrativa, deliberou que o Presidente da República nomearia os governadores estaduais e estes, guiados pelos seus interesses partidários, estabeleceriam acordos clientelistas para eleger os representantes das prefeituras municipais, assegurando-se, desta forma, a fundação de uma chefia e a continuidade do grupo político na região.

Com a reforma administrativa de 1983¹², os municípios ganharam autonomia e direito à transferência dos recursos federais econômicos. Além disso, o governo, pensando na

sustenta em el discurso individualista de la propiedad privada y se prolonga en la contratación de mano de obra. OLARTE (1996:60).

¹² (Lei 12 -14 de 1993) SALAZAR e GARRIDO, 1991

participação popular, determina a eleição direta dos prefeitos. A adequação a essas medidas políticas, criadas pelo governo com o intuito de incentivar a participação democrática da cidadania, vem gerando muitas lutas e conflitos populares, tanto no âmbito local como regional. Isto ocorre pela oportunidade de manejar recursos públicos que tecem interesses ao redor de um candidato à prefeitura que concorre pela mera procura de poder nas administrações públicas. Daí, que os processos eleitorais se convertem em campos de batalhas pela repartição do poder, monitorados, a partir do centro do país, pelos chefes dos partidos políticos tradicionais.

As políticas sociais e os planos de desenvolvimento que assiduamente se vinculam à região terminam sendo simples manobras políticas de longa data. Ao se apresentarem nas comunidades, tira-se proveito da participação da cidadania para legitimar outros interesses. Tudo isto gera uma inconformidade na população e motiva diversas práticas na procura de estabelecer princípios democráticos e de identidade sociocultural. O desejo de exercer um papel protagônico e de confronto frente ao jogo dessas dinâmicas políticas (dinâmicas que afirmam o privado em detrimento do interesse coletivo) incentiva a formação de organizações de base na procura de veicular reivindicações coletivas.

1.1.3. Organização social

Nas comunidades afrodescendentes do Litoral do Pacífico Caucano predominam formas de organização familiar extensa¹³. Além da família nuclear, participam todos aqueles que possuem um vínculo de sangue; tanto aqueles que possuem um laço de familiaridade

¹³ A família extensa é uma comunidade formada não de pequenas famílias justapostas, mas de uma rede familiar ligando consangüíneos, aliados e descendentes, ao longo de, ao menos, três gerações. LABURTHE-TOLRA e WARNIER (1997:107)

biológica (pelas vias materna e paterna) quanto os que provêm de um mesmo ancestral ou “parentes de longe”.

De igual forma, incorporam-se à parentela, outras pessoas que aderem às famílias pela afiliação, como é o caso dos afiliados (as) e pessoas que passam a ser parte das famílias, no curso da convivência comum (hospitalidade), recebendo o mesmo tratamento afetivo e de solidariedade que se outorga aos parentes com laços diretos de sangue¹⁴.

A consciência da existência dessas relações de parentesco se expressa através de uma linguagem específica, que denota uma certa proximidade entre as pessoas. Assim, os que provêm de uma mesma afiliação são filhos, netos, irmãos; os mais distantes podem ser afiliados, sobrinhos em graus diversos ou simples achegados (vínculos de amizade), recebendo nomeação de sobrinho, quando se trata de pessoas mais novas. Com os adultos se estabelecem outros tipos de relacionamentos como os de compadrio, camaradagem ou coleguismo. Assim, eles se chamam entre si de parentes, *meu sangue* ou *minha gente*.

Essas formas de relacionamento permitem tornar evidentes os tipos de comportamentos que denotam respeito e familiaridade, no tratamento entre parentes. Estas são implicações morais que institucionalizam as relações sociais. Isto tem permitido que as diversas redes familiares possam organizar-se, formando as comunidades e povoados. Desse modo, os membros se reconhecem entre si e mantêm certos graus de filiação pelo fato de se considerarem pertencentes à mesma descendência.

A multiplicação dos laços de parentesco intensificou-se com os freqüentes matrimônios ou uniões livres entre pessoas pertencentes a diferentes grupos familiares. Assim, foram-se

¹⁴ Fora do controle dos brancos, os afrodescendentes construíram sociedades que não guardam nenhuma semelhança com as que foram construídas pelos senhores escravocratas. Trata-se de organizações únicas ou seja, malhas de parentes que se reconhecem em antepassados comuns e que têm um código de direitos e deveres que dá coerência as suas relações. Essas formas de organização social podem detectar-se em tudo o Litoral Pacífico. OLARTE (1996:27).

constituindo assim, numerosos troncos familiares, situados ao redor de um espaço territorial¹⁵. E pese às recomendações da Igreja Católica, com relação à aceitação da autoridade do código moral da religião judaico-cristã, salientando as qualidades da família monogâmica não obstante, pode-se observar que, com freqüência, se apresentam casos de homens que têm filhos com várias mulheres, constituindo-se cabeças de várias famílias. Essas formas de agrupamento, engendram uma maior solidariedade social que, incrementada pela solidariedade racial, vem imprimindo laços mais fortes a estas sociedades¹⁶.

DA MATTA (1997: 13), diz:

A sociedade é uma entidade vista de modo globalizado. Uma realidade que forma um sistema. Um sistema que tem suas próprias leis e normas. Normas que, se obviamente precisam dos indivíduos para poderem-se concretizar, ditam a esses indivíduos como é que devem ser atualizadas e materializadas. Aqui a sociedade é uma entidade que se faz e refaz por meio de um sistema complexo de relações sociais, elos que se impõem aos membros indicando – tal como acontece numa peça de teatro ou num cerimonial – tudo aquilo que é indispensável ou superficial para que se possa criar e sustentar o evento que se deseja construir.

Desta forma, vemos que a vida familiar se dá no ambiente comunitário¹⁷. Nesse espaço, cada pessoa participa como membro de um grupo familiar no desempenho dos seus papéis sociais e da vida comunitária, no desenvolvimento de ações coletivas. Assim sendo, a família tem um papel fundamental na dinamização dos processos coletivos. Quer dizer, faz-se parte de um grupo social que reivindica a identidade da pessoa afrodescendente.

Concorda-se com DA MATTA (1997:91) quando este diz que:

Dentro de minha rede de parentesco, compadre e amizade, dentro de casa, sou uma pessoa. Sou um ser dividido e relacional, cuja existência social se legitima pelos elos que

¹⁵ Obtêm-se o direito à terra para os trabalhos agrícolas pelo fato de se pertencer a uma família extensa cujo antepassado foi a primeira pessoa a utilizar essas terras. Esse direito passa de uma geração a outra e a herança é de caráter patrilineal. De acordo com isto, todos os filhos de um mesmo pai têm o direito de usar um lote que tenha sido trabalhado pelo seu pai. Cf. DEL VALLE ARANGO, JORGE IGNÁCIO. El territorio como espacio real simbólico. In REVISTA ESTEROS, 1996, p.65.

¹⁶ Os diferentes ramos de parentesco mantêm certa coesão social devido à teia de relações que ligam os indivíduos entre si e pela partilha de elementos culturais significativos, criando laços de identificação comunitária que instam e garantem a participação nos atos sociais, tradições culturais ou simples organizações para o trabalho, constituindo-se em núcleos sociais de produção da cultura.

¹⁷ Em uma dada sociedade, a vida do grupo familiar é condicionada pelo conjunto do meio ambiente social, conforme as concepções locais ou modelos culturais dessa vida familiar, que se traduzem por comportamentos comuns aos diferentes membros do grupo. LABURTHE-TOLRA e WARNIER (1997:129)

mantenho com outras pessoas num sistema de transitividade e gradações . Moro nesta casa porque sou filho de “X” e tenho direito de usar os recursos sociais ali colocados porque sou membro da família “Y”. Não sou eu como individuo que formo família, mas é a família e as relações que se fazem por meio dela que me legitima como membro daquele espaço social. É a relação que me transforma de individuo em pessoa.

Nessas dinâmicas comunitárias de corte tradicional ou semi-tradicionais e como produto da divisão dos papéis sociais, é fundamental a função que cumprem as mulheres (mãe, avó e a bisavô) na gestação e no estabelecimento das relações sociais entre parentes, como também na dinamização das relações comunitárias.

É muito comum que as mulheres participem, como mediadoras, na identificação social dos filhos e netos, ainda que sejam nascidos de várias uniões de um progenitor. Se destaca sua posição essencial na demarcação das atividades da rotina familiar, assumindo papel de conselheiras, rezadeiras ou curandeiras na sua comunidade, conciliando o mundo interno e externo.

Desta forma, elas transmitem os valores culturais, através das diversas gerações. Poder-se-ia dizer que as mulheres são as portadoras da memória cultural afrodescendente. Portanto, são revestidas de autoridade e respeito, constatado pelo tratamento habitual que recebem, motivado pela transferência simbólica que as pessoas conferem àquilo que elas representam. Trata-se portanto, de uma equivalência moral instituída num sistema de valores que dá conta das forma próprias de organização dessas sociedades.

Na organização social atual, há mudança na transmissão dos papéis das mulheres e observa-se uma demarcação maior na divisão social e sexual do trabalho, ficando os homens como chefes das famílias e encarregados de executar as tarefas mais pesadas geralmente realizadas fora do lar, fato que, segundo eles, permite maiores ingressos para o sustento da família.

Por outro lado, as mulheres, exercem o papel de donas de casa, se desenvolvem profissionalmente e, ao mesmo tempo, participam das atividades sociais que se realizam nas comunidades. Nestes espaços, são elas que representam as suas famílias, vinculando-se à troca de relacionamentos e de conhecimentos que ultrapassam o âmbito familiar. Ela são parte da coletividade e fortalecem a convivência comunitária, criando e recriando elementos estratégicos da identidade cultural. Portanto, o sentido de família é fundamental na produção e socialização dos processos coletivos nas comunidades afrodescendentes.

Nas sociedades afrodescendentes colombianas não existe a figura da criança de rua. Elas são bem acolhidas no seio de qualquer família. O cuidado das crianças não é somente responsabilidade dos seus pais, pois elas pertencem à comunidade, que é a base para seu processo de socialização¹⁸. As mulheres ficam honradas com a chegada de um filho, no sentido que eles lhes conferem seguridade afetiva. Socialmente, são rejeitadas as mulheres que abandonam ou abortam seu filho, razão pela qual é muito importante, dentro da cultura, o ritual de celebração do nascimento como um fato comunitário.

A incursão de certos códigos de valores e idéias individualistas próprias da economia capitalista, determina tipos de relacionamentos e formas de organização social demarcadas pelo poder aquisitivo e pela capacidade de consumo, como princípios de ascensão social. Isto produz tensões nas sociedades tradicionais com tendência comunal, nas quais, as práticas sociais e o pensamento das pessoas, salientam o caráter coletivo. As sociedades modernas impõem aos indivíduos modos de conduta ou estilos de vida particulares, dentro de uma lógica globalizante, propiciando a incorporação de valores da cultura dominante, associado a

¹⁸ Os processos de socialização das crianças afrodescendentes são enriquecidos com o conhecimento comunitário que recebem em todos os acontecimentos da vida social, especialmente quando participam das atividades produtivas na companhia das pessoas mais velhas, sejam elas seus familiares ou não. Com eles aprendem técnicas e processos que depois desenvolvem com uma grande destreza. As vezes, quando as crianças permanecem ao redor da comunidade, fazem o jogo de socialização por excelência, e improvisam rodas e brinquedos com materiais do meio, se organizam em grupos para correr em meio das casas, nadam ou navegam pelo mar e nos riachos e obedecem ao chamado das pessoas mais velhas quando são requeridos. Assim sendo, estão prontas para realizar as tarefas encomendadas. AROCHA RODRIGUEZ, 1986.

esse desejo de pertencimento a categorias grupais fixas. Estes fatos trazem como conseqüências a constituição de identidades legitimadoras do poder hegemônico.

É importante observar que o conceito de família, nos últimos tempos, está mudando. Ela tem sido inserida num universo de concorrência e desigualdade. Neste contexto, destacam-se as concepções individualistas que restringem o número de membros, pois as redes familiares se vão transformando em redes políticas clientelistas, mediadas pelo estabelecimento de relações contratuais ou comerciais. Os laços que ligam os indivíduos estão focalizados pela participação nos modos de produção, sendo a família uma possibilidade de se chegar a obter vínculos empregatícios em determinado setor social, por meio de um sistema burocrático. Neste sentido, já não é o grupo social, que permite a socialização, uma vez que, na moderna sociedade, agregam-se outras formas que promovem e legitimam o sentido dos sujeitos.

Desta forma, a caracterização destas comunidades, nos permite entender as maneiras de organizar e de construir a vida em sociedade. Assim sendo, o estudo de uma cultura particular, inclui também as relações entre pessoas e a natureza, as relações com outras culturas, e das pessoas entre si.

Neste sentido, RODRIGUES (1981: 57) afirma que “ a percepção ampla e profunda das ações e relações entre as pessoas é inseparável de qualquer trabalho de produção, veiculação ou discussão cultural”.

1.2. Afrodescendentes e a sociedade colombiana.

Ao se investigar sobre as relações étnico-raciais, analisou-se as diversas concepções que se têm sobre o “ser negro” e sobre a cultura *afrodescendente*¹⁹ na Colômbia. Para isto, foram abordadas algumas idéias que se produzem, se difundem e se traduzem no *imaginário*²⁰ da população colombiana, isto é, aquilo que a sociedade considerada branca sente e pensa, a respeito do negro e que pode ser expresso por meio de um tratamento explícito ou sutil, cuja conotação está carregada com atitudes de rechaço e de preconceito para com o negro.

Partiu-se da hipótese de que a história dos afrodescendentes na Colômbia tem sido marcada por diversas lutas de resistência, frente a um sistema que nega a sua possibilidade de ter uma identidade justa e igualitária, que lhe há negado o acesso a condições e oportunidades dignas de sobrevivência. Essas formas de discriminação social e cultural que provocaram o esquecimento do negro, constituem discursos de conteúdo ideológico, vindo da classe hegemônica colonial, o qual persiste na contemporaneidade.

Neste sentido, pretende-se fazer um breve percurso que se inicia na época da escravidão, momento este que dá origem à consolidação de idéias racistas e preconceituosas sobre os afrodescendentes. Isto permitirá visualiza-se como tem sido a situação do negro, desde o momento em que este é inserido no país, e como se tem dado o seu desenvolvimento em algumas dinâmicas de interação social, ou seja, aquelas formas de rejeição que se

¹⁹ Optou-se por nomear assim, às comunidades cuja origem na América foi a colonização Africana e que colocadas no território colombiano constituem uma descendência importante possuindo uma cultura própria, compartilhando uma história, tradições, costumes na relação campo – cidade, revelando consciência de identidade que os distingue de outros grupos étnicos. Projeto BIOPACIFICO – PNUD-GEF.- Col./1992-1997/G31.

²⁰ O imaginário é categoria importante para se entender muitas das representações negativas do cidadão negro, quando se considera que, desde o século passado, o africano e seus descendentes eram conotados nas elites e nos setores intermediários da sociedade como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, por motivos eurocentrados. O imaginário racista veiculado pelas elites tradicionais pode ser hoje reproduzido de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso mediático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização, onde se acha incrustada a discriminação em todos os seus níveis. SODRÉ (1999).

apresentam no nível ocupacional, nas relações e nas possibilidades de acesso ao estudo e em outras esferas da vida social, nas quais o negro tenta interagir com os diferentes grupos e classes da sociedade colombiana.

A história do negro não somente deve ser pensada nos termos da escravidão – os contratos de escravos controlados pela Europa durante três séculos. Mas, concorda-se com FRIEDEMANN e AROCHA (1986:18) quando dizem que,

“As memórias do negro na Colômbia têm que lembrar as grandes civilizações dos reinos da África central na savana e no bosque tropical, o mesmo que dos impérios sudaneses ocidentais da Ghana, Mali e Songay. Estados legendários que tiveram épocas de poder e esplendor comparáveis aos das civilizações que pela mesma época surgiam na Europa: reis e cortes; sociedades e hierarquias religiosas; mercados e exércitos, sacerdotes e artistas; mineiros e ourives; bibliotecas e mestres”.

Na verdade, essa realidade que demonstra a existência de uma estrutura institucional e social fortemente organizada, é suplantada pelo sistema escravocrata, fato que constitui o negro numa “coisa”, num ser inferior, recebendo um tratamento de *cidadão de segunda categoria*. Neste sentido, ORTIZ (1985:58) explica que “o escravo não é sujeito e não tem direitos, porque como diria Hegel não é reconhecido pelo senhor, não é visto por ele como se fosse também sujeito”. O período colonial colombiano expressa o começo de um precedente de discriminação para com os afrodescendentes, baseado na procedência étnica das pessoas.

Segundo alguns autores como HERNANDEZ e ORTIZ (1998: 14-15), observa-se a utilização do conceito de casta para explicar o preconceito: “O vocábulo ‘casta’, serviu então, para estigmatizar os africanos que foram trazidos à Colômbia e outros lugares da América, e usou-se de maneira pejorativa, significando em primeiro lugar, a mescla genética e depois, no século XVIII, indicava a posição social que invariavelmente correspondia-lhe ao indivíduo.

Desta forma, e fundamentando-se na diferenciação racial, surgem nos círculos acadêmicos do século XIX, idéias discriminatórias que serviram para estabelecer leis que

justificaram práticas repressivas, atribuindo-lhe ao negro características que indicavam inferioridade mental. O negro teria baixa capacidade de compreensão, carência de iniciativa, mas boa força física e muita resistência a dor, com tendência a sentir gratidão. As suas ocupações deveriam estar em concordância com esse tipo de personalidade, que lhes era atribuída.

Nestas condições, o negro, voltado só para o trabalho forçado, e visto como um pária da vida social, foi explorado desde o princípio sob a premissa da pureza de sangue e a superioridade racial dos espanhóis. Seguindo o exposto, LERMA (1998: 26) afirma:

Durante os séculos XV, XVI a Europa passava por drásticas mudanças resultantes da crise do sistema feudal e do incremento de atividades comerciais motivadas pelos novos ideários do Renascimento que determinaram a redefinição dos tradicionais padrões de riqueza e poder existentes. Como consequência destas mudanças econômicas, grandes contingentes da população europeia foram expulsos do campo para as cidades à procura de emprego. Porém, existia, naquela época, uma grande demanda para qualquer emprego oferecido. As demandas da economia colonial, sustentavam a sua exploração na mineração e no cultivo da cana-de-açúcar, atividades para as quais a população europeia era inexperiente. Os europeus, tinham amplo conhecimento das habilidades das populações africanas nesse tipo de trabalho, a partir dos intercâmbios comerciais estabelecidos entre eles.

Desta forma, a escravidão negra se constituía em fonte de riqueza para as companhias metropolitanas especializadas em compra e venda de força de trabalho escravo, esses seres foram amplamente denominados, como “materiais humanos”.

Dentre as mais antigas formas de repressão da época colonial, encontra-se a dominação cultural escravista, a qual se afirmava nos *códigos de sol* ou *códigos de negros*²¹,

²¹ “La real cedula de su Magestad. legisló sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos. en todos sus dominios de Indias, e Islas Filipinas, Bajo las regjas que se expresan, asi: la primera y principal ocupación de los esclavos debe ser la agricultura y demás labores del campo, y no los oficios de vida sedentaria; y asi para que los dueños y el Estado consigan la debida utilidad de sus trabajos, las justicias de las ciudades y villas, (...) arreglarán las tareas del trabajo diario de los esclavos proporcionadas a sus edades, fuerzas y robustez, de forma que debiendo principiar y concluir el trabajo de sol a sol, les queden en este mismo tiempo dos horas en el dia para que las empleen en manufacturas, u ocupaciones, que cedan en su personal beneficio y utilidad; sin que puedan los dueños, o mayordomos obligar á trabajar por tareas á los mayores de sesenta años, ni menores de diez y siete. como tampoco á las esclavas, ni emplear á estas en trabajos no conformas com su sexo, o en

que tinham como executor o “Santo Ofício”. Este tinha a liberdade de punir ou de processar os negros que tentassem praticar qualquer tipo de manifestação ou crenças religiosas diferentes do Cristianismo e da fé católica. Assim, os negros foram vigiados e perseguidos como suspeitos de caracterizar o diabo. Este fato acarreta sérias dificuldades tanto para a afirmação da cultura africana, como também para a preservação da vida das pessoas negras.

Os objetivos da Inquisição afetaram o negro, devido a que era obrigado a amoldar-se aos costumes, às idéias e crenças alheias, com o propósito de evitar dificuldades com o tribunal do Santo Ofício, ou seja que, **‘o negro devia deixar de ser negro’**. (grifos da autora). Isto fica claro no primeiro edito celebrado na cidade de Cartagena de Índias, no ano de 1610, onde se proibia e se advertia os habitantes da cidade: ‘se conheces ou ouvistes dizer que algumas pessoas fazem sortilégios, magia, encantamentos, agouros, bruxarias, usam certas unções, ervas que perturbam ou entorpecem os sentidos, invoquem, adorem ao demônio ou tenham tido pactos com o diabo, amuletos, etc.[...] se procederá à denúncia e, de acordo com o determinado pelas leis, se castigará exemplarmente o escravo delinqüente, até a morte ou mutilação de um de seus membros. (ZUÑIGA, 1993: 24-25).

Ficavam incorporadas nesta lista, os ritos, os rituais de cura e quaisquer atividades mágico-religiosas executadas pelos negros. Como produto destas práticas de opressão, o negro constantemente é identificado e relacionado ao mal, à fatalidade, às desgraças que possam acontecer a qualquer indivíduo que tivesse contato com ele.

Na Colômbia, a abolição legal da escravidão, decretada a partir de 21 de maio do ano de 1851, advém, não do caráter humanitário dos escravistas, mas da necessidade imposta pela crises econômicas e a conseqüente mudança nos modelos de produção, que deram lugar ao capitalismo. Outro fato foi a própria resistência constante dos negros ante a escravidão. Contudo, a formulação legal não foi automaticamente acompanhada de transformações culturais que permitissem ao negro ser valorizado enquanto ser livre. A discriminação racial é

los que tengan que mezclarse con los varones, ni destinar á aquellas á jornaleras; y por los que apliquen al servicio doméstico, contribuirán con los dos pesos anuales, prevenidos en el capítulo octavo de la real cédula de veinte y ocho de febrero último que queda citada. (ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Santa Fé. 994. Libro 11.fols. 20-22).

mantida. O negro, por isso mesmo, continua sendo invisível no contexto da sociedade colombiana. Este é considerado uma simples força de trabalho, um indivíduo apto para a servidão. Esta idéia, é posta em prática nas relações empregatícias, onde o negro é freqüentemente explorado e encarregado dos trabalhos mais difíceis. Daí, pensar-se que o negro é um ser carente de iniciativa e só serve para obedecer.

Neste sentido, MOSQUERA (1998:109) afirma: “o fato do governo colocar em vigência a Lei de Abolição da escravidão, (em primeiro de janeiro de 1852) suscitou várias guerras civis em diferentes regiões e uma encarniçada luta pelo poder central, entre os promotores dessa medida abolicionista e os senhores escravocratas que defendiam seus interesses vitais”.

Outras formas dessa invisibilidade surgem quando o negro pede a liberdade absoluta e só obtém a liberdade do ventre²². A indiferença do Estado colombiano para com o negro expressa-se, segundo MOSQUERA (1998:77) pelo fato de que “ao abolir-se a escravidão, foram indenizados os senhores escravocratas, mas os ex-escravos, foram deixados na total desproteção, sendo excluídos do projeto de Nação em formação, ainda que seguissem vivendo no que se considerava como território colombiano”

Apesar de se ter uma lei que proclama a liberdade, os afrodescendentes se dão conta de que nem o sistema colonial nem o sistema republicano, consideram-os como pessoas. Tampouco lhes são reconhecidos direitos civis e políticos. Resta-lhes, portanto, dois caminhos a seguir: ser trabalhador assalariado e explorado nas cidades, ou se retirar e viver nos lugares mais afastados dos litorais colombianos. Como atenuante, o negro que fica na

²² Liberdade de ventre: lei que consiste em dar liberdade aos filhos dos escravos que nasceram a partir de 1821. No entanto, esses filhos somente seriam beneficiados pela Lei, após completarem 18 anos de idade. HERNANDEZ E ORTIZ. 1998.

cidade, tem a obrigação de ocupar-se, ou em caso contrário, de submeter-se às *leis da vadiagem*, fato que o liga inexoravelmente a seus antigos senhores, que, doravante, serão seus novos patrões.

Nas primeiras décadas do século XX, com o aumento da influência do poder norte-americano, dá-se início outra etapa, na qual o negro continua sendo explorado, num contexto nacional de priorização dos interesses do capital estrangeiro. O negro participa do processo, ora como trabalhador assalariado, nas nascentes indústrias, nos campos de mineração, na construção de estradas, ora nos centros agrícolas. Neste contexto, são potencializadas mais ainda a exploração, a discriminação, o empobrecimento e o preconceito em relação ao negro.

Tudo isto fica ainda mais nítido com a criação da “Frente Nacional”²³, no qual organiza-se a classe dominante colombiana, ao redor de seus interesses comuns. Neste contexto, no ano de 1959, constitui-se a região do Litoral pacífico em reserva florestal, declarando-se o território como área de ocupação, uma vez que as terras são consideradas “baldias”²⁴. Desta forma, as populações que ali habitavam há muitos séculos (negros e índios principalmente) são ignoradas, o que configura o discurso excludente do governo colombiano.

De uma maneira explícita e com plena consciência, procede-se não só à discriminação da pessoa negra, como também, às regiões em que moram negros e comunidades indígenas. Conforme, já dito, os territórios ocupados por essas populações negras e indígenas são considerados os mais atrasados do país, especialmente no que se refere a infra-estrutura básica. Deste modo, as pessoas negras vêm enfrentando as políticas excludentes do governo, que tem preservado a região, para a exploração econômica e cultural, e mais concretamente,

²³ Frente Nacional: pacto feito pelos partidos tradicionais – Liberal e Conservador- através de um acordo subscrito em 1957, para “restabelecer a ordem e governar o país” e alternar-se a cada quatro anos no poder.

fazendo uso do clientelismo e de outras manobras políticas que lhes negam o direito de autogestão.

1.3. A política educacional

A educação colombiana desde seu início esteve sujeita ao mandato das transformações e idéias progressistas externas. A dominação colonial foi o momento histórico marcado pela entrada dos países latino-americanos no nascente processo de expansão do capitalismo mercantil. Isto se deu através das conquistas empreendidas pelos grandes impérios europeus em conflito, permitindo-se assim, o processo de integração sócio-econômica e cultural dos povos precolombianos.

Nessa conjuntura, encomenda-se às igrejas doutrinárias a tarefa de instruir na fé católica os “*infiéis das terras de ultramar*”, introduzindo o ensino do castelhano e a catequização no processo de “civilização” de indígenas e posteriormente de negros escravizados (CENASEL, 1987:18). Durante este período de dominação colonial, a educação adota uma forma eclesiástica de corte elitista e seletiva através das missões, constituindo-se na “*instrução pública*”²⁵ e ficando quase exclusivamente em mãos privadas, especialmente sob administração dos clérigos²⁶.

²⁴ Terras baldias: são os territórios situados dentro do território nacional que pertencem ao Estado e que carecem de outro dono, e as que tendo sido adjudicadas com esse caráter, devem voltar ao domínio do Estado de acordo com o disposto na legislação.

²⁵ O Decreto Orgânico de Instrução Pública (DOIP). Lei de educação expedida em 1870 foi inspirado pedagogicamente em Pestalozzi (o ensino objetivo orientado pelo sistema educativo Prussiano). É um tipo de educação que vincula a “*formação do cidadão*” unida ao problema de “*formação da nação*”, orientada segundo os mais radicais princípios liberais e têm como ponto principal de referência o controle institucional da educação em contraposição aos desejos da Igreja Católica de querer dar conta da educação no país. Essa reforma proclama a educação obrigatória, de graça e básica, com ênfase na política instrucionista. (Ed. y Cult., N° 22, 1991: 10)

²⁶ A Constituição de 1886 delega aos clérigos, a organização e direção da educação pública em concordância com a religião católica. A incidência da Igreja na educação perdura até hoje, através da iniciativa privada e também na educação pública entendida como “*Educação contratada*”, a qual nasce de um acordo entre o governo colombiano e a Igreja, com

No século XVII, aparecem os primeiros centros educativos não religiosos, mas seu funcionamento dependia da certificação do “cabildo”²⁷. Sob estas regras surgem alguns Colégios e Seminários com caráter de instituições públicas.

Já no século XVIII, a chegada das idéias renovadoras, que advogavam uma educação mais baseada nas ciências empíricas²⁸, influenciam a queda do ensino da cultura escolástica e favorecem o ensino das modernas teorias físico-matemáticas de Newton, Copérnico e teorias sobre o Direito. A intelectualidade, formada pelos “criollos”²⁹ “progressistas” surge com força no século XIX, expondo a necessidade de novas idéias baseadas na liberdade, independência, exploração dos recursos naturais, introdução tecnológica e do desenvolvimento econômico. Com eles se dá impulso às escolas de primeiras letras, *gratuitas, patrióticas e metódicas*.

Começa a consolidação do poder das oligarquias nacionais. A burguesia junto com o clero, se converte na força dirigente do processo educativo na Colômbia. Os governos republicanos da época disputam as garantias das reformas educativas, reforçam as iniciativas privadas na educação, com condições mínimas de cobertura no setor rural. Esses desejos de mudança e renovação, no fundo, só visam aprimorar as condições sócio-econômicas que deram passo à intervenção do capital imperialista à qual pertencem as oligarquias políticas nacionais, com base em seus interesses de classe.

Algumas das mudanças ocorridas no século XX, com relação ao aspecto educacional (reformas pedagógicas inspiradas na metodologia da *Escola Nova* impulsadas por Decroly,

base no “concordato”(1887), com o objetivo de orientar a educação em territórios missionais, como é o caso do território do Litoral Pacífico colombiano.

²⁷ Figura político administrativa das autoridades espanholas, com capacidade e autonomia para decidir a respeito da fundação de uma escola. Da mesma forma, se encarregava de examinar os aspirantes a docentes sobre sua capacidade de instrução na doutrina cristã.

²⁸ No século XVII, o estudo nos colégios, seminários e universidades se baseia nas idéias renovadoras da Ilustração. Conservam o conteúdo católico e escolástico, mas introduzem as matemáticas, a física e geografia, a gramática, retórica e a lógica. A teologia e cânones, são ensinados, inclusive em língua latina. Os temas mais discutidos e estudados eram teológicos como: a graça, a predestinação, o probabilismo, a imaculada concepção, a comunhão dos indígenas. As idéias renovadoras pugnam pela educação pública e pelo ensino das ciências. Neste tempo (século XVIII), José Celestino Mutis, na Colômbia, cria a expedição botânica para o inventário e estudo das riquezas naturais. Revista CENASEL, N.º 7 p.20.

²⁹ São descendentes de espanhóis (europeus) nascidos no chamado *novo mundo*.

Montessori, Nieto e Caballero), decorrem das transformações que se ofereciam no contexto internacional, segundo a Revista CENASEL (1987:22-23) entende-se esse período como sendo:

Das revoltas obreiras na Europa, da aparição do Manifesto do Partido Comunista, das idéias sobre o Marxismo, a realização da Primeira Internacional em 1864, a Comuna de Paris, em 1871 e os mesmos movimentos burgueses progressistas de corte liberal republicano, que em muitos países confrontaram-se com as monarquias, feudal, religiosa e com a burguesia reacionária. Na década do 70, em quase toda a Europa se tinha legalizada a obrigatoriedade da instrução pública primária e seu caráter básico e gratuito. Assim mesmo, a reação internacional enfrenta as mudanças revolucionárias que limitam o seu poder, o Vaticano convoca ao primeiro Concílio para enfrentar as idéias socialistas, a prática protestante e a maçonaria. Antônio Gramsci identificou esse Concílio como 'Internacional Católica'. Nos documentos surgidos como resultado do Encontro se condenava a instrução básica, gratuita e obrigatória.

Na Colômbia as mudanças no sistema político (projeto da "Frente Nacional") e o avanço do desenvolvimento industrial, tecnológico e ideológico vinculados aos interesses norte-americanos, influenciaram o acirramento das contradições de classe, da acumulação do capital e dos conflitos sociais, fatos que determinaram os ajustes estruturais na educação, impondo-se os modelos educativos com base nas fundamentações da "Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL –" e a Alianza para el Progreso, direcionada pelos dos EE.UU.

Neste sentido, o governo colombiano realiza convênios com organismos internacionais como UNESCO, OEA, BANCO MUNDIAL³⁰, traduzidos em "missões" para auspicar, planejar e administrar os processos educativos, aparecendo o país como experiência

³⁰ Coraggio (1996), na análise que faz do papel do Banco Mundial nas políticas educativas, destaca a relevância do papel dos sujeitos no redirecionamento ou reordenação das políticas do Banco. Ele considera que os 'atores locais' são co-responsáveis pelos resultados na implementação das políticas, pois têm capacidade de operar ativamente. Sustenta a sua argumentação com as experiências de vários países, por exemplo: no Equador, no programa de melhoria da qualidade da educação financiada pelo Banco Mundial não foi incluída a educação indígena bilingüe, no entanto, na Bolívia, pela ação dos 'atores locais', ela foi incluída. Ele acredita no poder ou na capacidade dos sujeitos sociais para atuar de acordo com interesses locais e específicos e redefinir as 'propostas' dos órgãos internacionais. Em suma, os eixos da proposta do Banco Mundial são o alicerce de manter um desenvolvimento sustentável que garanta a estabilidade econômica, pese que produza miséria, com ênfase na implementação de políticas de atenção à pobreza como saída política para facilitar a implementação das reformas econômicas. 'Os programas sociais visam garantir o suporte político e a funcionalidade econômica necessários ao novo padrão de crescimento baseado no liberalismo econômico'. (1996. Pp. 28-29)

piloto na América Latina, no âmbito do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Integral de Educação, executado nos anos 1957-63 .

Essas transformações, promovidas pelas mudanças sócio-econômicas e pelo domínio da tecnologia, apoiados no autoritarismo estatal, levaram à criação de Colégios difusores do modelo tecnicista, cuja ênfase principal estava nos “cursos de tecnologia educativa,” dirigidos à educação popular pública e orientados à capacitação de indivíduos para desempenhar um ofício ou profissão remunerada. Isto significa que se priorizam as demandas do mercado de trabalho e se valoriza o processo educativo como formador de técnicos para relações empregatícias, articuladas aos interesses cumulativos do capital. A política pública educativa participa da tomada das decisões que favorece esses interesses.

A dimensão intervencionista estrangeira na Colômbia toma um novo rumo nos anos 70, com relação às políticas educativas governamentais, baseando-se no ideal neoliberal que, segundo informe da revista *Educación y cultura* (Ed.y cult. N.º. 5, 1985) “procura deter o investimento do Estado na educação, através da implementação de medidas financeiras, administrativas e pedagógicas que ajudem a consolidar esses propósitos de auto-financiamento. Essas mudanças obedecem principalmente, à crise profunda que atravessa a economia capitalista, período que se destaca pela recessão, desemprego, baixas rendas, competição irracional, conflito social e insegurança”.

O acirramento desses fatos se dá com o fluxo de capital dos países dependentes economicamente aos grandes centros do capital, embora seja o pagamento da dívida externa a tarefa principal que deva estar presente na agenda do país e, portanto, resultam escassas as possibilidades de fazer investimentos em setores de demanda social como é o caso da educação. Mas, contraditoriamente, o governo tenta legitimar-se através de um discurso de defesa da recuperação do papel social, criativo e liberador atribuído à educação.

Uma conjuntura de mudança é, sem dúvida, o marco que envolve os países da América Latina no período 80-90. S. Fleury (1994) apresenta esse período assim:

(...) marcadas por profundas transformações na estrutura política e econômica na América Latina, em especial nos países do Cone Sul. Em primeiro lugar, pela alteração do sistema político, com os golpes militares (Brasil, 1964; Chile, 1973 e Uruguai, 1973; Argentina, [anos 70]), e a implantação de regimes burocrático-autoritários, pondo fim à incorporação política dos trabalhadores dentro de um modelo populista. Em segundo lugar, pela crise econômica do capitalismo que atingiu a região no início dos anos 80, pondo fim a um ciclo prolongado de crescimento econômico, requerendo uma nova inserção desses países na divisão internacional do trabalho e no mercado capitalista mundial. Em terceiro lugar, pelo processo de transição à democracia, em um novo contexto mundial, com o predomínio da ideologia liberal e os efeitos deletérios dos governos militares e do endividamento externo sobre a economia e sobre a qualidade de vida da população (...). O que se coloca em questão, na região, é a necessidade de reformulação da relação Estado-sociedade, de forma a viabilizar a retomada do crescimento econômico, o controle da inflação e do déficit fiscal, a revisão da inserção no capitalismo internacional, a garantia da governabilidade e da estabilidade política.

E segundo Lenchener, (apud. Mota 1995:82);

“No caso da América Latina, o continente defronta-se com o seguinte dilema: por um lado, a imprescindibilidade de uma inserção competitiva pela impossibilidade de desenvolvimento autônomo, à margem do sistema capitalista mundial, no qual também seria incluído o esgotamento do modelo exportador e a necessária implementação de uma competitividade nos produtos exportados. Por outro lado, a abertura comercial e industrial acentua mais as desigualdades em função do grau diferenciado de inserção de cada setor nos processos de globalização, com sérios rebatimentos sobre a situação social dos trabalhadores”.

O Plano de Abertura Educativa PAE (1991-1994), já aprovado pelo CONPES (Conselho de Política Econômica e Social), forma parte do pacote de mudanças no sistema político determinadas pelo governo colombiano nos anos 90³¹. Essa política tem como propósito, o reordenamento do setor educativo, tendo em vista aspectos centrais como as reformas do MEN (Ministério da Educação Nacional) através de um planejamento estratégico que lhe permita realizar ações educativas a curto, médio e longo prazos, com o intuito de ter uma melhor adequação ao novo marco institucional do Estado. Politicamente, esse

³¹ Essas medidas se geram na década anterior e têm como eixo principal garantir e implementar o ensino básico de educação (básica primária, básica secundária e uma série pré-escolar), em razão do qual, se definem esses níveis de educação, de forma gratuita e obrigatória, abrangendo idades entre cinco e quinze anos.

planejamento está orientado pela tendência à privatização e descentralização da educação, pela inserção do país nas políticas neoliberais. Neste conteúdo, busca o consentimento da população, ao dá ênfase à “participação” e à “democratização” da gestão escolar.

A Reforma Constitucional de 1991 já contém os requerimentos do *Plano de Abertura Educativa*. Os objetivos das políticas constitucionais se dirigem à ampliação da cobertura educativa, melhoramento da qualidade da educação, fortalecimento dos organismos de implementação, através do sistema educativo formal integrado às instituições de formação para o trabalho, descentralização e modernização do setor. Para tanto, buscou-se introduzir um *novo modelo* de financiamento público e ampliar a política social através da educação universitária pública.

Apesar da distinção do espírito *democrático e participativo* da Carta Constitucional, percebeu-se que o propósito foi atrair a sociedade civil para apoiar as estratégias do governo, desconsiderando as reivindicações da mesma em concordância com seus interesses. Assim sendo, esse espaço deu margem à fragmentação dos grupos de base organizados, além de servir de suporte à consolidação de políticas atreladas a interesses de mercado.

No período compreendido entre 1991-1995, foram aprovadas a Lei 30 de 1992, pela qual se organiza o serviço público da educação superior; a Lei 60 de 1993, sobre a distribuição das competências das entidades territoriais e da nação em matéria social e também sobre a distribuição dos recursos; a Lei 115 de 1994 ou Lei Geral da Educação; e a Lei 70 de 1993, referida aos direitos territoriais das comunidades afrocolombianas; além dos Decretos 1745 de 1995, no qual se regulamenta *o direito das comunidades à propriedade*

coletiva das terras ocupadas pelas comunidades afrodescendentes, e o Decreto. 804 de 1995 que trata da legislação sobre etnoeducação.

A Lei Geral da Educação, introduz o Plano Decenal da Educação (1996-2005), cujos objetivos principais são o melhoramento da qualidade da educação e a ampliação da cobertura de acesso à mesma. Isto implica, garantir as possibilidades do acesso ao saber universal através de uma articulação entre o caráter do ensino e as expectativas de criar a aprendizagem com respeito às condições de desenvolvimento humano na prática social.

A nosso ver, o Plano Decenal, na sua condição de política de Estado é um ganho no sentido de propiciar a continuidade da política educativa que, desse modo, não fica dependendo das trocas de governos. Dessa forma, pode-se articular um planejamento a longo prazo. No entanto sabe-se que a política e os processos jurídicos, por si só, não são garantia. Conceitos como *autonomia* e *descentralização*, estão ligados à redefinição do papel do Estado na sociedade, à redistribuição dos meios para exercitar esse poder, ou seja, aos recursos humanos, financeiros e físicos.

O contexto no qual se postula o Plano Decenal teve o seguinte destaque da REVISTA, “El educador frente al cambio” (Nº.29,1996:22):

“os esforços que o país possa desenvolver em matéria de uma educação de qualidade, deverão orientar-se em atender especificamente aos principais desafios no nível pedagógico e administrativo inseridos nos processos de reforma e modernização educativa que se estão executando na atualidade, no país. Tenta-se responder à nova mentalidade pedagógica fundamentada na Lei Geral de Educação: surgem ênfases no currículo, na didática e na avaliação (...).”

Com base no propósito de se conseguir uma educação de qualidade se dá a exigência da elaboração e execução de um Projeto Educativo Institucional (PEI), estabelecendo-se nele,

um novo enfoque curricular que determina a inclusão de um conjunto de disciplinas obrigatórias. Também outorga liberdade e flexibilidade acadêmica para vincular e organizar um grupo de áreas optativas, visando atender o direito dos grupos étnicos de desenvolver seu próprio projeto global de vida, de acordo com a sua cultura. É importante assinalar que o caráter formal das áreas obrigatórias instituídas em todos os graus, centraliza a prática educativa, estreitando as possibilidades de responder às propostas de inovação pedagógica articuladas à realidade local.

Alguns conceitos inseridos na Lei Geral de Educação foram considerados pelos comitês de etnoeducação das organizações de base e pela Coordenação de Educação Contratada (sediada em Guapi), como aspectos resgatáveis para a construção de conteúdos e metodologias de educação diferenciada ou Etnoeducação como por exemplo:

- **A autonomia** de que gozam as instituições educativas regionais, para propor as áreas de conhecimento, introduzir disciplinas eletivas segundo interesses, escolha de metodologias de ensino, planejamento de atividades esportivas, culturais e de troca de conhecimentos na região;
- **Regulamentação do currículo**; sendo que o desenho de linhas básicas será colocado pelo Ministério de Educação Nacional, articulado isto aos indicadores de êxito e dirigido à modalidade de educação formal. No entanto, as instituições regionais, poderão estabelecer planejamentos particulares que respondam às suas necessidades por níveis, distribuição do tempo, critérios de avaliação e administração. Se houver necessidade de mudanças significativas sobre as linhas básicas do Ministério de Educação, a direção da instituição educativa terá que apresentar sua justificativa na Secretaria de Educação Estadual;
- **Flexibilidade do calendário acadêmico**, outorga de autonomia regional para adaptar o calendário às condições econômicas e tradicionais da região. Há a exigência, por período

anual, de 40 semanas de duração mínima, ou semestrais de 20 semanas mínimo. Daí em diante, a região pode planejar um calendário próprio;

A política de descentralização da educação aparece como estratégia para o exercício do controle social pela participação local. O Artigo 73 da Lei Geral oferece uma ferramenta importante: “cada estabelecimento educativo deverá elaborar e pôr em prática um Projeto Educativo Institucional (...) O Governo Nacional definirá estímulos para a pesquisa, para as inovações educativas, de maneira que as instituições possam implementar seu Projeto, sendo que ele terá que dirigir-se ao atendimento das condições sócio-econômicas e culturais da população local. Esse Projeto deve ser viável e avaliado”.

Faz-se necessário reconhecer que as disposições inseridas na Lei são a plataforma para cimentá-la, mas isto não garante os instrumentos para particularizar a etnoeducação, num determinado espaço territorial. Uma vez que, apesar da conquista expressa no plano jurídico, pouco se tem avançado na mudança efetiva das ações implantadas pelos diferentes governos.

Neste estudo parte-se da concepção de autonomia relacionada com a identidade cultural, assim salienta-se o sentido contraditório, desta proposta de etnoeducação. Isto se explica pelo fato de que tanto representa a reivindicação de direitos para os grupos étnicos, bem como é uma estratégia para o governo assegurar o consenso porque, na realidade, ela está ligada à política nacional de descentralização administrativa e desmonte do Estado, seguindo-se os preceitos neoliberais. Ou seja, fala-se em mudança na educação mas não se destinam os recursos necessários para implantação efetiva de tais mudanças. Neste sentido, trata-se de uma descentralização político administrativa sem divisão efetiva de poder, sobretudo dos recursos orçamentários e financeiros.

Assim sendo, é importante salientar que a luta por uma redefinição da educação afrodescendente, diante do que expressa o dever do Estado de promover e fortalecer a cultura

dos colombianos em igualdade de condições, orientando-a de acordo às condições e tipos de produção dos territórios, remete à geração de condições reais que propiciem a materialização da lei. O exercício desse campo, lendo-o como “prática pedagógica,” remete à necessidade de se estabelecer um diálogo entre os conhecimentos próprios do povo e os conhecimentos tecnológicos que aporta a sociedade nacional, levando em conta que a educação afrodescendente deve dar-se em todos os espaços das comunidades. Isto quer dizer, na esfera da cultura, de sua espiritualidade, da sua organização política e econômica.

1.4. As políticas culturais na Colômbia

No contexto do acirramento da guerra fria, a potência dominante passou a ser os Estados Unidos. Assim sendo, foram implementadas estratégias econômico-políticas e ideológicas para legitimar o poder norte-americano na América Latina. A era do planejamento social e econômico para América Latina, portanto amplia-se com a *Aliança para o progresso*, a partir da década de 60. Nesta dinâmica, a dimensão cultural é vista como desenvolvimento³² e assume uma forma instrumental. Assim, PULIDO (1987: 38-39) diz:

A cultura se converteu em objeto de políticas. A política que sempre tinha suprimido a cultura de seu campo de interesse, a integra desde o momento em que o poder começou a nutrir-se de uma concepção instrumental que só visava aparelhos, instituições, organizações, burocracia, controle (...); a política descobriu na cultura um novo modo de fazer política. Neste contexto, tanto a cultura como as políticas culturais foram consideradas simples meios para evadir as contradições sociais próprias do subdesenvolvimento.

³² O Desenvolvimento de Comunidade é um fenômeno histórico que aparece num contexto bem preciso: anos 60. Na América Latina, em geral, ele se desenvolveu sobretudo desde a Revolução de Cuba (1959) através do Projeto do então presidente dos Estados Unidos, - John Fitzgerald Kennedy-, de combater essa revolução através da *Aliança para o Progresso*: “El Congreso de los Estados Unidos aprobó, el 8 de septiembre de 1960, la ley pública 735, mediante la cual se estimulaba el desarrollo social de América Latina (...) las repúblicas americanas firmaron el Acta, cuyo objetivo fundamental era señalar la ruta por la cual los pueblos americanos podrían alcanzar el progreso material que anhelaban, sin sacrificio de los derechos y libertades humanos. El 11 de marzo de 1961, el Presidente Kennedy, bautizó esta cruzada con el nombre de la *Alianza para el progreso*. Se legitimaba así una propuesta de afluencia creciente de crédito para América Latina. PULIDO (1987).

Ao se dizer que o atendimento à cultura e à política cultural é contraditório, salienta-se o sentido restrito como esta política é vista e posta em prática pelo governo colombiano. No que diz respeito à sua definição e desenvolvimento, considera-se que há uma visão burocrática, orientada por um governo conservador e fechado, que só enfatiza os interesses da classe dominante. Com isto, se distancia e menospreza as necessidades e as expressões culturais das classes populares.

Os mecanismos utilizados pelo Estado para dar curso à questão cultural, reduzem-se ao fortalecimento de programas que visam o apoio a museus, ao teatro, ao livro, ao cinema, ao concerto, desconsiderando a multiplicidade de expressões culturais. Assim, concorda-se com WILLIAMS (1992:13):

A cultura, desde um sentido antropológico e sociológico, é vista como 'modo de vida global', distinto, dentro do qual se percebe hoje, um 'sistema de significações' não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas da atividade social [...] mas o outro sentido, de cultura como 'atividades artísticas e intelectuais', 'definida desde parâmetros mais amplos', que seriam importantes de abordar para uma análise das questões e critérios que mobilizam os diversos grupos humanos.

Ao se examinar a concepção de cultura, tida como "um objetivo de políticas", encontrou-se, que esta, pode ser usada como um meio para a discriminação racial³³ e cultural. As ênfases dadas nos últimos tempos à questão da conservação do patrimônio cultural, além de priorizarem as expressões culturais que são do interesse da burguesia, servem para propiciar uma intervenção mais direta, nas práticas culturais, dos grupos tidos como subordinados.

³³ A discriminação racial, pode ser entendida como o trato de inferioridade em relação a uma pessoa (ou um coletivo) em razão das suas características étnicas ou raciais. HERNANDEZ e ORTIZ .1998: 11.

Hoje, são evidentes as grandes transformações culturais realizadas por alguns grupos étnicos, com a incorporação de elementos estranhos às suas próprias formas culturais. Um exemplo pode ser dado por algumas pessoas afrodescendentes do Pacífico que deixaram a sua atividade agrícola para procurar grandes somas de dinheiro, através da mineração em parceria com mestiços, donos das ferramentas de trabalho. A consequência deste labor é a destruição de grandes extensões de terra, além do uso de substâncias químicas na limpeza do produto. Ver foto 1 - Mas, isso não é levado em conta, o importante são: o lucro e poder. Desta forma, a meta é conseguir dinheiro para investir em armas ou aparelhos eletrodomésticos e outros bens da sociedade de consumo.



Foto 1 - Destruição de extensões de terra pela exploração na mineração

Tudo denota a crescente influência da cultura ocidental hegemônica sobre as populações dos ditos países em desenvolvimento. Desse modo, os negros e indígenas são claramente influenciados pelos valores individualistas, competitivos, na busca do lucro e do sucesso³⁴.

Da mesma forma acontece, na Colômbia, a distinção e declaração de amplos territórios ocupados por populações indígenas e afrodescendentes colombianas, como “zonas de reserva

³⁴ La actividad minera marchó paralela al corte y exportación de la madera. La presencia de compañías extranjeras desplazaron a los pequeños mineros en algunos sitios de la costa. Os mineros explotan múltiples microespacios: quebradas.

nacional”, de acordo com as Leis e normas estabelecidas pelo governo e convênios internacionais. Ao final, resultam sendo territórios administrados e usufruídos economicamente por pessoas alheias às comunidades afrodescendentes e indígenas.

Além do mais, a participação dos negros e índios nesses espaços de proteção ambiental e cultural situa-se na ordem das chamadas “tarefas domésticas” e do “trabalho manual” sob a alegação de que eles necessitam de uma melhor qualificação, e de uma formação intelectual, mais ampla que lhes permitam relacionar-se e desenvolver-se em certos campos do saber. Ora, na verdade essas populações tradicionalmente vêm pondo em prática verdadeiras estratégias de conservação do ambiente e da cultura. Por isso mesmo, não podem ser vistas como os novos “bárbaros”.

Por outro lado, o mesmo fato de enquadrar as culturas dentro dos esquemas estigmatizantes, que oscilam entre o marginal e o periférico ou, o desenvolvido e o subdesenvolvido, leva, implicitamente, a uma série de conceitos elaborados e ancorados nos diversos contextos sociais. Pensando nestas distinções, se elaboram projetos e se executam programas, através dos quais se pensa dar respostas às contradições sociais, políticas, econômicas e culturais que surgem como produto das desigualdades existentes no país. Ao ser interiorizadas como normas sociais, estas categorias ideológicas podem contribuir para que os grupos ou as classes legitimem relações sociais profundamente desiguais, ou pressuponham a transformação de situações, cuja existência deve ser tratada com métodos e análises muitos mais complexos.

No mundo contemporâneo, os afrocolombianos tentam participar da vida social do país intervindo, de maneira especial, nos campos da política, da economia e da cultura. Nestes

rios, colinas. Desta forma, empresários trashumantes recorren los rios extrayendo y comercializando el oro en las localidades.

espaços, as suas atividades são limitadas ou absorvidas pelas diversas formas de institucionalização e de controle das esferas públicas, conduzidas pelos que são dominantes. Assim sendo, não têm acesso às posições de poder, de forma ampla porque são considerados os menos qualificados da sociedade.

Um exemplo neste campo é a participação de alguns afrodescendentes nas diferentes formas de criação cultural, onde aspectos da produção artística, ou outras esferas do fazer cultural, encontram pouca aceitação nas relações e decisões do mercado, tanto internas como externas. Não obstante, é no campo da música, do esporte e da dança que algumas pessoas negras têm encontrado sua grande forma de expressão e de ascensão social.

Nessa procura de reconhecimento social, alguns afrodescendentes adotaram estratégias de permeabilidade dos valores próprios da sua cultura através de fenômenos como o *branqueamento*. Além disso, também buscam através das chamadas “boas maneiras” e comportamentos que se supõe ter uma melhor aceitabilidade social, o seu reconhecimento.

A este respeito FANON, apud HERNANDEZ e BIOJÓ (1998:26-33), afirmam:

O fenômeno do branqueamento, constitui um fator básico da ideologia do negro na atualidade e também é uma forma de mobilidade social e econômica, como procura de alternativas artificiais para que a sociedade na qual se vive, lhes ceda, parte do reconhecimento da sua existência. (...) A sua alienação é de natureza quase intelectual, se colocam como seres alienados, enquanto concebe a cultura européia como meio para se desprender da sua raça.

A luta dos afrodescendentes é contra a discriminação étnica e de classe, fato que pode ser observado nas controvérsias que ocorrem nas interrelações com pessoas etnicamente diferentes, embora estejam em condições sociais semelhantes, ou seja mesmo que pertençam a classe subalterna³⁵. Isto se evidencia nas relações de vizinhança e nas dinâmicas de trabalho,

OLARTE (1996: 46).

³⁵ A subaltermidade dos trabalhadores se expressa pela não propriedade dos meios de produção material e cultural e consequentemente pelo domínio econômico, político e ideológico exercido pelo capital. (CARDOSO, 1995)

onde o negro, muitas vezes, deve desempenhar atividades que formam arte de mercados laborais fechados por causa da sua condição étnica: Um exemplo deste tipo de ocupações são: a preparação de estradas, os empregos domésticos e turísticos, bem como no transporte das mercadorias nos portos marítimos. Isto significa que os afrodescendentes enfrentam uma dupla condição: de ser explorados como trabalhadores e como negros.

Uma questão fundamental nesta análise da valorização da cultura afrodescendente, é o desemprego. A condição étnica tem uma grande influência nas dificuldades que enfrentam as pessoas negras para o acesso a qualquer vínculo empregatício. Não é por acaso, que quando se apresentam algumas oportunidades de trabalho, o negro, ainda que possua boa formação profissional, em ocasiões, seu currículo aparece como insuficiente para competir com igualdade de direitos neste campo. Porém, o assunto é mais complicado quando a pessoa tem precária formação.

Como se pode ver, o que aqui aponta-se é uma parte da situação que, de fato, decorre de outro campo de relações que atingem esferas mais globais, e que associadas aos conflitos sociais e econômicos que hoje caracterizam a Nação colombiana tem resultado na atual crise do mercado de trabalho. Neste sentido, se subordinam as classes trabalhadoras a simples peças dentro do sistema de produção, estabelecendo-se a *subsunção* (dependência) real do trabalho ao capital, que tem como alvo o controle de corações e mentes. Assim, na verdade, as diversas formas de alienação contribuem para a ampliação da hegemonia burguesa.

Para DIAS (1998:42-45) “a história do capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar, de expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe”.

Efetivamente, na Colômbia, o investimento no capital financeiro desestimulou a inversão na produção nacional. Por seu turno, também o desenvolvimento tecnológico que economiza força de trabalho produz um alto índice de desemprego no país. Portanto, tais mudanças explicam o fato de que é cada vez mais difícil para os grupos e setores populares resistirem a esses modelos, obrigando-os a procurar práticas de atividades informais de sobrevivência, como por exemplo, as ocupações informais e as várias expressões do trabalho precarizado.

Com referência à exploração que fazem os colonos empresários da madeira no Litoral do Pacífico, considerou-se que o que está em jogo nesse contexto é o exercício da dominação, e a exploração irracional dos recursos naturais do território. Na realidade colombiana, os afrodescendentes, cada vez mais, são espreitados pelas forças repressivas de grupos não negros: o colonizador mestiço, por exemplo, acredita que os territórios onde moram os negros são fontes inesgotáveis de riquezas, mas os moradores são pessoas atrasadas, preguiçosas e incapazes de reconhecer ou apreciar aquilo que possuem. Então, os mestiços na sua condição de civilizados, se aproveitam somente dos recursos naturais, deixando inclusive a população local sem oferta de trabalho.

Em relação a este tema WILLIAMS (1992:117) faz a seguinte colocação:

Nas mudanças técnicas de nossa época, novas formas de acesso e novas formas sociais da produção cultural coletiva estão intensamente sendo exploradas [...] essas formas de produção cultural sofrem a grande pressão das formas dominantes das modalidades do capitalismo desenvolvido [...] que freqüentemente gozam da vantagem adicional de deterem de fato, o controle da produção das orientações das mais novas tecnologias.

Nas últimas décadas, na Colômbia, as comunidades negras e indígenas assistem à intensificação de grandes projetos e programas de desenvolvimento, auspiciados por entidades

internacionais³⁶. No percurso destes eventos, aparecem estes grupos como o elemento fundador do processo, deixando-lhes saber que as ações que ali se realizam são fases naturais e necessárias para seu próprio progresso e enfatizando que é só pelo bem-estar deles que se justifica a presença dessas entidades nas suas regiões.

Este discurso legitimador convida às comunidades a participar da *parceria*, entrevedo as mesmas expectativas na execução do projeto. Mas na prática, as comunidades desconhecem o verdadeiro objetivo e os interesses que movem o investimento do governo e do capital estrangeiro. Porém, elas são conscientes da devastação física que demanda a aplicação de novas tecnologias nos seus territórios, bem como dos efeitos sociais que se geram destas ações.

Na confluência destas interrelações entre os grupos afrodescendentes e grupos não afro, podemos destacar, as tensões que se vivem na luta pela apropriação do território afrodescendente. Este fenômeno que se faz mais complexo quando analisou-se a valoração que cada cultura atribui a esses territórios.

Nas comunidades negra e indígena, existe uma crise dos modelos tradicionais de apropriação do território. Estes, historicamente tem se baseado na herança da terra de uma geração a outra. Assim sendo, ao se articularem às redes do mercado, a pressão exercida pelas multinacionais que têm interesse na área, contribuem para gerar novas formas de acesso à terra. A terra passa a ter um valor de troca, em detrimento do valor de uso tradicional. Enfim,

³⁶ Convênio CEE- PPP (Comunidad Económica Europea – Pequeños Proyectos Productivos). A sua intervenção nas comunidades do Litoral do Pacífico se inicia a partir do ano de 1990. Além do mais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e O PNUD, através dos quais o governo colombiano tenta negociar a terceira fase do (Plan Integral para la costa pacífica) PIADEICOP, inventam uma nova versão da região do Pacífico que a define como “banco genético” devido à sua biodiversidade e endemismo. A cooperação internacional, declara unilateralmente a provincia biogeográfica del Chocó como area de proteção da biodiversidade forçando ao governo central a fazer uma zonificação ecológica da região e elaborar um plano de proteção de seu patrimônio genético antes de negociar qualquer recurso de financiamento com o Banco Mundial. ESCOBAR e PEDROZA (1996:87).

considerou-se que a lógica das comunidades afrodescendentes, difere do mero extrativismo indiscriminado que caracteriza os grupos colonizadores.

A visão de mundo que caracteriza as comunidades afrodescendentes, está ligada à sua organização social e às crenças e valores culturais, fato que determina nelas, a construção de processos sociais onde o tratamento do meio se faz de maneira menos depredadora, a partir de modelos próprios. Estes são produzidos a partir do desenvolvimento de estratégias adaptativas da tradição oral. Esta diferença no modo de agir, serve de base para que determinados grupos alheios à cultura, procedam à implantação das suas políticas dominantes.

Não somente é o processo da migração interna ou externa que influi na problemática dos afrodescendentes, mas considerou-se, que os meios de comunicação modernos, também são determinantes de comportamentos e têm minado a qualidade da estima que o negro tem de si mesmo. Em termos da imprensa escrita e da comunicação televisiva por exemplo, o negro é apresentado ao público, como um malandro da sociedade, o ladrão, e a caracterização de suas moradias como as mais deploráveis. Em suma, o foco da violência de qualquer cidade colombiana estaria nas zonas habitadas por afrodescendentes. Neste processo, é importante salientar que estes meios atuam, muitas vezes, baseados em determinações econômicas ou políticas para concordar com um tipo de produção, de acordo com os interesses dominantes da ordem social.

As relações educacionais que se estabelecem entre negros e mestiços são conflitantes³⁷. Nos centros educativos, não se leva em conta a pessoa como afrodescendente. Um exemplo é que a pessoa raramente tem nome. É apenas nomeada de negro ou negra.

³⁷ "A nossa estrutura social estabelece através de uma verbalização democrática e um comportamento autoritário e racista, um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro, que se formaliza através do sistema escolar, quando em seus textos didáticos não aparecem referências positivas ou relevantes no que toca à criança negra ou aos seus ancestrais

Certamente, o sistema educacional omite a história do negro. Ainda há currículos que estão fortalecidos de informações que distorcem a imagem do negro. Por outro lado, se observa uma resistência e um grande desinteresse dos estudiosos em investigar e trabalhar abertamente este campo. O característico do ensino da cultura é a tendência a exaltar o exótico ou folclórico, através de doutrinas que mostram generalidades, sem ter um aprofundamento sério no concernente à realidade vivida e sentida pelos afrodescendentes do país.

Neste sentido, a Igreja Católica historicamente tem recebido autonomia, por meio das leis colombianas, para a prestação do serviço de educação pública, principalmente, nas comunidades indígenas e afrodescendentes, nas terras chamadas de *missões* ou terras *baldias*. Nestes territórios, eles se convertem no representante legal do governo. O trabalho “evangelizador” de índios e negros se realiza através de uma pedagogia moralista, baseada no evangelho católico que, junto com o ensino do espanhol, serviram para garantir a submissão cultural destes povos.

Assim, o clero impõe seus preceitos de libertação para erradicar o paganismo indígena e dos negros, acima de formas tradicionais de organização social baseadas na poligamia, no politeísmo religioso, no sentido da solidariedade comunitária. A forma como é transmitida às comunidades a fé católica, faz com que se incorporem a culpa e o medo a um poder sobrenatural que tem a capacidade de sancionar com castigos.

Assim, são expressadas as formas preconceituosas de pensar que há uma tendência dos afrodescendentes à dependência, à resistência a mudar certos costumes nos modos de vida, às atitudes de derrota e ao fatalismo. Estas imagens ficaram gravadas nas mentes como uma

“bestializados” ou quando, via de regra, essas crianças nas salas de aula não têm nome, mas são identificadas pelos apelidos quase sempre depreciativos”. CORREIA, Severino (1995:77).

impotência ante forças coercitivas e se constituem em barreiras reais quando se tenta mudar determinadas condições sociais de existência, no interior da sua cultura.

A importância da cultura, neste estudo parte da idéia da presença do afrodescendente na Colômbia, enquanto espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social, que o torna capaz de intervir na realidade e construir condições de existência dignas. Daí, a necessidade de se lutar por novas formas de sociabilidade humana, opostas à ordem do capital. Isto implica em construir uma consciência crítica e reflexiva, para conquistar corações e mentes na direção de um novo projeto hegemônico: o da emancipação humana. Concorde-se assim com TONET (1997) quando afirma:

A emancipação política (democracia/cidadania) constitui uma forma particular de liberdade - de grande importância na trajetória da humanidade - que tem como ato fundante a compra-e-venda de força de trabalho. Por isso mesmo, não obstante seu caráter progressista, sua própria natureza lhe impõe uma limitação essencial. Ao contrário, a emancipação humana (liberdade plena), por ter como fundamento o trabalho associado, ela sim constitui o patamar mais alto da liberdade humana.

Sublinhar aspectos do processo histórico de discriminação racial, inserido no marco do modelo econômico sob a primazia do capital, tem implicações na efetividade e nos resultados das lutas dos movimentos afrodescendentes. Suas reivindicações acontecem muito no âmbito do reconhecimento étnico, da possibilidade de participar na vida política regional e nacional, da necessidade de ter infra-estrutura básica e condições fundamentais de existência, etc. Tudo isto faz com que, se enfatize a necessidade da luta pela propriedade das terras que historicamente vêm ocupando. Há também a urgência do fortalecimento de formas tradicionais da organização, a definição de outros mecanismos de participação que lhes permitam decidir sobre táticas e estratégias próprias, sem ter que servir a interesses dos dois grupos políticos que historicamente têm governado a Colômbia - Liberais e Conservadores -. Assim sendo, enfrentarão a invisibilidade social à qual estão sendo submetidos.

Nesta abordagem, considera-se a cultura na totalidade de uma dada realidade; daí a dialeticidade com outras categorias como hegemonia, economia, história, território, Estado, sociedade civil, classes sociais e democracia, dentre outras. Ao nosso ver, essas são essenciais para se pensar as novas determinações da realidade contemporânea, em nossa aproximação à problemática da discriminação racial, reproduzida historicamente contra os afrodescendentes. Outro aspecto fundamental é a análise de suas formas históricas de lutas e resistência, isto é de seus movimentos sociais.

1.4.1.A cultura: algumas de suas expressões no litoral do Pacífico caucano

No contexto desta investigação, parte-se da cultura enquanto forma de expressão da totalidade desta relações. No sentido de se promover a união, a identidade coletiva de valores afrodescendentes, constata-se a importância assumida pela difusão cultural.

Assim, a cultura articula-se entre o material e o simbólico. Ela aparece como expressão singular em relação a um passado de ascendência africana. Por fim, faz-se urgente articular a materialidade/ subjetividade do ser coletivo afro-descendente colombiano.

Por outro lado, reconhece-se que os valores culturais se constroem a partir da assimilação de elementos culturais emergentes na interação entre três grupos humanos: afrodescendentes, indígenas e europeus. Daí o papel preponderante de que se reveste a etnoeducação.

Desta forma, neste estudo privilegiou-se esses saberes culturais, expressos nas práticas sociais que permitem a reprodução cultural da etnia, dentro de uma dinâmica das relações inter-étnicas. Esses elementos são chaves para o fortalecimento da identidade cultural e da

vida nesse espaço – território. Por isso mesmo, estão presentes nas propostas etnoeducativas das comunidades afrodescendentes colombianas³⁸.

No universo significativo que se tem demarcado como valores culturais dos afrodescendentes, são importantes as crenças religiosas que se materializam na tradição popular como o culto aos santos e o culto aos mortos. Nesse universo simbólico encontram-se expressões os mitos, lendas, contos, valores estéticos (música, dança, linguagem, expressões gestuais, vestuário, artesanato, alimentação), sistema medicinal, as formas de pensamento etc. Esses elementos, contidos na tradição oral, incorporam idéias, atitudes, julgamentos e estilos de relação social, os quais mostram a visão de mundo (cosmologia) destes grupos. Essas manifestações da cultura, conformam estratégias de sobrevivência, que dão significado ou sentido à sua existência no meio físico e social onde habitam. A vida dos afrodescendentes, portanto, engloba sua materialidade/subjetividade, de forma relacional e articulada.

A prática das crenças espirituais que se celebram nessas comunidades funda-se na estrutura religiosa baseada na doutrina judaico-cristã. Crenças estas, que são misturadas com expressões ancestrais de origem africana, as quais nos remetem aos diferentes tipos de comemorações, como culto aos Santos. Estas comemorações têm possibilitado a criação de uma temporalidade, em concordância com o calendário eclesiástico, permitindo-lhes a alternância das atividades cotidianas com os diversos rituais litúrgicos. Esses espaços da dimensão religiosa, envolvem momentos de socialização, de manifestação dos conhecimentos sobre Deus (orações, cantos, segredos, rogativas, oferendas), de diversões ligadas à música e dança – ver foto 2 -, de enfeites nas moradias ou para o cuidado do corpo, como também na acumulação dos alimentos e bebida que garantam certa despreocupação para viver o lazer.

³⁸ Tudo o que existe disponível e criado numa cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro: tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação.



Foto 2: Festa de Santo Antônio com os “Mayordomos” do Santo em Saija.

De acordo com CANCLINI (1983:112):

Para as populações indígenas e camponesas, as festas são acontecimentos coletivos enraizados na sua vida produtiva, celebrações fixadas de acordo com o ritmo do ciclo agrícola ou calendário religioso, onde a unidade doméstica de vida e de trabalho se reproduz através da participação coletiva da família.

A partir dessa esfera de rituais vivificados em algumas festas³⁹, expressam-se formas de relacionamentos entre as pessoas e as forças espirituais no âmbito do sagrado. Os cultos religiosos permitem ver as coisas rotineiras de modo diferente e significativo, eles atuam na vida das pessoas para integrar visões de mundo socialmente divididas. Assim, na cosmovisão religiosa afrodescendente, a relação com “Deus Padre” (Deus principal) é abstrata e distante. Geralmente as pessoas se referem a Ele como alguém que fica mais longe, ao contrário dos santos (semideuses) em que se cria um vínculo mais particularizado. Eles, de uma certa maneira são os aliados das pessoas, seres que compreendem as vicissitudes e atendem de

através do qual um grupo social aos poucos socializa, em sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais. RODRIGUES (1981:25).

³⁹ Se faz referência à celebração de algumas festas patronais como são: a festa da concepção em Guapi e a de Santa Bárbara no Timbiquí.

forma imparcial às diferenças e comportamentos do ser humano e, a partir de cuja mediação, animam e fortalecem a sucessão de acontecimentos do dia a dia.

Nessa conjunção de relações, estabelecem-se nexos muito fortes entre os seres humanos e as divindades, numa troca de favores que aumentam, diminuem ou se modificam, de acordo com a intensidade devocionária dos fiéis. Estas mesmas maneiras de solidariedade se comportam entre seres humanos.

Pode-se afirmar que as crenças religiosas ajudam as pessoas a viver experiências que se opõem aos eventos ordinários, entre as esferas do *sagrado e profano*. Neste sentido, se tenta desviar ou evadir-se, por alguns instantes, dos problemas do mundo real. Às vezes, acontecem situações inusitadas e particulares que as pessoas catalogam como milagres ou aparições, diante dos quais se experimentam diversas reações: gritos, desmaios, etc. Parece que estes atos perturbam o curso normal dos fatos mas, na realidade correspondem a tipos de assombração que as pessoas experimentam quando acham que estão em presença de algo extraordinário, comovidas pela necessidade de estabelecer uma proximidade espiritual entre os vivos e os seres sobrenaturais⁴⁰.

CANCLINI (1983:129) salienta no trecho a seguir o significado das festas:

De que falam as festas? Não falam do Grande Tempo sagrado, nem dos mistérios religiosos, mas do plantio, da colheita e das chuvas, das necessidades comuns de alimentação e da saúde, da ordem que organiza os seus hábitos e as suas esperanças. Para que elas são feitas? Para manter esta ordem, restaurá-la ou para ressituaem-se no interior de uma ordem nova, conforme a descobrem primeiramente em suas práticas econômicas: o crescimento ou declínio dos produtos da terra, a venda de artesanato, o desemprego, a migração. Fazem-nas também para consolidar as relações afetivas comunitárias, o pertencimento à comunidade dos que partiram e regressaram para celebrar.

Na atualidade, ocorrem grandes mudanças nas diversas formas de viver a religiosidade popular nas culturas afrodescendentes. Não obstante, pode-se observar que as pessoas mais

⁴⁰ Os afrodescendentes nascidos no Litoral do Pacífico, construíram um mosaico de crenças e conceitos antropológicos tão diversos como suas origens étnicas. Hoje se conhece que os *Banti* surgiram dos negros que foram escravizados no território colombiano. Considera-se que estes grupos foram os mais permeáveis ao processo transcultural e que o mais característico da sua religiosidade era o culto aos antepassados. OLARTE (1996:25).

velhas das comunidades assumem a continuidade dessas tradições. Porém, elas encontram uma significação para esses valores, achando um princípio de dignidade humana na repetição dos rituais. Esses aspectos, na prática encontram pouca receptividade da população jovem. Além do mais, muitos dos costumes da vida moderna se opõem às velhas tradições, nas maneiras de viver as crenças religiosas.

Nesse sentido, observa-se que, ultimamente, esses espaços de manifestações religiosas vêm sendo alvo de espetáculo, formado pelas romarias humanas atraídas pela abundância de mercadorias. Isto significa que, diante da perspectiva da copiosidade do consumo, muitas pessoas aproveitam o momento para oferecer diversos produtos, incluindo uma grande variedade de objetos que representam as divindades religiosas. Instaure-se dessa forma, o fetiche da mercadoria, a lógica do consumismo, das trocas monetárias

Como observa CANCLINI (1983: 112):

Nas cidades, a existência da divisão entre classes sociais, de outras relações familiares, o maior desenvolvimento técnico e mercantil voltado para o lazer, a organização da comunicação social que apresenta um caráter massivo criam uma festividade que é distinta. A maioria das festas às quais as pessoas vão individualmente, são feitas em datas arbitrárias, e, quando se adere ao calendário eclesiástico, a estrutura segue uma lógica mercantil que transforma o motivo religioso num pretexto; ao invés da participação comunitária, é proposto um espetáculo para ser admirado.”

Embora algumas festas promovidas pelas comunidades afrodescendentes (Semana Santa) tenham ganhado certo espaço como festa- espetáculo, pensamos que outras tradições religiosas ainda sobrevivem e, continuam sendo uma expressão global da participação e de afirmação da solidariedade comunitária. isto quer dizer que as pessoas integram a religiosidade a sua vida cotidiana: elas batizam seus filhos, fazem a primeira comunhão, realizam casamentos, etc, nutrindo a vida cotidiana de expressões ou valores que lhes permitem ter acesso a um campo de diferenciação e de identificação étnica e cultural. Há

muitas significações materiais e espirituais associadas aos rituais religiosos. Isto significa que as pessoas partilham um universo simbólico, fato que as constituem em portadores da religiosidade na sua comunidade.

Neste sentido, LABURTHE-TOIRA e WARNIER (1997:229-230) em referência às atividades rituais dizem que:

Tais atividades têm como valor supremo a vida, concebida seja como força, seja como poder de fecundidade. Essa vida é uma corrente que circula entre os vivos, os ancestrais falecidos e todo o meio circundante...o homem é um ser vivo entre outros, ainda que ocupe, geralmente, um lugar central. Ele comunica-se com os seres vivos através da música ou do ritmo: dança, canto, agitação de todo seu ser, pelo poder vivificante da palavra e pela observância dos rituais.

Deve-se entender, no entanto, que os cultos religiosos cumprem uma função social unificadora, engendrando modelos dinâmicos de comportamentos vividos em coletividade. Eles fornecem um conjunto de representações em que fluem ou se transformam as relações entre as pessoas. Também revitalizam laços de solidariedade, alimentando-se de forças invisíveis que confluem para a organização da sociedade e, ao mesmo tempo, levamos os participantes a uma atitude de compreensão do mundo real, incorporando significados gerais através dos quais, parafraseando GEERTZ (1989:144) “cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta”.

Assim como o nascimento, que transforma um acontecimento biológico em acontecimento social, o ritual da morte para as comunidades afrodescendentes representa também um evento social. Os diversos estágios que envolvem o cuidado com o morto se conjugam em ritos que permitem romper com o mundo dos vivos e preparar o defunto para entrar na vida espiritual. Isto quer dizer que são etapas que indicam a passagem de uma vida à outra. Portanto, é preciso fazer o trânsito sempre acompanhado. Só desta forma é possível nascer novamente, em cujo caso, o morto divinizado se converte num aliado que intercederá pelos vivos, desde uma esfera que pertence ao sagrado.

Trata-se de seres que já não são humanos, mas que com a morte, ganham um poder superior atuando numa esfera invisível para beneficiar ou punir seus invocadores. Estabelece-se assim, uma troca de solidariedade entre os vivos e os mortos. Neste sentido, a comunidade humana experimenta variadas e sucessivas mudanças decorrentes da intensidade do momento. As pessoas organizam o culto, preparam o morto para a viagem, rezam e cantam (alabados), oferecem condolências mutuas e se reúnem durante nove dias (novenário) para rezar, falar e relembrar as ações que a pessoa morta realizou na sua vida. – Ver foto 3 -



Foto 3: Rito Mortuário na Comunidade de Puerto Saija (Município de Timbiquí).

Bem ora estes espaços constituam momentos oportunos para o ensino de valores, normas, usos, costumes, etc, são também uma alternativa válida para as pessoas superarem o trauma da dor coletivamente. Este fato ajuda na reconstrução do mundo individual e comunitário depois de uma perda.

De acordo com LABURTHE- TOLRA e WARNIER (1997: 207):

Os ritos de passagem marcam os tempos fortes da existência: nascimento, iniciação, casamento, morte. Eles são empregados para separar indivíduos de um status para outro status. O rito cria, assim, um ser novo, muitas vezes dotado de um novo nome e munido de um segredo iniciático, cujo objetivo é, sobretudo, assegurar a solidariedade e a submissão sociais. Partindo da experiência de que não se pode passar de uma vida a outra a não ser por uma morte, o homem exprime também sua submissão às leis do ser.

Desta perspectiva, pode-se perceber que a morte física não constitui um estado onde se cortam as relações entre vivos e mortos. Isto quer dizer que o contato continua. Assim, o ritual mortuário também se situa entre o simbólico e o lúdico; o mágico e o mítico. Estas dimensões da vivência religiosa são vivenciadas pelas pessoas na vida cotidiana.

Uma forma de explicar estes fatos é apresentada por GEERTZ (1989: 144), ao dizer que:

Os significados só podem ser 'armazenados' através de símbolos: uma cruz, um crescente ou uma serpente de plumas. Tais símbolos religiosos, dramatizados em rituais e relatados em mitos, parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, tudo o que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que ele suporta, e a maneira como deve comportar-se quem está nele. Dessa forma, os símbolos sagrados relacionam uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor, no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo, abrangente àquilo que, de outra forma, seria apenas real.

A produção artística como parte do legado africano, desempenha um papel ativo na construção da identidade afrodescendente. Ela reforça e ressalta os acontecimentos da vida social, política e econômica dessas comunidades, mostrando, ademais, pautas ou normas de comportamento essenciais para a tomada de decisões na convivência social e comunitária.

Por isto, considerou-se que do ponto de vista das comunidades afrodescendentes o processo educativo deve ter como eixo principal o fato de salientar a cultura própria de um grupo étnico. Deve, portanto, resgatar e deixar entrever esses modelos ou significações das manifestações culturais populares, encontrando canais para que a prática comunitária possa ser levada à sala de aula. As culturas oral e material afrodescendentes são fontes importantes de conhecimento, pois permitem perceber outra visão de mundo, de organização social e de relação das pessoas com a natureza. Elas podem ser usadas na elaboração de propostas que ajudem a ampliar o ensino, mostrando uma maneira diferente de perceber a cultura afrodescendente. Isto quer dizer, mudar conceitos errados que têm apresentado o negro ligado ao lúdico ou figurando como boçal ou braçal. Em suma, identificamos no discurso das

comunidades estudadas, a necessidade de se ressaltar que há uma história que precisa ser novamente apreendida em seu contexto de significações.

Neste sentido, o projeto BIOPACÍFICO considera que “o projeto educativo do Estado, na sua concepção de educação e de práticas educativas pelos conhecimentos que se transmitem e os valores que promove “a universalização, quer dizer, que a cultura nacional y ocidental se converte na cultura de referência da escola, invalidando em grande parte as culturas dos grupos étnicos do Pacífico como fontes principais do processo educativo”.

Por fim, reconhece-se a necessidade de se articular a materialidade/ subjetividade do ser coletivo afrodescendente, a partir do processo educativo emancipatório, recuperando-se sua singularidade/particularidade/universalidade. Enfim, levar-se em conta que a luta do negro está inscrita na luta geral por uma sociabilidade da classe que vive do trabalho, na contemporaneidade.

No capítulo seguinte se fará uma contextualização das comunidades afrodescendentes do litoral do Pacífico; assim como uma resenha geográfica, histórica, política, econômica e sociocultural da Colômbia.

CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES DO LITORAL DO PACÍFICO

2.1 História das comunidades afrodescendentes na Colômbia.

A data de chegada dos escravos à Colômbia ainda não está muito bem estabelecida, mais se considera que a presença dos africanos no país teve seu início a partir do século XVI, com a conquista e a colonização europeia. Assim, as mudanças sociais e econômicas ocorridas na Europa levam à intensificação da demanda de força de trabalho. Desta forma, se dá a invasão e dispersão das sociedades africanas por escravocratas europeus, para cobrir as demandas econômicas das colônias americanas.

Com respeito a este assunto, SODRÉ (1983:8) afirma: “o capitalismo, o progresso, a civilização, a cultura ocidental se tornam possíveis a partir do tráfico de escravos, da grande diáspora negra”.

Desta forma, observa-se que a sociedade e a história do século XV estavam marcadas por duas urgências: o ouro e o açúcar. Diante da pressão do sistema econômico capitalista, a Europa amplia sua rede comercial, dirigindo o tráfico de seres humanos ao Novo Mundo.

De acordo com FREIDEMANN e AROCHA (1986:32), “em fins do século XV se rompe a troca linear de mercadorias europeias por ouro e homens africanos. O ouro americano formou o terceiro vértice deste comércio triangular, realizado sobre os navios artilhados capazes de se movimentar com ventos que vierem em qualquer direção”.

Assim mesmo, CONRAD (1985:140) explica:

No comércio atlântico triangular, levado a efeito pela Grã Bretanha antes que abolisse seu próprio tráfico escravista em 1807, produtos manufaturados fornecidos pelas indústrias britânicas, especialmente tecidos de algodão, eram trocados diretamente por escravos na África. Os mesmos navios que forneciam esses tecidos à África transportavam os escravos para as Índias Ocidentais britânicas ou outras colônias americanas, onde em

contrapartida, eram trocados por produtos tropicais, principalmente açúcar, que então eram levados aos mercados europeus.

Antes da chegada dos europeus, como já indicamos no ponto 1.2, os africanos constituíram diferentes nações. Tinham sua própria organização social, seus costumes e crenças. O sistema de produção econômica baseado na escravidão traz mudanças significativas para estas sociedades. O fato dos europeus priorizarem pessoas jovens, fortes, com boa saúde e com capacidade de resistir ao trabalho nas plantações, produziu o desenraizamento das pessoas de seu hábitat natural. Assim sendo, a sua destruição étnica e cultural, também tem sido uma das causas principais do subdesenvolvimento econômico e social do continente africano.

Na dinâmica relacional do período escravocrata, a divisão social do trabalho e a conseqüente diferenciação de classes constituíram uma ideologia que justificou o posicionamento de uns seres humanos perante os outros. Desse modo, o escravo é um dos pilares para a afirmação da exploração no novo mundo.

A emergência da crise econômica incentiva, no território africano, a captura de pessoas que se realizava de diferentes maneiras: “legal ou ilegalmente”. Para isto, os europeus valiam-se de diversas artimanhas e viajavam até os lugares mais inóspitos para conseguir as nomeadas *peças de índias*.

Segundo CONRAD (1985. 49),

Os mercadores de escravos da costa, chamados tangosmãos, adquiriam escravos em ataques e expedições a lugares remotos, recolhendo tantas ‘peças’ quanto possível, através da fraude, violência e emboscada. Com a chegada dos navios, os próprios africanos iam, às vezes, a caça de escravos. Um grupo cercando outros como ‘animais’, então afirmando que os capturaram em guerras justas e ameaçando abatê-los e comê-los se não fossem comprados”.

FRIEDEMANN e AROCHA (1986:145) nos aclaram o seguinte:

“Na África, vender uma pessoa que pertencia a outro grupo étnico não constituía um crime, mas a escravidão entre africanos não se podia comparar àquela inventada pelos

europeus. A escravidão africana era distinta da implantada no continente americano. Na África, os chamados escravos que eram prisioneiros capturados na guerra, eram obrigados a trabalhar, porém, com o tempo, eles convertiam-se em membros da família. Um escravo chegava a ser o confidente e favorito de seu dono, daí que tentar vendê-lo era motivo de muita resistência. Porém, os europeus se aproveitaram desta instituição, estimulando as disputas tribais entre africanos para conseguir escravos.

O estudo sobre a variedade da composição étnica e das raízes culturais dos grupos de negros que foram escravizados na Colômbia ainda não está muito bem estabelecido. Algumas dessas dificuldades sobre os africanos trazidos ao país, relacionam-se ao pouco interesse demonstrado pelos estudiosos sobre este grupo humano. Por sua vez, também obedece à limitada informação sobre a procedência étnica e cultural dos africanos, além das formas indiscriminadas de captura e agrupamento nos portos de embarque na África e a rapidez com que foram efetuados os traslados nas Américas.

Partindo do pressuposto de procedência pesquisado por FRIEDEMANN e AROCHA (1986:34) temos que:

Aos Angolanos foi dado esse nome quando provinham dos rios Dande e Cuango no centro-norte da Angola. Os Mondongos, moradores da mata Equatorial eram conhecidos como Congos. Os Yolofofos chegavam de Cabo Verde; os Minas tinham passado por São Jorge Elmina, a casa de cativos visitada por Colombo no território Fanti sobre a Costa de Ouro que, na atualidade, é o Estado de Gana. Os Lucumies ou Yorubas, o subgrupo Arará, os Chambas os Guanguís eram da Nigéria, e foram conhecidos como Carabalies; os Bambaras e os Mandingas eram subgrupos dos Mandes no alto Senegal.

Na América, os reis da Espanha autorizavam as licenças de embarque e desembarque de escravos e, em contrapartida, a Espanha recebia uma soma em dinheiro pelas licenças dadas aos transportadores de escravos, das costas africanas aos territórios do Novo Mundo. Os barcos negreiros saíam dos portos africanos de Elmina, Gorée, Arguin, Santo Tomé, Luanda, onde estavam concentrados os escravos: homens, mulheres e crianças. Depois de abastecer-se de água e víveres nas ilhas Canárias, dirigiam-se a seu terrível destino: Cartagena (na Colômbia), Veracruz e a Havana. Também chegavam às ilhas de Barbados, Curaçao e

Jamaica, as quais serviam aos ingleses, holandeses e franceses como centros de depósito e redistribuição do carregamento humano.

A viagem pelo Atlântico tinha uma duração aproximada de dois meses, rumo a portos como Mompox e Cartagena de Índias, na Colômbia. Os negros eram vendidos e distribuídos para ser ocupados na exploração mineira, no transporte, na agricultura e na servidão doméstica, entre outras. Os negros chegados da África eram chamados de BOÇAIS e, depois, quando recebiam o batismo e aprendiam os comportamentos e a língua europeia, passavam a ser LADINOS. Da mesma forma, as crianças, entre sete e dez anos, se apelidava de muleque ou mulequinho (homens) e mulecas (mulheres).

Em termos gerais, a população masculina era maior que a feminina. A preferência pelos homens era a garantia de braços fortes para o trabalho, pois ao escravista não interessava a perpetuação da família ou a preservação de instituições culturais advindas destas gentes⁴¹. Daí que os escravos mortos foram trocados por novos escravos.

Neste sentido, concorda-se com CONRAD (1985:16) quando explica que:

Escravos baratos e abundantes resultaram em desperdício e descaso; e ambientes desgastantes, negligentes e duros trouxeram a morte e uma constante necessidade de novos africanos. Idêntico consumo de vidas humanas ocorreu na escravidão das colônias espanholas, francesas, holandesas e inglesas do Caribe. Circunstâncias idênticas produziram resultados idênticos, praticamente sem relação com as peculiaridades nacionais, tradições legais, posturas raciais ou religiões. Na verdade, em áreas onde a escravidão era altamente desenvolvida e economicamente importante, esses aspectos da civilização europeia tendiam a adaptar-se ao ambiente como camaleões. Os colonizadores ou cidadãos do Novo Mundo se igualavam aos seus predecessores na experiência da colonização, colocando de lado ou alterando tradições ou valores morais que atrapalhavam.

As cédulas reais, ou normas jurídicas coloniais foram as leis disciplinares criadas pela realza da Espanha e usadas pelos escravocratas para lograr o controle e a subordinação dos negros africanos e de seus descendentes. Estas cédulas também foram expedidas em Portugal,

⁴¹ SODRÉ (1983: 124) diz, "desde o início os senhores (proprietários) evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulavam as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias"

na França, na Holanda e na Inglaterra. Eram os chamados *códigos negros ou códigos de sol*. Isto quer dizer que os escravos deviam realizar uma jornada de trabalho que começava desde o nascer até o pôr do sol.

De acordo com FRIEDEMANN e AROCHA (1986:15),

De sol a sol deviam trabalhar os negros nas colônias espanholas da América. Esta disposição aparecia escrita na cédula real firmada em Aranjuez, a 31 de maio de 1789. A lei ou códigos de sol, consistia num grande número de compilações e normas jurídicas repressivas que, desde o século XIII, começaram a surgir com o propósito de exercer controle e submeter os escravos, ou seja, negros africanos, considerados pela legislação da época como bens móveis, foram transportados pelo Atlântico para trabalhar nos campos mineiros, nas plantações agrícolas, no serviço doméstico e em muitas outras tarefas que eles deviam realizar em baixo dos raios do sol.

Através desta forma de planejamento do trabalho: trabalho que manda e trabalho que obedece, o negro participa da grande empresa que é a construção da nação colombiana enquanto mão de obra de baixa remuneração. Assim, se constituiu no pilar principal para a fixação da acumulação de riqueza e para o fortalecimento da tradição colonialista e da dominação espanhola na Colômbia.

Os negros africanos tiveram acesso às primeiras manifestações do cristianismo, sob condições de escravidão. Foram várias as comunidades de religiosos (Dominicanos, Franciscanos, Jesuítas, e os da Ordem de São Jerônimo) que primeiramente fizeram reclamações urgentes à Espanha, advogando a introdução de negros boçais e, posteriormente, se dedicaram a catequizar, batizar e confessá-los na religião católica, com o propósito de salvar as suas almas⁴².

⁴² Mas o trabalho de catequizar os negros africanos não foi tarefa fácil. Neste processo, os escravistas espanhóis, junto com os clérigos e apoiados na "Santa Inquisição", fizeram uso dos mais terríveis métodos de repressão para erradicar costumes, silenciar idiomas e expulsar deuses alheios aos seus. Para facilitar o trabalho evangelizador, alguns clérigos aprenderam línguas africanas. Dessa forma, eles indagavam sobre o passado religioso dos africanos, sobre as suas origens tribais, para

O aspecto mais pernicioso no processo de dominação exercido pela Igreja Católica na época da escravidão foi a sua maneira de proceder à transmissão das crenças religiosas. Eles, através de métodos de intimidação, e dos trabalhos forçados buscavam interiorizar uma relação de humildade frente aos atos de um sistema repressivo e criminoso. Diante da suposta heresia dos escravos se contrapunha a verdade dogmática, depositada numa casta sacerdotal que atribui a si mesma o direito de pensar pelos outros, garantindo assim, as condições para a submissão cultural de índios e negros.

SODRÉ (1983:58-59), afirma:

A igreja inquisitorial é aquela que assim se refere aos homens: 'convencê-los-emos de que só serão verdadeiramente livres quando nos tiverem confiado a sua liberdade'. A Igreja é o exemplo do sentido instituído em significados, dogmas, valores, ou seja, o poder que se constitui quando os homens 'confiam a sua liberdade' a um equivalente geral, a uma instância transcendente, uma lei.

O rigor imposto pelo ensino da religião judaico-cristã afeta diretamente a vida do negro, no sentido de que este tipo de relacionamento põe em crise a sua identidade étnica e cultural. De um lado, este fato o conduz à subalternidade cultural com o conseqüente enfraquecimento das suas características de diferenciação e, de outro, força-o à integração. Foi assim que os negros ficaram excluídos econômica e politicamente da atividade pública nacional, ou seja, "o negro se coloca como um indivíduo de segunda classe" para evitar-se problemas com os proprietários colonizadores e com o tribunal do Santo Ofício. Isto fez com que eles ocultassem as suas verdadeiras crenças religiosas, amalgamando-as em meio aos costumes aprendidos da sociedade européia.

Conforme GUTIERREZ (apud. ZÚÑIGA 1993:23):

O negro, na sua condição de escravo, desenvolveu a sua imaginação na procura de formas de subsistência para a sua posterior emancipação. Uma destas formas foi o sincretismo, manifestado em forma de sátira através de expressões verbais e gestuais onde se ridiculizavam alguns dos costumes do homem branco. O homem negro na Colômbia

utilizá-los como intérpretes ou para punir a sua heresia. Um exemplo disto, constituem os descendentes da cultura yorubas que, na Colômbia, foram perseguidos sob suspeita de islamização. FREIDEMANN e AROCHA (1986. Op. Cit.).

aceita a religião que o recebe ao chegar da África, a pratica ao menos na sua exterioridade. As formas eclesiásticas passaram a ser culturais e ficaram integradas em seu novo modo de vida. Assim, os escravos batizavam seus filhos, recebiam os sacramentos, respeitando os tempos sagrados de acordo com o calendário eclesiástico. Em muitos dos aspectos da sua vida, o escravo incorporou comportamentos da sociedade dominante. Os afrodescendentes colombianos têm conservado danças e bailes, costumes e crenças, assim como abundante literatura oral da época colonial.

Desde a chegada aos portos colombianos, o negro jamais aceita o cativeiro. Continuamente se rebelavam contra as condições de vida injustas, sublevando-se e fugindo das plantações ou das minas para formar os “palenques”.⁴³ As autoridades coloniais os perseguiram como cimarrones.⁴⁴ Tiveram palenques famosos como aquele formado pelos escravos das minas de Zaragoza (Antioquia) em 1598. Outro importante foi o de São Basílio, no Litoral Atlântico, que ameaçava constantemente as autoridades coloniais. Africanos de diversas tribos, sob a liderança de Benkos Bioho (grande líder da revolta negra no ano de 1599), lograram conservar boa parte das suas tradições culturais e sua independência da monarquia européia, através do domínio de territórios próprios.

Um exemplo deste tipo de concentrações humanas é apresentado por ZAPATA (1994 : 237) quando afirma que:

Desde os primeiros tempos da colônia, os arquipélagos de San Andrés e Providência foram os assentamentos de “cimarrones” que fugiam das Antilhas. Neste lugar, a população negra aumentou quando os britânicos levaram escravos para a exploração da madeira. Posteriormente, estas ilhas passaram a ser domínio da Espanha. Os habitantes destas ilhas, conservam tradições africanas, misturadas com costumes dos colonos ingleses e hispânicos.

⁴³ equivalentes dos “quilombos”, no Brasil.

⁴⁴ movimento social que se produz como protesto à escravidão, na região pacífica esse movimento foi importante, destacando-se a luta pela libertação do poder dos fazendeiros escravistas, eles terminam perdendo o controle das estruturas do trabalho e o “cimarronaje” constituiu um movimento histórico, sem projeto político, que teve na exploração da mineração uma saída comunitária, como prática conhecida na memória afro desde seus antepassados na África. Desde o século XVI a região estava dependendo das províncias de Popayán, desde lá se organizava a conquista e a exploração das riquezas auríferas. Até mediados do século XVII, teve escravos nas ribeiras dos rios do Pacífico, o ouro tirado do Pacífico serviu para equilibrar a balança de pago do país, antes da riqueza do café. O Litoral do Pacífico foi sempre uma região subsidiária do país.

Neste estudo considerou-se que as expressões culturais desenvolvidas pelos africanos e seus descendentes foram mecanismos de resistência e de sobrevivência cultural, biológica e social diante a hostilidade do sistema escravocrata.

Na Cartagena, Santa Marta e outras cidades colombianas, os negros escravizados formaram organizações, também chamadas cabildos. Estes estavam constituídos por representantes africanos e seus descendentes, portadores de diferentes manifestações culturais, de acordo com as várias nações ou etnias de ascendência africana. Essas agremiações, permitidas pelos escravistas espanhóis desde os primeiros dias da colônia, à semelhança daquelas confrarias de negros já estabelecidas no território espanhol, constituíram-se numa das bases da luta contra o sistema escravocrata.

Essas reuniões, encobertas pela prática da religião católica, na sua essência, serviram aos negros como espaços de socialização e de construção de hegemonia, pois neste tempo planejavam de forma conjunta a luta pela liberdade. Portanto, eram momentos para o cultivo de formas de reestruturação e organização social, bem como para reviver diferentes práticas, próprias de culturas ancestrais africanas.

Assim SODRÉ (1983:121) apresenta a seguinte explicação:

Hoje se sabe que, em plena vigência da escravatura com seus desmoralizantes castigos corporais, suas sangrentas intervenções armadas, suas táticas de assimilação e cooptação ideológica (concepções de pequenos privilégios, oportunidades de ascensão social para os mestiços, etc.) os negros desenvolviam formas paralelas de organização social: de ordem econômica, caixas de poupança para compra de alforrias de escravos urbanos; de ordem política, conselhos deliberativos próprios para dirimir disputas internas de uma nação ou etnia, ou para a preparação de ações coletivas (fugas, revoltas) ou então confrarias de assistência mútua sob a cobertura das atividades religiosas (cristãs); de ordem mítica- a elaboração de uma síntese representativa do vasto panteão de deuses ou entidades cósmicas africanas (os orixás), assim como a preservação do culto dos ancestrais (os oguns) e a continuidade de modos originais de relacionamento e de parentesco.

Os séculos XVIII e XIX, marcaram a ocorrência de insurreições e movimentos emancipatórios que tiveram grande significado nos espaços políticos sociais da sociedade colonial colombiana. Foram movimentos de resistência, liderados pela elite crioula

(latifundiários, fazendeiros, militares e comerciantes) os quais oponham-se às reformas políticas e econômicas impostas pela Espanha para manter a sua economia .

A elite crioula colombiana, para alcançar os seus fins e interessadas no estabelecimento de mudanças na estrutura social e política, a qual, permitia a inclusão e o desfrute de privilégios econômicos e de poder, aproveita a força de setores sociais como os afrodescendentes escravizados, os indígenas livres e crioulos pobres, para a sua reivindicação. Assim, foram-se organizando por meio de lutas e protestos, como maneiras de revelar sua inconformidade com o regime colonial. Na procura da liberdade, o homem negro também participou destas guerras civis colombianas. Primeiramente, na guerra dos *comuneros* ⁴⁵e depois, na luta pela independência das colônias européias.

Contudo, depois que o país obtém a independência da Espanha, observa-se que as classes subalternas foram traídas pelas classes dominantes. Portanto, com o nascimento da nova República, as promessas realizadas aos grupos subalternos não tiveram eco nas decisões do Congresso e, com a negação destes espaços de participação, começa uma longa história de invisibilidade e discriminação dos afrodescendentes colombianos.

Na Colômbia, as idéias referentes à abolição da escravidão vieram de fora. O governo as acolhe pela pressão das mudanças sociais e econômicas ocorridas na Europa do século XIX, e também pela rebeldia constante dos negros diante do sistema escravocrata. Contudo, os escravistas opuseram-se a estas leis, servindo-se de estratégias variadas para impedir a liberação dos escravos. Alguns deles, como o poeta Julio Arboleda⁴⁶, diante da seriedade da

⁴⁵ A citada revolução ocorreu em Zipaquirá e foi liderada por José Antonio Galán, um mestiço que lutou contra a exploração colonial.

⁴⁶ Julio Arboleda, chamado mártir de Berruccos, soldado, pio, poeta, nascido em Popayan, prócer da independência, político, congressista e líder do partido conservador, escolheu no ano de 1843, entre seus 1.400 escravos, 99 adultos e 113 crianças, os fez encostarem no Andes para vendê-los a escravocratas peruanos. Tanto ele como seu irmão Sérgio, o ex-presidente Tomás Cipriano de Mosquera e outros donos de escravos, tinham que defender seu capital antes que se decretasse a abolição da escravatura. Por sua parte, Arboleda queria vingar-se dos negros escravizados por ele, pois muitos deles, confiando em obter a sua liberdade, rapidamente, apoiaram a revolta iniciada pelo general José María Obando no ano de 1.840. FREIMANN e AROCHA, (1986).

lei abolicionista, aproveitam a conjuntura para recuperar seu patrimônio econômico, vendendo uma grande quantidade de pessoas negras fora do país.

A abolição formal da escravatura se dá na Colômbia através da Lei 21 de 1.851, mas a vigência desta lei só começa a partir de primeiro (1) de março de 1852.

Assim ZAPATA (1994 :245) diz:

Na dinâmica social de meados do século XIX, o alto custo dos escravos e a vantagem que proporcionava o fato de uma mão de obra assalariada sem ter que ocupar-se da sua manutenção, impôs a mudança do sistema escravocrata pelo sistema capitalista mais produtivo. Nestas condições, a libertação dos escravos era inevitável. A libertação, que ao mesmo tempo ajudava a corrigir um dos grandes crimes da humanidade, também caía na contradição de levar milhões de pessoas a outra nova injustiça social, que é a liberdade sem garantir-lhes formas para a sobrevivência. Quer dizer sem terra, ferramentas para o trabalho, sem dinheiro e sem educação.

Os afrodescendentes localizaram-se nos litorais, ocupando esses territórios autonomamente. Ali, se organizaram a partir de numerosos vínculos familiares, unidos em famílias extensas. Nestes lugares, os afrocolombianos desenvolveram costumes, formas lingüísticas particulares e meios de subsistência, de acordo com os labores desempenhados na época da escravidão.

Nesses territórios, desenvolveram atividades produtivas já experimentadas pelos ancestrais africanos, como também aquelas ações realizadas no período escravocrata. Desta maneira, os afrodescendentes do Litoral Atlântico dedicaram-se principalmente à agricultura e à pecuária; os que migraram ao Litoral Pacífico se fizeram pescadores, agricultores, nos espaços livres deixados pela tarefa fundamental que era a mineração. Esta era trabalhada de forma artesanal, servindo-se de materiais do meio natural e com ferramentas rudimentares. Desta reduzida produtividade, satisfaziam-se as necessidades de sobrevivência dos moradores da região.

FREIDEMANN e AROCHA (1986:37), a respeito do povoamento afro no Litoral do Pacífico dão a seguinte explicação:

Alguns ex-escravos que foram mineiros, depois da abolição da escravidão, situaram-se nos rios autonomamente e deram origem aos troncos. Trata-se de grupos de parentes consanguíneos que remontam a sua linhagem tanto pela via materna como pela paterna, até um antepassado fundador do grupo. As pessoas que pertencem a um tronco têm direito sobre as terras e agricultura, reclamada por seu antecessor como propriedade da sua descendência.

Ao longo da história da Colômbia, as diferentes administrações presidenciais estabelecem acordos que facultam a intervenção de diversas entidades nacionais e estrangeiras para a exploração de ouro e de madeira em diferentes regiões do país. Destas terras predominantemente ocupadas por afrodescendentes, algumas companhias mineiras têm desalojado pessoas para expandir a exploração aurífera e de madeira .

No Litoral do Pacífico, as terras ocupadas pelos descendentes de africanos, durante mais de cem anos, foram consideradas pelo governo colombiano, como terras de propriedade do Estado, e eles mesmos como “*colonos em terras baldias*”. Estas leis dão liberdade ao governo para expedir licenças a empresas mineiras nacionais e estrangeiras, que operavam da mesma maneira em todo o país. Neste sentido, as empresas, expropriaram das terras os colonos afrodescendentes e escavaram os seus territórios, utilizando potentes máquinas. As empresas estrangeiras tratavam diretamente com o Ministério de Minas sobre os direitos para dragar os rios. Muitos afrodescendentes assentados nesta região foram empregados destas companhias vivendo, até mais da metade do século XX , uma segunda escravidão.⁴⁷

Quando em 1819, o país consegue a sua independência definitiva da Espanha, passa a ter esta nova forma de dependência colonial presidida pelos imperialistas ingleses, em cujos acordos se facilita a consolidação da livre troca comercial. Fato este que abre as portas à indústria manufatureira estrangeira e condena os incipientes setores do artesanato nacionais.

⁴⁷ Depois da abolição da escravidão, foram as companhias britânicas as que procuraram as velhas minas trabalhadas pelos negros na colônia . Em 1864 se estabeleceu a Frontino Gold Mines Ltda., para explorar os filões de ouro na cordilheira ocidental e em outros lugares como Remédios (Antioquia). Em 1.911, existiam na Colômbia 35 companhias mineiras financiadas com capital britânico. FREIDEMANN e AROCHA Op.Cit P 289

Além dos negros que obtiveram a sua liberdade através da fuga, outros, desde muito cedo se “compravam a si mesmos”. Assim, em Estados como Antioquia, uns e outros passaram a formar parte do conjunto de trabalhadores independentes que, durante o século XVIII, continuaram buscando ouro em grupos de cinco ou menos pessoas. Depois da desintegração das quadrilhas mineiras, organizaram-se em pequenas empresas colonizadoras, baseadas no cultivo de tabaco e aniz. Também formaram um pequeno exército de carregadores de mercadorias pelas estradas de ferro, abertas por negros e indígenas na época da escravidão.

Nas primeiras décadas do século XX, com o incremento da produção fabril, as comunidades afrodescendentes realizam um processo de migração ativa, dos litorais aos centros urbanos do país, principalmente às cidades de Buenaventura, Cali, Medellín e Bogotá. O êxodo dos afrodescendentes obedeceu às demandas econômicas, mas também relaciona-se com questões sociais. Isto, levando-se em conta a ocupação dos territórios pelas companhias mineiras. Assim mesmo, a emigração afrodescendente também se dá pela procura de melhores formas de sobrevivência, por razões de estudo e, ultimamente, fugindo desterrados pela violência dos conflitos entre grupos armados nos seus territórios⁴⁸.

Da mesma forma temos que, com o processo de aculturação étnica, os afrodescendentes citadinos têm assimilado diferentes costumes, onde os elementos de ascendência africana terminaram sendo subordinados. Assim, eles mesmos se convertem ao modelo de ascensão ou de “civilização”, em contraposição àquelas pessoas que ainda convivem nas zonas rurais, caindo no jogo da autonegação da sua própria cultura.

⁴⁸ Estas diferentes formas de movimentação dos afrodescendentes colombianos têm produzido grandes impactos na dinâmica organizacional, sócio-cultural e econômica das suas comunidades na Colômbia. Consideramos que as migrações campo-cidade têm contribuído notavelmente à fragmentação grupal, gerando-se a desintegração familiar. Além do mais, a maioria dos afrodescendentes que chega aos grandes centros urbanos, termina engrossando os bairros periféricos dessas cidades para sobreviver, pois lá eles carecem de condições dignas de emprego.

2.1.1. Povoamento Afrodescendente no Litoral do Pacífico.

A região do Litoral do Pacífico colombiano começa na fronteira com o Panamá, até a fronteira norte do Equador. É uma região quente, de alto índice de precipitação, possui 71.000 Km² de território, dos quais 92% são conhecidos como “Chocó Biogeográfico”, no território colombiano, abarcando os Estados de Nariño, Cauca, Risaralda, Valle del Cauca, Córdoba, Chocó e Antioquia.

Na região que compreende o Chocó Biogeográfico, se calcula que moram em torno de 1 milhão de habitantes, sendo 90% de origem afrodescendente, compartilhando o território com 5% de indígenas das etnias Waunanas e Emberá e outras comunidades de índios katíos, kunas, Tules, Chamís, Eperara-Siapidara, Zenúes, Paeces e Awakwaikeres, distribuídos em 61 reservas e de cerca de 5% de mestiços. Aproximadamente 40% da população afrodescendente vive nos centros urbanos mais importantes da região, como são: Itmina e Quibdó (Chocó); Buenaventura (Valle), Tumaco (Nariño), Turbo (Antioquia) e Guapi (Cauca); também existem pessoas afrodescendente morando as zonas rurais, formando pequenas comunidades e povoados situados nos ribeirões dos rios que atravessam ou vertem as suas águas no litoral e nas zonas costeiras do mesmo.

O povoamento da região do Litoral do Pacífico não tem sido uniforme. Durante 500 anos, a ocupação dessas terras vem apresentado fluxos e recuos constantes de população. Considera-se que o povoamento da população afrodescendente, que é maioria na região, se origina a partir do século XVI, com o avanço das explorações auríferas e a introdução de escravos africanos para a realização deste trabalho, ao longo dos séculos XVII e XVIII⁴⁹. Este

⁴⁹ Os negros foram introduzidos como escravos na costa do Litoral do Pacífico por escravocratas payaneses, pastusos e vallecaucanos, desde o século XVIII, com o propósito de explorar as minas de ouro distribuídas nesse território. Biopacífico, 1993

fato, produziu a ocupação de diversos lugares da Bacia do Pacífico, de uma forma mais permanente durante esses dois séculos .

Assim ZULUAGA (1994:244), explica que:

Progressivamente as explorações mineiras foram ficando exclusivamente em mãos dos negros, cuja organização inicial teve como unidade elemental e básica a quadrilha. A quadrilha de negros na Costa Pacífica não tinha um número fixo e podia flutuar entre quatro e sessenta negros. Nessa época, o grupo de negros devia trabalhar a mina do senhor, (geralmente branco e ausente da zona do trabalho), sob as ordens de um capataz que, em muitas oportunidades, era negro.

No final do século XIX⁵⁰ , aspectos relacionados com a crise da atividade mineira como sistema econômico, a independência da Colômbia em relação à Espanha e a abolição da escravidão, criaram circunstâncias adversas para a sobrevivência dos africanos libertos e seus descendentes, nos centros urbanos do país. Estes fatos estimularam a migração das pessoas, dos centros mineiros coloniais, em direção às zonas de selva do Litoral do Pacífico colombiano.

As mudanças nas relações de produção também afetaram os centros mineiros do Litoral do Pacífico. A queda das minas do Pacífico, seja pela rebelião dos escravos ou por circunstâncias relacionadas com os altos impostos colocados pelo regime fiscal às minas, faz com que os negros as abandonem e se estabeleçam na região formando núcleos sociais independentes.

Nesses territórios, eles se estabeleceram de forma dispersa, gerando estratégias de uso e adaptação ao meio ambiente, articulando-as ao redor das práticas tradicionais de produção. Desta forma, construíram as suas comunidades organizadas ao redor de unidades familiares que permitem a extensão da parentela. Os *trancos familiares*⁵¹ foram importantes para manter

⁵⁰ A colonização do continente americano constitui o Litoral do Pacífico num imenso baldio. No final do século XIX, fica claro o sentido da mudança feita pelo governo: a república legisla, convertendo o indígena numa criança uma vez que o negro é reduzido a uma simples mão de obra para trabalhar nos centros mineiros, na exploração florestal, na produção da banana, coleta de borracha, peles etc. Revista Esteros, 1993

⁵¹ Grupos de família extensa, constituídos de várias gerações provenientes de um antecessor comum.

a sua coesão social em relação ao passado, tanto ancestral como colonial. Neste contexto, criaram-se formas particulares de governo, expressões e códigos lingüísticos trazidos de uma memória cultural, como resposta às demandas do meio físico e social ⁵².

No século XX, novas necessidades de mercado capitalista, estimulam uma nova incursão da sociedade branca às comunidades afrodescendentes do Litoral do Pacífico. O governo se propõe a modernizar o país, através da abertura dos mercados, da integração das regiões para fortalecer a ação institucional. Esta política de desenvolvimento que é inserida no Pacífico visa, principalmente, a construção de estradas como canais para o fluxo dos recursos do interior aos centros urbanos. Assim, fica aberto o caminho para novas formas de colonização, através da proliferação de grandes companhias mineiras e da exploração agrícola e de madeira em diferentes partes do território colombiano, especialmente no Litoral do Pacífico.

Nessa época, o processo de mineração no Litoral Pacífico se inicia com a atitude típica dos proprietários das minas, cuja preocupação principal é o prazer de acumular riqueza rapidamente, para após desfazer-se do território, logo que este deixa de ser importante em questões auríferas.⁵³

A incursão das empresas mineiras introduziu novas tecnologias para o trabalho. Alguns afrodescendentes, assentados nesses territórios, se converteram em trabalhadores das minas estrangeiras, enquanto que outros continuaram trabalhando nos seus “comederos”⁵⁴ e

⁵² A partir dessa dinâmica, o processo de apropriação das terras se construiu com base numa relação estabelecida entre o homem afrodescendente com o meio ambiente. Ou seja, a apropriação de uma cultura com seu entorno, num contínuo processo de inter-conexão, o que possibilitou o desenvolvimento da vida na região.

⁵³ Os mineiros dirigiam-se às Costas do Litoral do Pacífico e penetravam pelos rios acompanhados de “baquianos” (especialistas) inicialmente, indígenas conhecedores dos lugares de alta sedimentação e de areia aurífera. Localizado o lugar, este era demarcado, tomando-se posse territorial do mesmo para depois solicitar o registro e a autorização ante a autoridade que ficara mais perto ou ante a prefeitura. ZULUAGA (1994)

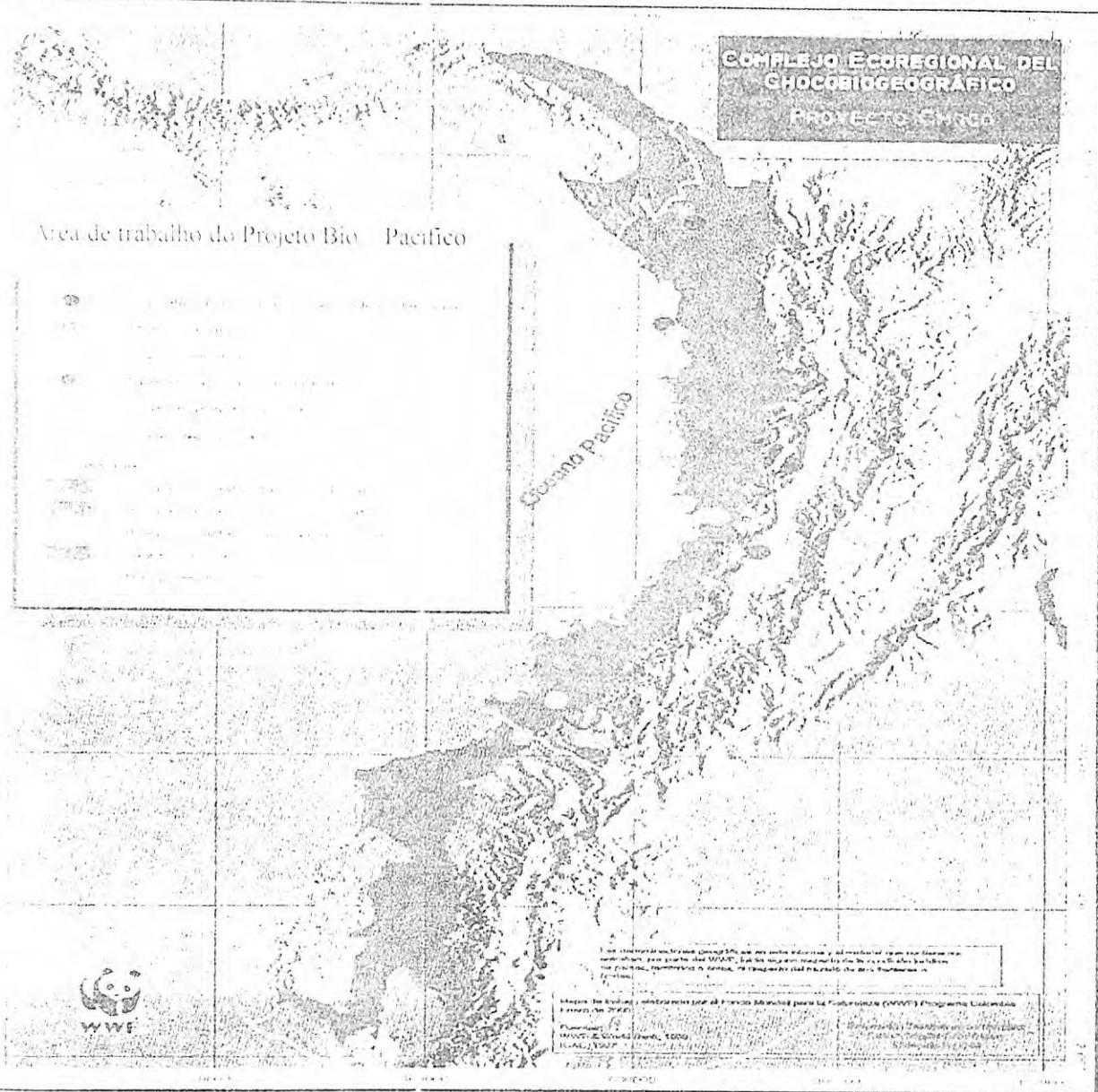
⁵⁴ Pequenas minas pertencentes ao núcleo familiar, localizadas perto das vivendas, sendo trabalhadas como meio de subsistência temporária.

nas minas coletivas dos troncos familiares de forma artesanal, internando-se cada vez mais na selva tropical, optando pelo afastamento diante do avanço da colonização dos mineiros.

Essa troca de relações entre as empresas estrangeiras e as comunidades indígenas e negras traz como conseqüências, a transformação nas relações de produção tradicionais, estabelecidas pelas famílias afrodescendentes e indígenas no Pacífico. A incursão desses grupos cria novas necessidades de consumo, formas diferentes de apropriação da terra, forjando relações baseadas na divisão e na anarquia econômica.

2.1.2. Importância do Litoral do Pacífico no Contexto da Sociedade Colombiana

Na região do Litoral do Pacífico, o setor nomeado *Chocó Biogeográfico* – ver mapa 1- é considerado uma grande e rica reserva natural e uma das regiões equatoriais mais úmidas da América. Essas características especiais a diferenciam do resto do país. Assim, a alta pluviosidade e as elevadas temperaturas têm contribuído para a formação de uma grande biodiversidade.



Mapa 1. Zona definida como Chocó Biogeográfico no Litoral Pacífico
Fonte: Projeto BIOPACÍFICO e suas áreas de trabalho. Ano 2000.

Neste sentido, no projeto BIOPACIFICO (1996) entende-se que:

A região do Chocó Biogeográfico é muito rica em recursos hídricos, mineralógicos. Tem uma maior diversidade de espécies de fauna e de flora. Eis a razão para que se constitua na salvação da economia colombiana.

Historicamente, o Litoral do Pacífico foi uma importante fonte de riqueza para o país e, nas últimas décadas, vem sendo considerado pelo governo nacional, como a região que abrirá as portas do desenvolvimento no século XXI. Quer dizer que, geopoliticamente, a Colômbia projeta seu futuro no desenvolvimento da Bacia do Litoral do Pacífico. A sua geografia resulta interessante para a construção de vias de comunicação e de transporte, ampliação da infra-estrutura hidroelétrica e exploração dos recursos naturais para satisfazer os mercados dos países situados na Bacia do Pacífico.

Desde essa perspectiva, o governo colombiano assume uma posição relevante frente aos discursos e discussões que se relacionam com ecologia, meio ambiente e conservação da biodiversidade. Na concepção política e econômica nacional se tem como uma prioridade a integração dos mercados na economia mundial. Para tanto, precisa ser estabelecida a parceria com a comunidade internacional, especialmente com os países do Leste Asiático, para garantir investimentos a gestação de planos de desenvolvimento regionais.

Diante deste panorama de negociação mundial, observamos que o tema da *era do Pacífico* desperta diversos interesses e certa expectativa nas comunidades que habitam a região. Sobretudo, interessa-lhes saber como eles aparecem inscritas nas determinações que se tomam sobre seu território e como participarão no processo, junto com esses poderes.

Como já dito, as comunidades têm vivido ao redor de estratégias de desenvolvimento tradicionais, onde o conceito de território, por exemplo, perpassa o limite específico da moradia e se situa numa visão de espaço ampliado, englobando assim, diferentes cenários de

circulação como os rios, a selva, o mar, e as diversas interrelações que se tecem entre o ser humano e seu meio.

Fazendo uma análise dos grandes projetos que vêm intervindo na região, considerou-se que os grupos indígenas e afrodescendentes não têm sido considerados como parte importante nesses modelos de desenvolvimento. As experiências de inserção institucional chocam-se com o modelo de desenvolvimento tradicional: as dinâmicas comunitárias, baseadas em práticas para a sobrevivência, a vida diária, a terra, o mundo espiritual, as relações entre gêneros e entre gerações. Por detrás deles estão uma história e uma cultura. Portanto, as ações sociais governamentais não têm trazido benefícios à população, em termos de desenvolvimento humano. Do ponto de vista do governo, a cultura do Pacífico se constitui num obstáculo para o estabelecimento do moderno.

Nestes termos, concordamos com ASHER⁵⁵ (1995:7-8) quando diz:

A política econômica do governo colombiano faz grande publicidade da região e de seus habitantes, que se convertem em objeto de estudo e pesquisas dos macro-projetos como o Projeto Biopacífico (PBP), financiado pela GEF (Fondo Global para el Medio Ambiente) e o Plano Pacífico, financiado pelo Banco Mundial. Os habitantes da região do pacífico, indígenas e afrodescendentes, se queixam desses projetos. O fato de não serem consultados para a realização destes projetos, os coloca como objeto de intervenção. Assim, eles se percebem como pessoas necessárias para conservar riqueza em benefício de outros que as possam explorar, isto sob o fundamento de que essas comunidades devem alcançar um nível de desenvolvimento semelhante ao de outras regiões do país.

Neste clima de mudanças econômicas e culturais impostas pelo governo, observa-se que há certa ambigüidade com relação às políticas de desenvolvimento pensadas para a região do Litoral do Pacífico. Por um lado, o governo enfatiza ações de desenvolvimento regionais, abrindo as suas fronteiras ao grande capital e, de outro, abre espaço na Constituição Política, à participação das comunidades no processo de negociação dos direitos sobre o território, manifestando a sua intenção de que elas sejam ouvidas nas decisões sobre seu próprio destino. Toda esta situação, dificulta a ação de participação e o avanço organizacional dos grupos

étnicos afrodescendentes, pois continuamente devem enfrentar a negação de direitos reconhecidos institucionalmente.

2.2. A Colômbia: sua geografia

A Colômbia está situada no noroeste da América do Sul, equidistante dos extremos do continente americano, cortada pela Cordilheira dos Andes e caracterizada pela predominância de vastas áreas de florestas tropicais⁵⁶. É o único país do continente banhado pelo Oceano Pacífico e também pelo litoral Atlântico, com 2.952 quilômetros de costa⁵⁷. Ver mapa nº 2, 3 e 4.

O país, tem a segunda maior população da América do Sul, 41,6 milhões de habitantes (1999), distribuídos em: afrodescendentes, 25%; mestiços 73% e ameríndios, 2%. A densidade demográfica do país é de 36,44 habitantes/ km². O crescimento demográfico é de 1,9 ao ano (1995-2000) e tem uma superfície sobre o nível do mar de 1.141.748 Km², segundo dados do “Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC –”.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,768, sendo esta uma média simples dos três indicadores que representam essas condições: expectativa de vida, grau de escolaridade e renda per capita dos habitantes. Sua escala varia de 0 a 1, e quanto mais próximo a 1, melhor a qualidade de vida.

⁵⁵ Pesquisadora indiana que trabalha em Universidades dos Estados Unidos e, na atualidade, desenvolve pesquisa sobre as comunidades afrodescendentes do Litoral do Pacífico na Colômbia.

⁵⁶ Dois terços do território estão cobertos por florestas tropicais. Fonte: ALMANAQUE ABRIL 2000 (170-2)

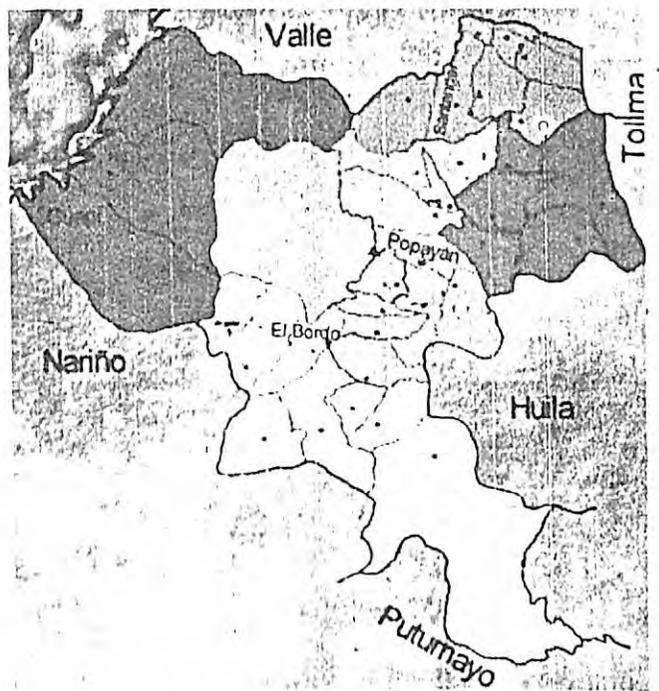
⁵⁷ “A Colômbia está localizada pelos seus extremos, assim: pelo Norte, 12° 26’ 46” de latitude norte, em “Punta Gallinas” na península da Guajira, que por sua vez, é o ponto mais setentrional de América do Sul; pelo Sul, 4° 13’ 30” de latitude Sul, na desembocadura da Quebrada San Antonio, perto da cidade de Leticia no Departamento de Amazonas; pelo Oriente 66° 50’ 54” de latitude oeste do meridiano de Greenwich, na Ilha de San José no rio Negro, no Departamento da Guainia, frente à Pedra del Cocuy, ponto da confluência dos limites entre a Venezuela, Brasil e Colômbia; e pelo Ocidente, 79° 02’ 33” de longitude a oeste do meridiano de Greenwich, na desembocadura do Río Mira no Oceano Pacífico, no Departamento de Nariño. Colômbia também compreende: no mar Caribe, dos Arquipélagos de San Andrés, Providencia e Santa Catalina e mais perto desse litoral, a Ilha Fuerte e os arquipélagos de San Bernardo e do Rosario. No Oceano Pacífico, compreende a Ilha do Malpelo e no Oriente, as Ilhas de Gorgona e Gorgonilla, frente às costas dos Departamentos de Cauca e Nariño” . (///www.ASPECTOS FISICOS. Colombia.htm)



Mapa 2 – Localização da Colômbia na América do Sul



Mapa 3 – Litoral Pacífico Colombiano



Mapa 4: Estado do Cauca e seus Limites

A Colômbia limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; pelo oriente, com a Venezuela e o Brasil; no sul, com o Peru e Equador; e no ocidente, com o Oceano Pacífico e a República do Panamá. Tem clima tropical é afetado pelas diversas altitudes sobre o nível do mar. No aspecto físico, o território está dividido em duas regiões: a montanhosa, determinada pela presença da Cordilheira dos Andes e a formada pela Orinoquia e a Amazônia, no oriente dessa cordilheira.

O território colombiano, está dividido em seis regiões naturais: Atlântico, Pacífico, Orinoquia, Amazônia, Andina e região Insular dos Arquipélagos de San Andrés, e Providência e Santa Catalina. A variabilidade topográfica e o avanço ou retrocesso das forças produtivas são determinantes das condições de vida que, em cada período histórico, foram desenvolvidas nestas regiões⁵⁸. Assim mesmo, as pressões que exercem diferentes grupos humanos, movimentados pelos seus interesses particulares sobre o território, têm produzido um acelerado processo de descomposição da estrutura social, comprometendo a identidade étnica e cultural de seus habitantes.⁵⁹

A distribuição territorial da população colombiana tem-se baseado, principalmente, no desenvolvimento das atividades produtivas. Isto é fundamental para a caracterização da regionalização racial. Desta forma, observa-se em algumas regiões, a predominância na composição de certos grupos raciais. No caso dos Litorais colombianos, pode-se perceber uma porcentagem alta da população de afrodescendentes.

Na região do Pacífico, a existência de uma maior focalização de certos costumes, tradições, formas lingüísticas e dialetais e visões de pensamento, constituem elementos

⁵⁸ Porém, a aplicação de certas técnicas de produção como são as máquinas escavadoras de terra nos labores de mineração e certos estilos de vida que se tecem e se desenvolvem a partir do relacionamento homem – natureza, tem alterado leve ou majoritariamente o meio ambiente natural.

⁵⁹ Fisiograficamente o território Colombiano está dividido em duas regiões: a montanhosa, determinada pela presença da Cordilheira dos Andes, e a conformada pelas bacias do Orinoco e do Amazonas, ao oriente dessa Cordilheira. A Cordilheira dos Andes, no “Macizo dos Pastos” se divide em dois ramos: originando a Cordilheira Ocidental e o outro ramal direito constituindo, no “Macizo Colombiano”, os Estados de Cauca e Huila -, as Cordilheiras Central e Oriental.

diferenciais da cultura afrodescendente. Mas este fato não se constitui num fator limitante do crescente fenômeno da miscigenação racial e da presença de diversas manifestações culturais já existentes desde a época colonial, em cada região, como produto do cruzamento entre três raças (negra, branca e ameríndia).

No nível nacional, há a presença de afrodescendentes nos Estados de Valle, Cauca, Nariño e Chocó, (Litoral do Pacífico). Também há predominância desta população no Litoral Atlântico, nos Estados de Bolívar, Sucre, Cesar, Magdalena, Córdoba, San Andrés, Providência e Santa Catalina e na Guajira. No centro do país, localizam-se nos Estados de Antioquia, Putumayo, Meta e Casanare. Não obstante, grandes focos de população afrodescendente se encontram situados em pequenas cidades e nos ribeirões do Litoral do Pacífico.

2.2.1 Contexto histórico

No fim do século XV, todo o Litoral da Colômbia era habitado por índios Caraíbas e no seu planalto, por Chibchas, agricultores e mineiros . Os tesouros desses índios são saqueados pelos espanhóis que acreditavam que ali ficasse o lendário “El Dorado”, um reino com ruas de ouro.

Com a conquista espanhola (1492), se inicia um processo marcado pela violência, pela luta contra a população indígena, causando muitas mortes. Os índios tinham a posse e uso da terra com sentido comunitário. Isto quer dizer que a terra não significava um valor de troca, senão de uso. Portanto, seu aproveitamento se efetuava atendendo à satisfação das necessidades de sobrevivência, articuladas à sua cultura. A intervenção dos espanhóis modificou essa relação comunitária de relação com a terra e eles instalaram o modelo de colônia de exploração. Neste sentido CROSS (1995:100) diz,

A destruição da identidade própria de uma cultura ou de muitas culturas, começou faz cinco séculos, com a subjugação e a evangelização da conquista. A destruição das culturas aborígenes americanas, que persiste na atualidade, é o resultado da empresa civilizadora empreendida pelos padres missionários do século XVI. Naquela época, como diz Lévi Strauss, os índios se deram conta de que os espanhóis não eram deuses, senão homens e os espanhóis reconheceram que os índios eram homens e não animais. Hoje, apesar dessa história de aniquilamento da população indígena, existem na Colômbia oitenta e um grupos étnicos de indígenas.

De acordo com OSPINA (1999:28):

A concepção ideológica dos europeus, e em particular dos espanhóis, estava marcada por uma propensão pela sede de conquistas. Levando em conta que, anterior à ocupação da América, a Península Ibérica foi seguidamente tomada por fenícios, cartagineses e romanos, por visigodos e pelos mouros, dessa relação histórica se pode conceber a mentalidade espanhola cuja tendência a violentar qualquer espaço, ser humano, idéia, ou cultura combinava perfeitamente com a sua visão do mundo⁶⁰.

O poderio da Espanha se inicia primeiramente com a invasão da Itália e do Mediterrâneo, depois continua com a ocupação e o saque das riquezas das terras americanas. Assim, apoiados na religião cristã, o país e seu rei, Carlos V, se enchem de prestígio posicionando-se como o reino mais importante do mundo. Embora esta história de conquistas, de submissão de povos culturalmente distintos, tenha glorificado, nessa época, a Espanha, o país foi vítima das suas próprias contradições⁶¹. Pois, nas mudanças sociais, como foram as reformas protestantes, movimentaram seu principal suporte ideológico marcando um rumo diferente no futuro do mundo.

Assim, tendo reduzido e disseminado a população indígena, a dinâmica sócio-econômica da colonização européia determina a introdução de uma grande quantidade de população africana para a exploração escravocrata nas Américas.

Neste sentido LERMA (1998:38), diz:

⁶⁰ Assim, *o mundo parecia ser de quem se apoderara dele*. Destacar que frente à fria ferocidade do extermínio total dos nativos que se deu na América do Norte, a conquista espanhola esteve cheia de ambigüidades, de contradições; é dizer, então, que o planeta, tal como hoje o concebemos, nasceu com o Descobrimento de América.

⁶¹ A Espanha invocava os direitos soberanos da nação para expulsar os mouros e os judeus, porém, ao mesmo tempo, legitimava sua invasão a outros reinos em nome da cristandade, de levar o catolicismo, sendo, por sua vez, contrariada pelas evidências da ciência que negava verdades milenares dessa religião: escuros dogmatismos foram confrontados, inaugurando-se a modernidade, a idade da grande miscigenação étnica e cultural, embora a mesma Espanha tentasse estender a hegemonia monolítica de uma cultura. Sendo o país que inaugurava a Idade Moderna e um dos núcleos do Renascimento, trouxe para a América heranças de Idade Média tardia, essa contradição entre as maiores audácias e seu refugio, por séculos, traz uma incompreensível muralha de conventos e de quartéis.

A população africana, pelos seus já conhecidos desenvolvimento e experiência no trabalho com cana de açúcar e a mineração, foi trazida na condição de 'escravizada', a partir de 1528, para a então província da Nova Granada, principalmente para a exploração de ouro no Litoral do Pacífico e o cultivo de cana de açúcar nos Vales do Rio Cauca. Também foram destinados a realizar outras ocupações que por serem consideradas de menor prestígio, por outros grupos raciais, eram de responsabilidade da população escravizada, como; a criação de gado, o serviço doméstico e ofícios diversos.

Na Colômbia, os seus diferentes grupos humanos ocuparam o território de acordo com o modo de produção herdado da colônia. Pode ser esta uma das causas da acentuada caracterização de identidades étnicas que se apresentam em cada uma das suas regiões. Assim, os brancos (peninsulares) e os seus descendentes americanos (crioulos), ocuparam as partes altas das cordilheiras central e oriental, antigamente habitadas por indígenas; lugares esses, mais de acordo com as suas formas de vida e com suas atividades produtivas.

De igual forma, a população afrodescendente, depois da abolição do regime escravocrata, se situa principalmente nos ribeirões dos rios que deságuam nos dois litorais colombianos. Nesses lugares, a população procura formas alternativas para o desenvolvimento das suas atividades tradicionais de produção e a recriação de outras expressões da sua cultura.

2.2.2. A questão sócio política

O poder político na Colômbia é dividido entre os partidos políticos: Liberal e Conservador. A rivalidade mantida por esses partidos, durante mais de um século, tem desencadeado sucessivas guerras civis. Essas tensões têm sido usadas como formas de dirimir os antagonismos entre partidos políticos. Essas tendências políticas, vêm partilhando o poder por 150 anos. Em seus nomes se promovem a guerra civil e a violência.⁶²

⁶² É importante lembrar que no século XIX, seu conteúdo ideológico dava ênfase nas diferenças conceituais entre autoridade e liberdade. Os latifundiários eram conservadores, os artesãos e comerciantes liberais. O ex-presidente Mosquera (1861), entrega aos liberais os bens da Igreja e conseguiu a fusão dos interesses. A separação da Igreja e do Estado estava no coração da contenda. Passados 100 anos, continua sem resolver-se essa separação, sendo um ideal liberal. Mas, eles

Uma destas revoltas ocorreu com a “Revolução dos Comuneros”, acontecimento que mobilizou a população colombiana contra a exploração colonial, no ano de 1700. Já em 1810, com a liderança do libertador Simón Bolívar, ocorreu a conquista da independência com relação às colônias espanholas. Este fato possibilitou a criação da Grã-Colômbia, constituída pela unificação da Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador. Esta aliança foi desfazendo-se progressivamente, pois em 1830 acontece a separação da Venezuela e Equador e, em 1903, a separação do Panamá, processo que se consolida através da formação de Estados Independentes.

Com a criação da *Frente Nacional*, (1958-1974), se efetua a repartição do poder político colombiano. Este evento, se constitui numa das estratégias para o bipartidarismo dar resposta à crise existente no país. Neste sentido, a classe política, assume o pacto de alternar-se na presidência do país, em intervalos de quatro (4) anos. Este fato impôs os interesses de frações de classe e consolidou o poder das oligarquias político-econômicas colombianas.

O poder, historicamente fundado na credibilidade do direito de nascimento, de casta ou de classes é legitimado através deste acordo. O estabelecimento de uma classe política dedicada à criação de leis, se constitui como paradigma para o direcionamento das relações interpessoais. Desta forma, os uso e abuso do poder vêm impregnando todos os acontecimentos na sociedade colombiana.

Neste sentido, é evidente a forma arbitrária com que os governos atentam contra os direitos humanos. Uma destas formas é quando, através das suas “Forças Armadas”, tentam solucionar conflitos de tipo social, como são as greves dos sindicatos dos trabalhadores e dos estudantes. Portanto, em nome dos “valores democráticos” se faz uso de uma normatividade legal para reprimir manifestações contrárias ao governo.

conseguem apagar a disputa, fazendo com que ambos tirassem proveito: os conservadores impondo o modelo autoritário – o centralismo – e os liberais ficando com os votos, representando a “tolerância” entre todos.

De acordo com Fleury (1994:129):

“é evidente que a violência nunca deixou de ser parte das respostas estatais à emergência das demandas sociais, ou seja, que no nome da compreensão da proteção social como uma política pública, requer a sua inserção como parte das estratégias e projetos que se cristalizam no âmbito estatal visando a criação, reprodução e manutenção das estruturas de poder.

Nessa direção, nos apoiamos em ZULETA (1995: 87-88) para dizer que;

Os Estados totalitários são tão fracos que têm medo do artista que pinta diferente; esse Estado é tão débil que leva à cadeia os poetas pelo fato de ser diferentes. Num Estado forte, pelo contrário, o cidadão pode estar tranquilo quando em desacordo com o governo ou com o Estado, porque pode apelar a sua normatividade para dirimir as diferenças que se apresentem na vida civil. Um Estado forte é um espaço em que as diferenças de opinião ou de interesses podem debater-se na legalidade sem se recorrer à violência.

Na década dos anos 50, a falta de participação da população na vida política e econômica do país, além das poucas garantias para fazer oposição aos partidos tradicionais, gera nas classes subalternas um quadro de insatisfações e descrença com relação à classe política nacional. Este fato ocasiona fortes lutas contra o esquema bipartidário⁶³.

Esta crise desenvolve fortes sementes de violência, dando passo à formação de vários movimentos guerrilheiros, como os que surgem nos Estados de Huila, Llanos Orientales, Cauca, Santander, Valle, bem como no sul e oriente do Tolima. São essas as mais vivas forças de resistências da população frente à dominação do governo. Nesta mesma época, aproveitando o espaço que se apresenta com o golpe militar do general Rojas Pinilla (1953), se convidam os movimentos armados para uma etapa de negociações com o governo. Este processo termina com a suspensão temporária da luta, mas sem a entrega das armas por parte dos grupos guerrilheiros.

⁶³ A repressão, a fraude eleitoral, os mecanismos de exceção, a desinformação, constituem instrumentos recorrentes das elites políticas bipartidistas para fazer frente às organizações populares que surgem da base da população. Assassinatos como os dos líderes Rafael Uribe Uribe, Jorge Eliécer Gaitán – 1948 -, Guadalupe Salcedo – 1957 -, Jaime Pardo Leal, Bernardo Jaramillo Ossa, Carlos Pizarro León Gómez – 1990 -, Manuel Cepeda, e muitos outros que seria impossível listar neste trabalho, ficaram na impunidade e foram decisões estratégicas importantes para a submissão do movimento social que vinha lutando contra a hegemonia dominante.

Mas de fato, as transformações sociais a que aspira a população colombiana, na prática, não ocorrem e as forças da dominação seguem seu curso, negando os espaços de participação pelas vias da legalidade. Assim, surgem outras organizações político- militares fora da lei. Elas tentam ganhar pelas vias de fato, aquilo que não é obtido pelo direito. Neste sentido, são movimentos reconhecidos no âmbito nacional e internacional as chamadas “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia” (FARC), no ano de 1964. “El Ejército de Liberación Nacional (ELN), no ano 1965 e, “el Ejercito Popular de Liberación (EPL), em 1966. “El Movimiento 19 de abril” (M-19), “El Partido Revolucionario de los Trabajadores” (PRT), o Movimento Indigenista “Quintín Lame” e “La Autodefensa Obrera” (ADO) que surgem a partir da década de 70.

Na década de oitenta, se observa um maior crescimento dos protestos da sociedade civil, bem como o incremento das forças guerrilheiras nas zonas rurais. O governo, através da sua política de “segurança nacional”, aciona contra os grupos à margem da lei. Assim, ante a ofensiva oficial se intensifica a guerra e aumentam os protestos populares, comovidos pelos massacres coletivos e indiscriminados de camponeses, docentes, estudantes, sindicalistas e políticos, entre outros.

Neste panorama nacional, qualquer oposição política é silenciada com a morte. Porém, existe grande confusão da população, pelo fato de não ter clareza sobre as circunstâncias que originaram e intensificam esses acontecimentos. Tampouco se tem certeza das tendências e representatividade dos grupos envolvidos no conflito. Isto impede compreender de qual dos lados do confronto se produzem os tantos crimes que no dia a dia acontecem no país, pois o que se trata é de criar a confusão, desestabilizar a ordem social e de afastar a atenção da realidade de desigualdade social, impondo a luta de todos contra todos. Este fenômeno, ao

tempo que distorce a realidade, impede de se visualizar os efeitos que produz para a sobrevivência humana o modelo de desenvolvimento econômico implantado no país.

Nos anos 90, apesar das medidas tomadas no âmbito nacional e no internacional, a problemática social colombiana não muda. A intervenção direta dos Estados Unidos no controle do tráfico de drogas, com o firme propósito de cuidar da soberania e da democracia do mundo que, supostamente, vêm sendo ameaçadas pela violência colombiana, só contribui para intensificar os métodos violentos, dos quais já fazem parte as intervenções dos *paramilitares*, guerrilheiros e força pública, sem visar alternativas de transformação real à realidade colombiana.

Ao lado disto, constata-se na Colômbia a existência do poder de apenas 12 famílias, que se constituem em uma expressão oligárquica de poder.

2.2.3 A Questão Econômica

A Colômbia é reconhecida como um país de diversidade topográfica e climática, a qual possibilita uma enorme diversidade de cultivos agrícolas⁶⁴. Tendo em conta que o país tem 114,2 milhões de hectares, dos quais 18,78 milhões têm vocação agrícola, só 5,3 milhões se empregam com esses fins, de acordo com “El Instituto Colombiano de Reforma Agraria – INCORA –”, a distribuição e uso da terra no país, relaciona-se com as políticas macroeconômicas inseridas na abertura econômica. A falta de estímulos efetivos para o camponês, a pressão exercida pelo fenômeno da violência na qual participam interesses diversos, representados pela guerrilha, narcotraficantes, forças do governo e paramilitares. Tudo isto, vem gerando a saída do camponês das terras agrícolas, muitas das quais passam a

⁶⁴ Nas zonas temperadas das vertentes das montanhas se cultiva o café, que é o principal produto agrícola e de exportação. Nas regiões de clima temperado, cultivam-se cítricos e outras variedades de frutas, tomate, milho, feijão, macaxeira e cereais. Nas zonas quentes se produz algodão, banana, arroz, cana-de-açúcar, cacau, palma africana, soja e muitas frutas tropicais como abacaxi, mamão, coco, manga, etc. Os climas frios são aptos para a batata, o trigo, a cevada, hortaliças e muitas espécies de flores.

ter novos donos e eles decidem explorá-las para criar gado, mudando completamente a vocação das mesmas.

No litoral Atlântico, Llanos Orientales e na Sabana de Bogotá, o território está dedicado à criação de pasto e gado. Na costa dos oceanos (Atlântico e Pacífico), a extensa rede fluvial oferece uma variedade de recursos pesqueiros.

A mineração é um setor econômico de importância. Neste campo, destacam-se as reservas carboníferas do norte e as jazidas petrolíferas do oriente. O país é o primeiro produtor mundial de esmeraldas e também ocupa um lugar importante na produção de platina, ouro e prata. Entre as indústrias, se distinguem as têxteis e as de confecções, siderúrgica, química, petroquímica, plásticos, couro, artes gráficas, alimentos e bebidas.

A Colômbia é um país com importantes recursos naturais, mas as formas de distribuição e de utilização dos mesmos acrescentam sérias dificuldades econômicas para as classes subalternas. Um exemplo disto é a pesca industrial, que vem sendo controlada por grandes empresas nacionais e estrangeiras. Desta forma, são limitados os espaços para a gestação de um modelo diferente de apropriação dos recursos. Algumas das reformas que, ao longo da história do país, vem sendo ensaiadas para a repartição dos recursos, só correspondem a paliativos que se constituem em impulso para a acumulação intensiva de capital. Pois, carecendo-se dos meios de produção, é fácil imaginar de que lado estarão os benefícios econômicos do usufruto dos recursos.

A violência rural e urbana é o resultado de um contínuo processo de colonização camponesa e de urbanização acelerada. As contradições internas também são o produto de uma estrutura agrária que reproduz sistematicamente novas áreas de colonização e termina expulsando a população camponesa de seus territórios. Na atualidade, a Colômbia é

considerada o segundo país com o maior índice de população expulsa de suas terras⁶⁵. Isto retrata a situação de um território que vai ficando cada vez mais em mãos de um menor número de proprietários, fato que acontece paralelamente à distribuição do poder político.

Nesse contexto, concorda-se com LOUIS-JUSTE (1999:48) no que diz respeito a que,

A figura do Estado, a aliança dos latifundiários com o grande capital, tudo isso seria suscetível de se desvendar. Quer dizer, quanto mais aguda é a crise agrária, tanto mais visível será a unidade de formas no capitalismo e na exploração e na dominação dos camponeses. Ou seja, num país agrícola, toda crise agrária deveria ser encarada enquanto crise orgânica dessa sociedade, que envolve tanto as relações econômicas quanto as relações políticas e as representações culturais. Portanto, poderia ser um momento propício para questionar o consenso que as classes dominantes buscam construir para regular aquela sociedade.

As tabelas a seguir, vão permitir apreciar a situação econômica do país, bem como as flutuações entre os diversos setores que fundamentam a atividade econômica colombiana. Nesse sentido, a tabela I, mostra o PIB em relação a cada ramo da atividade econômica, segundo ramo de atividade econômica.

⁶⁵ Revista 100 días “Centro de Investigación y educación popular CINEP”, Santafé de Bogotá, dezembro 1999.

(Estimativa para 1997) Em US\$ Milhões

Ramo de atividade	US\$ MILHÕES(estimativa)	PIB(%)
Agricultura	11,2926	11,80
Indústrias/extrativas	5,34006	5,58
Manufaturas	16,98675	17,75
Água, saneamento/eletricidade	3,5409	3,70
Construção/Obras públicas	7,0818	7,40
Comércio(turismo) restaurante, hotel	16,09674	16,82
Transporte comunicação	9,84753	10,29
Serviços mercantis	12,97692	13,56
Serviços não mercantis	12,5367	13,10
PIB total	95,700	100,00

Fonte: DANE – División “Síntesis y Cuentas Nacionales”.
Tabela 1 – PIB por ramo de atividade econômica

A indústria é pouco desenvolvida no país, sendo que se fomenta a indústria privada, articulada com empresas estrangeiras; o setor informal (de produtores de serviços que praticam o pequeno comércio na rua, ambulante ou não, os que têm restaurante, os empregados domésticos, os transportadores) é um setor que cresceu muito na última década. O setor de manufaturas, predomina, sendo os produtores de bens (artesãos ou pequenos empresários individuais) os que trabalham na transformação de

produtos alimentares, na construção de edifícios, na reparação de automóveis, na confecção de roupas diversas, etc. Na Colômbia, a agricultura se perfila como a principal atividade econômica, destacando-se, neste campo, o cultivo do café, do qual Colômbia é o segundo produtor mundial. Assim mesmo, a produção pecuária, a pesca, a indústria e as exportações de petróleo, minerais e do carvão contribuem para fortalecer a economia do país.

Já a Tabela II mostra a situação da Colômbia no que se refere a sua dívida externa, no ano de 1999.

Dívida Externa a médio e longo prazo
(Em milhões de dólares e milhes de milhões de pesos)

Período	US\$	\$
1999 Março	10,646	16,325.7
Junho	10,969	18,999.4
Setembro	10,983	22,155.7

Fonte: O Banco da República. Estudos econômicos. COLÔMBIA/1999
Tabela 2 - Dívida externa a médio e longo prazo

No capítulo seguinte se discutirão aspectos da proposta de etnoeducação, bem como uma análise das relações estabelecidas entre governo e organizações de base no processo de formulação e implementação da etnoeducação.

CAPITULO III. A ETNOEDUCAÇÃO NA COLÔMBIA

3.1. Uma proposta de educação diferenciada para grupos étnicos

A etnoeducação afrocolombiana, no contexto legal e da política estatal, está regulamentada na Lei 70 de 1993, ou Lei de Comunidades Negras⁶⁶. Ela diz respeito a uma abordagem relativamente nova na história da prática educativa do país. Esta Lei refere-se, a um tipo de formação diferente, dirigida aos setores populacionais afrodescendentes e indígenas, com os quais é necessário estabelecer um tipo de relacionamento que concorde com as suas características étnicas e culturais. Trata-se de uma educação que valorize e dignifique seu ser, possibilitando-lhes seu desenvolvimento na sociedade na qual vivem⁶⁷.

A pertinência desta proposta etnoeducativa para grupos étnicos colombianos, responde à necessidade de uma transformação pedagógica que surja a partir do conhecimento da heterogeneidade étnica e cultural existente no país, visando a apreensão da riqueza contida nas experiências de vida, na imensa criatividade e de visões de mundo que surgem da multiplicidade étnica e cultural dos colombianos⁶⁸.

⁶⁶ “O objetivo desta Lei é reconhecer às comunidades negras da Colômbia, que vêm ocupando terras baldias nas zonas rurais dos riberões dos rios da bacia do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva. Assim mesmo, tem como propósito, estabelecer mecanismos para a proteção da identidade cultural e dos direitos das comunidades negras como grupo étnico, bem como o fomento de seu desenvolvimento econômico e social, com o fim de garantir-lhes condições reais de igualdade de oportunidades perante a sociedade colombiana”. Constituição Política da Colômbia 1991. Lei 70 (artigo1).

⁶⁷ Lei 115 de 1994 ou Lei geral da Educação, no capítulo III se estabelece a educação para grupos étnicos.

⁶⁸ A Colômbia é um país de grande complexidade (...) é o país mais complexo do continente. Porque há países do Caribe como Cuba, República Dominicana, Venezuela, que não têm nada a ver com o Litoral do Pacífico. Há países do Pacífico como Peru, Equador, Chile, que não têm nada a ver com o Caribe. Há países da Cordilheira dos Andes, que não têm nada a ver com o Atlântico, como Chile, Equador. Há países como o Brasil, que tem a selva amazônica, e que não tem nenhuma relação com o litoral do Pacífico... cada um dos países da América do Sul apresenta características geográficas que o delimitam, mas a Colômbia participa de todas as características dos países latinoamericanos. Tem costa sobre os dois litorais, tem uma zona andina muito importante, tem tradição de culturas pré-colombianas, tem uma tradição colonial importante. E

Como, então, construir a igualdade entre culturas diversas, entre classes sociais distintas? Eis a razão de considerar a importância da cultura e das estratégias para desenvolver processos coletivos de fortalecimento da identidade étnica. De acordo com os lineamentos da educação colombiana, os propósitos da etnoeducação são fortalecer projetos globais de vida nas comunidades dos grupos étnicos. Ela procura criar condições e perspectivas para ascender a uma vida digna, que permita a estes grupos humanos seu desenvolvimento cultural, sócio-linguístico, político e econômico para interagir adequadamente no seu meio e projetar-se, com identidade, frente a outros grupos humanos.

Neste sentido, a Constituição colombiana em seu artigo 70, estabelece que “o Estado tem o dever de promover e fomentar o acesso à cultura de todos os colombianos em igualdade de oportunidades, através da educação permanente e do ensino científico, técnico, artístico e profissional em todas as etapas do processo de criação da identidade nacional. A cultura, em todas as suas manifestações, é fundamento da nacionalidade”.

Tendo como base referencial a Carta Constitucional colombiana, onde se reconhece que “a Colômbia é um país pluriétnico e multicultural”, estabelece-se o direito dos grupos étnicos a ter uma formação diferente que esteja em concordância com a sua cultura. Nesse sentido, a Lei 115 de 1994, ou Lei Geral da Educação afirma que “a etnoeducação é o processo de formação que se oferece aos grupos ou comunidades que integram a nacionalidade

essa diversidade (...) tem, além dela, uma outra complexidade: há na América países predominantemente europeus na sua composição étnica como o Canadá, os Estados Unidos e até certo ponto, como a Argentina e Chile. São os países que poderíamos chamar de “euroamericanos” [América indígena]. Há países latino-americanos com uma tradição predominante indígena, que poderíamos chamar de “indoamericanos”, como México, Equador, Peru e Bolívia. Há países latino-americanos com predominância de origem africana, afroamericano diríamos, como Cuba, Haiti, e até certo ponto o Brasil. Mas, se nos perguntamos qual etnia predomina na Colômbia, poderíamos dizer que não é predominantemente a branca – como o é na Argentina -, nem indígena – como México e Bolívia -, nem afroamericana, mas, todos esses elementos convivem na

colombiana e que possuem uma cultura, uma linguagem, uma tradição e uma jurisdição própria e autóctone”.

A partir destes lineamentos gerais dirigidos a todos os grupos étnicos colombianos, segundo MOSQUERA (1998:21), a etnoeducação para os afrocolombianos “se concebe como um processo de socialização e de ensino a todos os colombianos da afrocolombianidade através, dos sistemas educativo, cultural e dos meios de comunicação”.

Neste sentido, pensa-se que a etnoeducação deve ser um processo de formação integral e de qualidade, que saliente, fortaleça e enriqueça a identidade étnica e cultural, que permita as pessoas refletir sobre a sua realidade, como também abrir-se a outros contextos sociais. Que também capacite as pessoas para pensar essa realidade de uma maneira crítica e, a partir daí, criar formas de vida que possibilitem seu desenvolvimento humano e social.

A etnoeducação também tem como propósito a “conscientização” da população colombiana em relação à importância de se criar um entendimento entre as etnias e culturas, assumindo o compromisso de pensar a etnoeducação como uma responsabilidade de todos os colombianos.

Assim, MOSQUERA (1998:22), diz, que: “o propósito fundamental da etnoeducação é procurar um ‘melhor’ relacionamento *interracial e intercultural* entre as diversas etnias e populações que integram a formação étnica e cultural da nação”.

Além dos propósitos já nomeados a Lei 115 de 1994 e o decreto 804 de 1995, também propõem que a educação para os grupos étnicos, tem como finalidade “salientar a proteção e utilização adequada da natureza, dos sistemas e práticas comunitárias de organização e de produção, no uso da linguagem própria, na formação dos etnoeducadores e na investigação em todos os campos da cultura”.

O sentido desta proposta de política educativa diferenciada, para os grupos étnicos colombianos, assenta-se em princípios que visam mudar a história de uma educação etnocêntrica que tem prevalecido no país, e que tem sentenciado negros e índios, principalmente, à invisibilidade e à perda da sua identidade, acarretando neles auto-negação do ser indígena ou afrocolombiano e o afastamento do seio de seus territórios ancestrais.

Da mesma forma, a etnoeducação se considera como uma possibilidade de avançar na erradicação do racismo e da discriminação racial que tem condenado os grupos afrodescendentes à subordinação social e econômica. Tenta-se mudar, através deste tipo de formação, uma história de esquecimento e de concepções estereotipadas que mostram um perfil de homem negro ligado à escravidão, pois essa tem sido a visão dos que se encarregaram de escrever, administrar e socializar a educação no país.

Para MOSQUERA (1998:14-15) “um dos objetivos principais da etnoeducação é a rejeição de práticas, conteúdos e condutas docentes da educação tradicional, a qual tem-se caracterizado pela supressão da diferença, através da exclusão, do racismo e da homogeneização para a hegemonização”.

Todavia, autores como MOSQUERA tem direcionado suas intervenções em modelos ideais, baseando-se muito mais no *dever ser* da etnoeducação nas comunidades afrocolombianas, sem discutir o contexto em que é promulgada as diretrizes da política etnoeducativa e a difícil situação social, política e econômica que, há vários séculos, aflige as comunidades afrodescendentes na Colômbia.

Neste estudo entende-se que a problemática educativa colombiana tem seus nexos em fatores mais abrangentes, que vêm das esferas da economia centrada na órbita do capital financeiro internacional. Por seu turno, as esferas política e cultural também se articulam com o processo educacional. Assim, as contínuas e transitórias reformas do sistema educativo que se vêm realizando nas últimas cinco décadas, mostram-nos a adaptação do país a dinâmicas educacionais alheias.

Neste sentido, concorda-se com TELLEZ (1985:9) no sentido de que:

A lógica do desenvolvimento capitalista na sua dinâmica de crescimento, estabelece a modernização tanto das estruturas políticas do Estado como dos aparelhos institucionais que sustentam a organização social. Assim mesmo, se determinam os modelos do desenvolvimento planejado integral e dependente, sob a tutela dos Estados Unidos ((modelo da CEPAL, Aliança para o Progresso).

Na Colômbia, como em outros países da América Latina, se vivem crises cujo reflexo fundamental é o interesse cada vez mais crescente da classe dominante de encontrar uma posição para o país no sistema capitalista mundial, de acordo com os ditames da concebida “modernização” planejada para este continente.

A desigualdade social é um fato com características globais. Embora no discurso oficial, na Colômbia, sejam afirmadas as possibilidades da geração de condições de equidade

social, na prática, se vive uma realidade em que a direção política e os interesses de mercado conduzem à busca do consenso e do colaboracionismo de classe⁶⁹. Sendo assim, a desigualdade social é mantida, uma vez que as condições reais para seu enfrentamento são sempre postergadas.

O aparecimento no cenário do país de grupos organizados que demandam a sua participação para a reivindicação de direitos, (como são os afrocolombianos) desencadeia no Estado fortes tensões. Essa busca de ampliação de espaços, no bojo dessas lutas, propicia a criação da Lei de etnoeducação. Sendo uma Lei demarcada, desde seu início, pelas demandas do sistema, a mesma é contraditória ao ser ao mesmo tempo, produto das lutas dos movimentos sociais e fonte de legitimação governamental.

Aprofundando este apanhado da realidade colombiana, salienta-se o contexto que encontra-se o país, uma situação de guerra civil prolongada, mantida ao longo deste século, a qual tem a sua origem nas diferenças ideológicas dos diferentes grupos humanos, onde no nível político, o *bipartidarismo* (liberais e conservadores) tem impedido a participação de grupos da oposição no exercício do poder. Desta forma, a burocratização do Estado e a fragmentação destes partidos têm trazido consigo a prática do clientelismo. Em contrapartida, a fidelidade que invariavelmente se manifesta através do clientelismo é retribuída pela prática paternalista do poder central.

Desta forma, se reproduzem diversas maneiras de exercer o autoritarismo no país. Tal é o caso dos “caciques” políticos de turno, que no nível local, legitimam seu poder através das

⁶⁹ “A desigualdade entre sociedades e entre os grupos e classes sociais que as integram não é considerada um dado importante, nem sequer pertinente; já que, deste ponto de vista, enfatiza-se o particular como isolado e legítimo em si mesmo

relações que estabelecem com os seus representantes regionais, e de cuja perícia demagógica vai depender a geração de políticas de desenvolvimento nesses territórios.

Além do mais, estes representantes dos chefes políticos se encarregam do atendimento a certas demandas da população que seja simpatizante e apoie com seu voto, o chefe político. Essas práticas vinculam as relações políticas dos governos locais com o governo central.

Neste contexto, é importante destacar a incidência que tem tido no país o narcotráfico, como um dos grandes problemas que vêm norteando a vida política, econômica e social da Colômbia. Este fato vem consolidando a imagem internacional da Colômbia como sendo um dos países mais violentos do mundo.

O narcotráfico teve seu início na vida econômica colombiana, em meados do século XIX, com um tráfico aduaneiro e portuário, mediado pela importação ilegal de alguns produtos como licores e cigarros, ação esta que implica o suborno a empresas e funcionários públicos e privados.

Assim, diversos setores populacionais, ante a possibilidade cada vez mais crescente de adquirir dinheiro fácil, se envolveram com o mercado da droga, inicialmente a *maconha* e depois a cocaína. Com o tráfico se aprofundam uma série de fatos criminosos (seqüestros, mortes, desaparecimentos, intimidação) que conduzem ao fortalecimento das máfias e ao envolvimento de importantes personalidades da vida pública. Assim sendo, amplia-se o poder da droga, ao ponto seu comercio poder ser equivalente à renda nacional oficialmente reconhecida. CABALLERO (1996).

e não como os resultados de processos sociais pelas relações de poder e dominação". RUBEN, Guillermo (1984:14).

O ingresso de dinheiro do narcotráfico nos bancos nacionais e estrangeiros e o financiamento da classe política com este dinheiro, originam uma nova classe poderosamente rica e corrompida. Além do mais, a manutenção deste negócio “ilegal” é estimulada pela proibição e pela pressão para a sua erradicação comandada pelos Estados Unidos. Isto se dá com a cumplicidade dos governos nacional e estrangeiros. Desse modo, isto tem contribuído para intensificar a demanda e valorizar o produto, ampliar os focos de violência, levar ao aumento da inflação e da continuidade do consumo.

Na última década, vem sendo difundida na mídia a participação da guerrilha e dos grupos paramilitares na proteção dos cultivos para o negócio do narcotráfico, com o propósito de financiamento da luta. O “narcodineiro” tem, portanto, favorecido o crescimento destes grupos e o aprofundamento do conflito, segundo as versões difundidas pelo governo e pela imprensa em geral. Isto propicia as ações norte-americanas de intervenção no país, através do financiamento da estratégia de combate ao narcotráfico, acompanhada da propaganda ideológica da vinculação da guerrilha à droga. Para tanto, o governo colombiano busca apoio internacional a essa intervenção⁷⁰.

⁷⁰ *A intervenção dos Estados Unidos na luta antiguerrilheira é mais provável do que nós imaginamos. Classificada como cartel da droga, a guerrilha ameaça a seguridade norte-americana; o general McCaffrey, falando do Panamá, afirmou que os guerrilheiros colombianos são “bandidos comprometidos com extorsão e narcotráfico”, são diz, uma ameaça para o sistema monetário internacional e para a soberania dos países democratas. Os militares colombianos conseguiram colocar no discurso um termo apropriado para dar entrada à extradição da “delinqüência política”: o termo é reconhecê-los como narco-guerrilha, acompanhados pelo embaixador Lewis Tambs, os militares empreenderam uma ofensiva campanha pela mídia para cooptar a opinião pública e criar uma realidade informativa: apareceram cifras, dados comparativos, até chegar à afirmação feita pelo czar antidrogas dos Estados Unidos, o general McCaffrey, que confirma que a guerrilha colombiana integra o terceiro cartel da droga em importância internacional. “Colombia é um dois principais perigos para nossa seguridade nacional”. Estão expostos os pressupostos teóricos, servidos pelo Exército colombiano, para permitir a invasão de algumas regiões do país. Mas, uma invasão assim teria custos políticos maiores que a invasão do Panamá; é necessário contemplar uma outra alternativa: essa é a de dirigir, a partir de Washington, a luta do governo colombiano; da mesma maneira que o governo Norte-americano vem intervindo desde sempre nas decisões do Congresso; historicamente nossas decisões políticas são discutidas e dirigidas a partir de Washington, o governo colombiano e as Forças Armadas contribuem para criar o marco teórico legitimador.* In. “El Espectador” 27-outubro-1998 (7-A)

Neste momento conjuntural que atravessa a Colômbia, se percebe uma grande desconfiança na população, alimentada pela existência de diversos grupos de pressão, com uma mistura de interesses diversos e desconhecidos, que disputam o “controle” do território. Apesar deste clima de tensões que vive o país, observa-se para o governo colombiano, o maior investimento está orientado para a procura de recursos, através de empréstimos, para fortalecer as instituições da “justiça”, à modernização dos aparelhos das forças militares, pagamento das testemunhas sigilosas. Tudo isto para o governo tentar combater o conflito social e trazer a paz ao país.

Analisando a magnitude e complexidade dos conflitos que existem na Colômbia, pensa-se que a educação não é prioridade, nem ao menos objeto de investimento na atualidade, daí que, para lograr certo respaldo neste campo, os movimentos sociais necessitam apelar a alguns mecanismos de pressão como as greves, as mobilizações organizadas, e outras reivindicações da sociedade civil na direção às prioridades de um planejamento estatal que atenda às suas necessidades.

Num outro sentido, desde o ano de 1995, o governo aprovou um plano de estratégias políticas, com o intuito de dar curso à resolução dos conflitos que envolvem o país. Estas medidas atendem principalmente ao compromisso da Colômbia frente ao problema da droga.

Desse modo, formulam-se acordos internacionais para recuperar a justiça e o direito, se procede à erradicação de cultivos ilícitos, se perseguem aos chefes da droga e se faz a expropriação dos bens obtidos com este produto. Mas paradoxalmente, o governo não tem pensado num processo de formação dirigido à população colombiana que permita entender a

lógica do conflito e, a partir desta visão, gerar ações internas para o enfrentamento da desigualdade social.

De acordo com ZULETA (1995: 22-23), “ Os colombianos participam de uma educação pensada para servir ao modelo da indústria, oferece-se uma quantidade cada vez maior de informação num mínimo de tempo e com um mínimo de esforço. Ou seja se faz na educação o que faz a industria no campo da produção”. Isto quer dizer que na atualidade, se educa para se servir ao sistema e para contribuir à sua reprodução. É evidente que existe uma perda do valor do estudo, da luta pela conquista de satisfações através dele, no entanto tem-se ganhado espaço no imaginário social, ao se vincular os valores sociais à idealização do dinheiro e do consumo.

Assim, contraposto a um projeto educativo e cultural definido, aparecem a cultura da violência e do conflito, acima das quais se pretende harmonizar posturas de abordagem à realidade colombiana, sem um aprofundamento e compromisso verdadeiro para sua transformação.

No próximo ponto, serão discutidas as relações entre o Governo e as organizações de base afrocolombianas na implementação da política etnoeducativa junto às comunidades afrodescendentes.

3.2. Participação e política etnoeducativa

Neste item se discutirá as formas de organização do Estado no processo de formulação de uma política de etnoeducação, bem como a mobilização das organizações de base para fazer frente às decisões do governo. Assim, analisou-se o processo de luta das organizações

de base na procura de uma real participação na vida pública colombiana para a reivindicação de seus direitos constitucionais.

Em relação a implementação da política etnoeducativa, esta deve ser vista como inserida no processo conhecido “*de comunidades negras*”⁷¹. Esta está centrada na luta pelo reconhecimento étnico – territorial, bem como, na procura por integrar uma proposta de educação afrocolombiana, associada à sua memória cultural, à sua visão de mundo e à possibilidade da reprodução de sua cultura. A abordagem da política etnoeducativa tem passado pelas mesmas etapas de discussões e negociações, seguidas no processo que, em princípio, deu origem à Lei de Comunidades Negras.

Na chamada “democratização do Estado” colombiano aparece um ingrediente novo: a intervenção de distintos setores da sociedade civil e, em especial, das minorias étnicas, indígenas e afrodescendentes nos processos de formulação, negociação, planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, conforme já explicamos.

A *parceria* entre o governo e as organizações afrocolombianas tem objetivado historicamente, a consolidação da liderança do Estado através do poder das suas instituições que fazem intervenção nessas comunidades. Sendo assim, este estudo se apoia em (GRAMSCI apud FLEURY 1994:24:25) para referir-se a concepção de Estado: “é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue o consenso ativo dos governados”.

⁷¹ De acordo com a Lei 70 de 1993, se define como Comunidade Negra o conjunto de famílias de ascendência afrocolombiana que possui uma cultura própria, partilha a mesma história e tem as suas próprias tradições e costumes dentro

SEMERARO (1999:75) amplia ainda mais este conceito quando diz que,

O Estado moderno não pode ser entendido unicamente como aparelho burocrático coercitivo, como 'vulgarmente' a maioria da população pensa. Suas dimensões de fato não se limitam aos instrumentos exteriores de governo, mas compreendem, também, a multiplicidade dos 'organismos da sociedade civil', onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia. Nesta ótica é possível dizer que a 'sociedade civil' representa o Estado considerado 'de baixo', enquanto a 'sociedade política' é o Estado visto 'do alto'.

A convergência destes dois setores na esfera pública nacional, reflete-se nas instâncias de participação. Segundo SOARES (1997:102), a participação "nem seria suficiente para garantir a primazia dos interesses das classes subalternas, quando esses estivessem em desacordo com as necessidades de reprodução do sistema do capital". Daí entende-se que há limites à participação e que estes estão ligados à própria sobrevivência da lógica de reprodução da ordem do capital.

Concorda-se com DIAS (1996) quando diz que: a sociedade civil, enquanto conjunto de instituições privadas articula as individualidades e nega as classes. Assim, generalizam-se os direitos sociais que aparecem nos discursos de diversas visões, desde o postulado da justiça social da igreja, até a defesa do Estado mínimo dos neoliberais, passando pela crença dos social democrata ou mesmo pela socialização de riqueza pelos marxistas. "Sendo portanto o universo da cidadania e da participação, no mínimo, um projeto nebuloso".

Diferentes entidades governamentais e particulares têm oferecido diversas definições a respeito da participação. Com relação à mobilização das organizações sociais afrocolombianas para a gestão dos interesses coletivos, recupera-se o conceito que aponta o

da relação campo-cidade que manifestam e conservam consciência de identidade, permitindo a sua distinção perante outros grupos humanos.

“Foro Nacional por Colômbia”, uma das instituições que têm contribuído com este propósito. Assim, este Foro estaria visando a participação, desde os parâmetros da democratização, eixo principal da idéia de modernização do Estado que se concretiza no marco da Carta Constitucional de 1991.

No âmbito de esta pesquisa, considerou-se que a participação comunitária não só supõe o posicionamento das pessoas frente ao poder ou simplesmente a procura da satisfação de necessidades sentidas. A participação das organizações afrodescendentes não pode ser garantia de autonomia quando acontece como *inclusão* das comunidades nas etapas de implementação de projetos e planos desenhados por outros, nos quais as decisões principais já foram tomadas. A participação abrange um campo muito mais amplo, que compreende a tomada de consciência de classe, o compromisso político, as condições fundamentais para a satisfação das necessidades humanas primordiais – isto é, refere-se às condições materiais de existência - à defesa do território, à identidade e a reprodução da cultura.

Pois no caso das comunidades afrocolombianas, pensa-se que tradicionalmente a sua maneira de intervenção na vida pública do país, só tem correspondido aos níveis primários de participação, baseados em dar informação ou atuar-se como objeto de consulta, aderindo à execução de planos ou programas. Isto é, uma concepção da participação como inclusão.

Porém, desde a década dos anos 80, a pressão da política internacional se faz notar na América Latina. A incursão do domínio neoliberal exige a redução do tamanho do Estado e conduz ao posicionamento do mercado, à livre concorrência, à perda das fronteiras do Estado-nação, à política da globalização e da reestruturação produtiva.

A Colômbia iniciou tardiamente a implantação do neoliberalismo com relação a outros países da América Latina, este processo ocorre na década dos anos 90 com a abertura econômica⁷². Esta conjuntura internacional demanda transformações e ajustes econômicos, associados às condições de vigência de uma Constituição do século passado – 1886 - e à pressão de diversos grupos de opinião, incluindo os grupos étnicos.

Esses grupos têm vivido um processo forçoso de assimilação e integração à sociedade hegemônica colombiana. Eis a razão que estimula a mobilização da sociedade civil organizada, através de uma série de protestos e greves, visando a transformação de velhas estruturas políticas e administrativas. E diante da crise provocada pela incapacidade do Estado para oferecer vias democráticas para dar solução aos problemas que atravessava a nação, o governo convoca a “Assembléia Nacional Constituinte”. Assim, busca uma pela via da estratégia de consulta, mudar, em regime democrático, a Constituição do país.

Desta forma, surge a nova Carta Constitucional colombiana de 1991. Neste processo, percebe-se a falta de um representante da etnia negra à Assembléia Nacional Constituinte. Como já dito anteriormente as propostas foram acolhidas pelos constituintes indígenas, logrando introduzir na Carta Constitucional o Artigo Transitório 55. Este último se refere ao reconhecimento dos direitos das comunidades afrocolombianas como integrantes de um país que se reconhece, na lei, pluriétnico e pluricultural. Um dos principais direitos contidos neste

⁷² A década de noventa configura um novo cenário para o desenvolvimento da região do Pacífico e para as populações afroamericanas e indígenas que nela vivem. Este novo espaço nasce determinado por duas grandes opções políticas, que na sua essência são antagônicas e de certa maneira excludentes. O Estado colombiano projeta a sua ação na região na perspectiva de dar solução a os direitos territoriais que a nova Constituição definiu para as populações afroamericanas, e, ao mesmo tempo, procura dinamizar os processos de abertura econômica que a nova ordem internacional impõe. VILLA (1993: 15).

Artigo é o reconhecimento da propriedade coletiva dos territórios tradicionalmente ocupados por estas comunidades .

Segundo HERNANDEZ e BIOJÓ (1998:60),

“Para que os conteúdos do Artigo Transitório 55 ficassem na Constituição, foi necessário um intenso trabalho de *lobby* com os constituintes, com a imprensa, campanhas de telegramas dirigidos a cada um dos delegados, reuniões, marchas e vigília, entre outras”.

Assim mesmo, ROSERO (1993: 29), na qualidade de coordenador nacional das Organizações de Comunidades Negras (OCN), ao referir-se à dificuldade das organizações sociais para a inclusão de uma Lei que proteja os direitos das comunidades afrodescendentes, explica o seguinte: “O Artigo Transitório 55 foi aprovado no último dia de legislação da Assembléia Nacional Constituinte, quando os afrocolombianos já tinham perdido toda esperança de ver reconhecidos os seus direitos na Carta Constitucional”.

A partir daí, se gera um processo de organização de base encaminhado pelas lideranças das organizações, dirigido a conscientizar as comunidades local e regional, promovendo a sua participação na elaboração da Lei, como também seu fortalecimento organizacional, especialmente nos ribeirões do litoral do Pacífico. Levando em conta que a falta de uma organização forte impossibilitou a participação dos representantes da etnia na Assembléia Nacional Constituinte, considerou-se que este fato é determinante, dadas as circunstâncias de esquecimento e de nulidade, impulsionadas com a bandeira da chamada “*democracia racial e da unidade nacional*”, com que se tem querido encobrir situações discriminatórias para com a comunidade afrodescendente na Colômbia.

A oportunidade de se ter uma Lei na qual aparecem escritos os direitos dos afrocolombianos, resulta ser de grande importância para eles. Pela primeira vez na história do país, o Estado, através de uma ação formal, transcrita na Lei (Lei 70 de 27 de agosto 1993, ou *Lei de Comunidades Negras* a qual resulta da regulamentação do Artigo Transitório 55 da Constituição Política), *reconhece a existência do grupo étnico afrocolombiano e proclama a igualdade de oportunidades perante outros setores da sociedade colombiana.*

O relacionamento mais direto entre o Estado colombiano e as organizações de base afrocolombianas, se dá com o desenvolvimento do conteúdo implícito no Artigo Transitório 55 . A partir daí, o Estado formula uma série de decretos que estabelecem uma estrutura organizacional que viabiliza a participação dos representantes das comunidades afrodescendentes ante o governo. A conformação dos comitês ou comissões de trabalho, permite ao Estado legitimar, perante as comunidades negras, o exercício das suas funções constitucionais.

De acordo com HERNANDEZ e BIOJÓ (1998:60), “o processo para a regulamentação dos direitos constitucionais das comunidades afrocolombianas se inicia com a formação da comissão especial, das comissões consultivas departamentais, e das Secretaria Operativa Nacional, instância que se criou treze meses depois de ser promulgada a Constituição política, através do Decreto 1332 de 1992”.

Assim, no Decreto 2248 de 22 de dezembro de 1995 é referida a criação da comissão consultiva de alto nível, proposta no Artigo 45 da Lei 70, vinculada ao ministério de governo e sediada em Bogotá, a capital da República. Integrada por importantes personagens da vida

pública colombiana: diretores e subdiretores das principais instituições estaduais como são INCORA (Instituto Nacional da Reforma Agrária), o ICAN (Instituto de Investigações Culturais e Antropológicas); representantes de ministérios e da política nacional, além da participação de representantes das comunidades afrodescendentes pertencentes aos estados de Antioquia, Valle, Chocó, Cauca, Nariño e Litoral Atlântico, como também os “raizales”⁷³ de São Andrés, Providencia e Santa Catalina.

Uma das funções primordiais da comissão consultiva de alto nível foi servir como instância de diálogo entre as comunidades afrodescendentes e o governo nacional. Isto com o propósito de fazer o controle e a avaliação do desenvolvimento legislativo, em defesa dos direitos das comunidades afrocolombianas, contribuindo particularmente à solução dos problemas de propriedade territorial que afetam os interesses destas comunidades. Em razão disto, se criam estratégias que possibilitem a titulação coletiva dos territórios afrocolombianos, processo que deve realizar-se, segundo as leis estaduais, dentro do marco da democracia participativa e sem detrimento da autonomia da administração pública e da utilização dos mecanismos de participação cidadã.

No capítulo II deste mesmo Decreto, se propõe a constituição das comissões consultivas regionais, departamentais e do distrito da capital Santa Fé de Bogotá, as quais terão seu próprio regulamento e funções. Estas comissões se integraram da mesma forma que a consultiva nacional. As secretarias técnicas de cada uma destas comissões ficam encarregadas de levar o registro das organizações de base inscritas no processo.

⁷³ Os “raizales” são grupos afrodescendentes colombianos nativos das ilhas San Andrés, providência e Santa Catalina.

Os Decretos 2313 e 2314, de 13 de outubro de 1994, falam a respeito da criação de uma diretoria de assuntos para as comunidades afrocolombianas, a qual deve adicionar-se à estrutura interna do ministério de governo. Também se inclui a formação de uma comissão de estudos para formular o plano de desenvolvimento das comunidades afrodescendentes, tendo entre seus membros, peritos, técnicos comunitários e alguns intelectuais do país, na qualidade de assessores *ad honorem* da comissão de estudos para formular o plano de desenvolvimento.

Para o atendimento à questão etnoeducativa, o governo expede o Decreto N.º. 2249 de 22 de dezembro de 1995, pelo qual se forma a *comissão pedagógica de comunidades afrocolombianas*, indicada no artigo 42 da Lei 70 de 1993 .

Esta comissão, será integrada por representantes do Ministério da Educação Nacional, do Conselho Nacional da Educação Superior (C.E.S.U.), do Instituto Colombiano de Cultura e de dois delegados das comunidades afrodescendentes, correspondentes a cada Estado onde se constituíram comissões consultivas. As pessoas eleitas representaram as suas entidades por um período de dois (2) anos na comissão pedagógica.

A comissão pedagógica deve exercer funções tais como: assessorar a elaboração, formulação, execução e controle das políticas etnoeducativas; acompanhar a formulação de um desenho da cátedra sobre estudos afrocolombianos e construção dos currículos, em cujo caso é preciso contar com a participação das comunidades afrodescendentes. A comissão deve incentivar a implementação da etnoeducação em todos os centros educativos dos territórios afrodescendentes. – Ver Figura n.º. 1.

ORGANOGRAMA PROCESSO ETNOEDUCATIVO AFROCOLOMBIANO

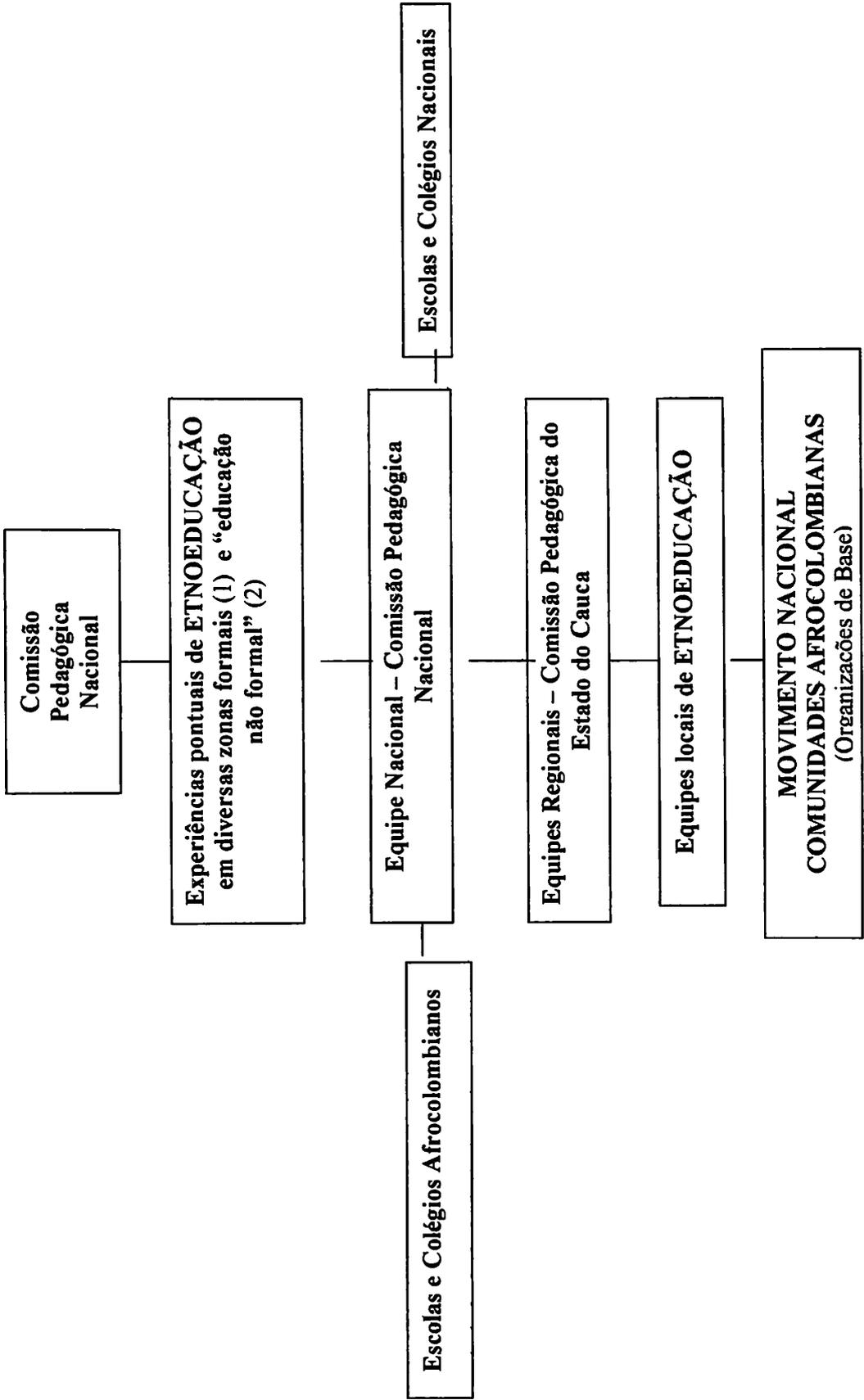


FIGURA n.º 1 : "Corporação Costa Caucana - COCOCAUCA -". Estrutura organizativa (1999)

(1) Articulações com instituições de educação formal.

(2) Articulações com organizações de base: educação não formal.

Assim mesmo, o Decreto acima mencionado fala da formação das comissões pedagógicas estaduais e regionais, coordenadas pelas comissões consultivas e secretarias da educação desses Estados e regiões onde existem comunidades afrodescendentes. Estas comissões pedagógicas terão como representantes personagens da vida pública como prefeitos, delegados de centros de educação superior e representantes das comunidades afrodescendentes, eleitos nos comitês das suas respectivas organizações de base.

Desta forma, e segundo as leis constitucionais, compete ao MEN (Ministério da Educação Nacional), garantir os recursos econômicos para o bom funcionamento das comissões e do exercício das suas funções, as quais devem ser concordantes com as políticas estabelecidas na Lei 70 de 1993 e a Lei 115 de 1994 ou Lei Geral da Educação, para a implementação das linhas e políticas etnoeducativas.

Outras políticas para garantir o direito de oportunidade para comunidades afrodescendentes em relação ao resto da sociedade colombiana, contemplam-se no Artigo 40 da Lei 70/93, onde se considera a criação de um fundo especial de bolsas para propiciar acesso à capacitação técnica, tecnológica e superior para estudantes das comunidades que tenham escassos recursos econômicos e que se destaquem pelo bom desempenho acadêmico. Os recursos econômicos serão administrados pelo ICETEX (Instituto Colombiano de Fomento a Créditos Educativos e Estudos Técnicos no Exterior).

Concorda-se com ESCOBAR e PEDROZA (1996,149-150) quando manifestaram o seguinte:

Quando nasce uma organização social, primeiramente se propõe a eleição do presidente ou coordenador da mesma. É importante que as comunidades de base tenham outra forma de organizar-se que não sustente as relações verticais e rígidas advindas de esquemas baseados numa estrutura hierarquizada. Trata-se de uma proposta organizacional de modelo mais flexível de acordo com a realidade cultural das comunidades, onde cada um

trabalha conforme os interesses coletivos e não dependendo de posições de poder ou hierarquia.

A estrutura organizacional hierarquizada para estabelecer o processo de negociações entre comunidades e governo, fica representada majoritariamente pelos funcionários públicos: representantes de alguns ministérios e de instituições estaduais.

Considerou-se que o tipo de organização pensada para abordar a questão dos afrodescendentes na Colômbia não corresponde diretamente às formas tradicionais reconhecidas nas comunidades. Desta forma, os representantes das organizações comunitárias que participaram das assembleias, não tinham uma trajetória de continuidade no tempo como organização. Não tinham experiência em debates e negociação como por exemplo, os membros de instituições e outros representantes dos partidos políticos que foram delegados pelo governo. Sendo assim, não lhes foi possível concorrer em igualdade de condições nesse processo⁷⁴.

Nas últimas décadas do século XX, se deu a passagem das organizações tradicionais à organização proposta pelas instituições governamentais, fórmula que descontextualizou as comunidades a respeito de seus problemas, como por exemplo, o territorial e a reflexão sobre a natureza da sua cultura. Segundo ROSERO (1996:30) “este tipo de organização converte-se no caminho para que o Estado possa instrumentalizar os seus programas e exercer controle sobre a população através da extensão de sua política clientelista”.

Assim mesmo, HERNANDEZ e BIOJÓ (1998:58), enfatizam que:

⁷⁴ As organizações de base que inscreveram ante o Ministerio de Governo para participar no Processo de Comunidades Negras, são aquelas agrupações (religiosas, associações de usuarios campesinos, associação de corteros de maderá, grupos culturais, entre outros), procedentes das comunidades afrodescendentes localizadas nos riberões do Litoral do Pacífico. Isto pode ser a causa de sua limitada ação ao frente das comissões consultivas. BRAVO (1998: 85).

Historicamente, as comunidades afrocolombianas têm desenvolvido um projeto político organizacional de caráter local e regional, dirigido à conservação de um aspecto vital e ao desenvolvimento de práticas culturais, sociais, e econômicas que têm permitido a sua sobrevivência como um grupo étnico diferenciado no conjunto da sociedade nacional.

O conflito entre organizações de base afrodescendentes e o governo colombiano, pela participação na nova reestruturação social na Colômbia, tem origem na Assembléia Nacional Constituinte, com a recusa dos constituintes em apoiar, de forma significativa, a proposta dos grupos afrodescendentes. Esse fenômeno aconteceu, no seio da instalação da comissão especial, a qual se realizou em julho de 1992.

A falta de cumprimento dos acordos estabelecidos entre o governo e as organizações de base, fez retardar o processo, no sentido de que, ao mesmo tempo que se tentava discutir sobre a reivindicação dos direitos dos afrocolombianos, também, o Estado através de CODECHOCO⁷⁵, expedia um conjunto de licenças para a exploração de madeira, à empresa Madeiras do Darién, (MADARIEN), no território do Chocó. Este sendo um dos principais estados do Litoral do Pacífico colombiano. Desta maneira, as posições da comissão, das comunidades e das organizações de base afrocolombianas foram postas em segundo plano.

Este fato demonstra um claro autoritarismo do governo colombiano. Este, ao não conceder as garantias políticas e econômicas acordadas na comissão especial, deu margem para que os representantes da etnia afrodescendente se retirassem da mesa de negociação, no mês de novembro desse mesmo ano e só voltassem às seções no mês de janeiro de 1993. Ainda assim, estes direitos foram limitados, pois o governo só apresentou propostas substitutas das que apresentaram as comunidades na definição do projeto de lei sobre o qual o Congresso teria de legislar, a favor dos afrocolombianos.

⁷⁵ Corporação para o Desenvolvimento do Estado do Chocó, instituição tutelada pelo Departamento Nacional de planejamento (DNP).

Outra das grandes contradições ocorridas no processo de definição do plano de desenvolvimento para as comunidades afrodescendentes, foi a existência de dois grupos de negociação: um constituído pelas organizações de base, especialmente, as do Litoral do Pacífico e o outro, constituído pela representação política parlamentar das comunidades afrodescendentes.

O fato do governo fazer convênio com os representantes dos setores políticos tradicionais, sem levar em conta a participação das comunidades, só ajudou a enraizar ainda mais os interesses políticos na região, através de mecanismos utilizados tradicionalmente para desconhecer as aspirações desta população. De acordo com ROSERO (1996:180) “isto tem uma conseqüência, que nós chamaremos ‘entronização de métodos de pressão’ utilizada pelo Estado, como uma maneira de abordar as diferenças e as contradições entre os distintos setores organizacionais que intervêm no processo”.

Nesta pesquisa, considera-se que o confronto entre as duas organizações de comunidades afrodescendentes que concorreram no processo legislativo não é novo. Os representantes de comunidades negras, em termos políticos, e os representantes de comunidades afrodescendentes, em termos sociais são os nomes com os quais ambas organizações aparecem inscritas na Lei 70 de 1993 e na Constituição Nacional. Estas tiveram sérias dificuldades para entrarem em acordo no cenário de definição do plano de desenvolvimento para as comunidades afrodescendentes.

Pensa-se que os representantes políticos de comunidades negras não possuem experiência com trabalho de base social, nem têm acompanhado a formação do processo organizacional junto com as comunidades. Portanto, as suas práticas de intervenção junto às

comunidades e às organizações tradicionais só têm correspondido a expressões do tipo individualista e demagógica na procura do consenso.

Isto, por sua vez, facilita a condução de seus chefes políticos ao poder. Além disso, este grupo, não esteve presente nas discussões pré-constituintes e pós-constituintes, embora no final, quisessem articular-se ao redor do Art. 55, como também na conversão deste artigo na Lei 70/93.

Outro fator que limitou a ação das organizações de base foi o desconhecimento nacional que se tem sobre a dinâmica cultural e sobre a maneira como as comunidades afrocolombianas fazem o controle de seu território. Isto ficou claro na elaboração do plano de desenvolvimento para comunidades afrocolombianas, onde muitas das informações disponíveis referem-se apenas ao Litoral do Pacífico, sem dar conta das outras regiões e comunidades afrodescendentes do país.

Com relação aos planos e programas de desenvolvimento regional, as comunidades afrodescendentes não têm vivido alheias ao poder institucionalizado do Estado. Na região do Litoral do Pacífico, quem vem assumindo esta função são as prefeituras, as inspetorias de polícia, as Assembléias Departamentais, os representantes da Câmara Legislativa e outros postos de direção estadual.

Por outro lado, pode-se observar que os representantes das organizações de base em seu papel de funcionários, administram instâncias, programas ou algumas instituições governamentais em nome das comunidades afrodescendentes, com apoio das comunidades internacional, nacional, regional e local. Este fato os coloca em desvantagem nos processos organizacionais frente ao Estado. Esta tendência de captar as lideranças do movimento social nas instituições, entende-se como estratégia para eliminação dos conflitos.

Outro aspecto importante a salientar são as contradições que se observam entre o Estado e as organizações de base afrocolombianas, com respeito à abordagem da política etnoeducativa, dirigida às comunidades afrodescendentes. Como já dito, existe um esquema administrativo para o desenvolvimento do programa de etnoeducação o qual está estruturado num sistema que se articula desde o Plano central, regional e local. Tudo isto sob a orientação da Direção Nacional de Etnoeducação, das coordenações departamentais e das comunidades que vêm sendo o elemento fundamental nesse processo. Estas receberam apoio técnico da parte das lideranças e financeiro oferecido pelo Estado para o atendimento do processo de educação “especial” para grupos étnicos.

Assim, esta análise do processo de implementação da etnoeducação que se vem realizando no sudoeste do Litoral do Pacífico Colombiano e, particularmente, nos municípios caucanos de Guapi e Timbiquí, pressupõe que a participação do Estado nesse processo tem sido mais aparente que real. Aliás, nesses municípios, a definição da política etnoeducativa e o adiantamento das ações para a sua implementação junto às comunidades negras têm necessitado de apoio suficiente e de acompanhamento mais preciso da parte das instituições governamentais.

Além do mais, parte dos recursos econômicos destinados para o processo etnoeducativo é co-financiada pelo “Plano Pacífico”, que é uma das entidades criadas pelo governo colombiano, com crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e outros recursos provenientes da Nação, dos municípios e departamentos. Estes têm como propósito, atender às necessidades do Litoral do Pacífico. Para as comunidades terem acesso a este dinheiro, devem inserir projetos, os quais serão responsáveis pela liberação dos recursos, ficando presas aos critérios de viabilidade econômica.

Considera-se que o apanhado do discurso incorporado pelo Estado, na legislação sobre etnoeducação (Decreto 804 de 18 de maio de 1995), se contradiz com relação às condições em que se dá o processo. Conscientes de que o problema das comunidades afrocolombianas do Litoral do Pacífico não é só a falta de um projeto educativo inscrito na sua cultura, mas também está vinculado à subordinação econômica da região, é importante pensar em quais são as garantias que tem oferecido o Estado para que se possa realizar o trabalho etnoeducativo, em um sentido que conduza ao desenvolvimento sócio-econômico e político da região. Isto é considerado porque as mudanças da qual fala a política etnoeducativa, na prática, não ocorrem.

Levando-se em conta que a educação multicultural deve ser um processo permanente, é preciso contar com pessoal capacitado para este trabalho. No caso do Litoral do Pacífico caucano é evidente que nas comunidades, seus representantes não tinham experiência, no que se refere às práticas pedagógicas, para levar em frente este processo, sem nenhum tipo de acompanhamento especializado. Os seus conhecimentos limitam-se à sua participação em organizações tradicionais, reuniões de trabalho, atividades sociais, círculos de estudo e associações de bairros, entre outras.

Por outro lado, vêm-se apresentando algumas divergências entre docentes e as lideranças organizacionais, referidos aos interesses que se tecem pela tutela dos recursos econômicos que se obtêm das instituições governamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Tudo isto provoca o fechamento das lideranças com relação a dar informações que precisam ser do conhecimento geral e, por sua vez, as comunidades e os docentes manifestam a sua inconformidade, negando-se a participar ativamente no processo.

Todos esses acontecimentos contribuem para fragilizar as organizações e diminuir a sua importância no âmbito nacional. No sentido que, às contradições internas, somam-se a intervenção governamental (situação que deixa de ser observada na prática concreta), na medida em que os compromissos éticos dos movimentos sociais afrodescendentes estão permeados por contradições internas. Desse modo, percebe-se a própria intervenção governamental quando *coopta* aos principais líderes das organizações de base, reclamando a sua presença em contínuas reuniões e programações que os afastam, a maior parte do tempo, das suas regiões. À medida em que alguns membros dessas lideranças vão adquirindo importância dentro do grupo e começam a figurar em diversos espaços da atividade social, utilizam o movimento como forma de promoção pessoal. Desta forma, eles perdem a referência do seus compromissos com o local e comunitário, como também, o sentido do social e da luta pelos interesses comuns.

Por outro lado, o fato de entregar uma dada quantidade de dinheiro à pessoas das comunidades ou membros das organizações de base, mediado pela elaboração de um projeto que vai dar curso à execução da prática pedagógica, não garante um processo educacional que dignifique a população afrodescendente. Isto se caracteriza como mais uma das estratégias do Estado para desintegrar as vontades da oposição e garantir o consenso por meio da submissão das comunidades. Desse modo, desobrigar-se de responsabilidades para com o povo afrocolombiano.

SALAZAR e GARRIDO (1991:102) dizem que:

No Litoral do Pacífico se tem uma luta progressivamente maior entre as necessidades da população e a ação estatal. Quer dizer que as lutas populares, como exigência de participação das comunidades do Pacífico, se têm constituído em sério questionamento dos limites do atual processo de mudança social e em denúncias significativas de que ainda é precária a participação decisória das comunidades oprimidas.

Desta forma, CANCLINI, 1990 apud ESCOBAR e PEDROZA (1996:20), analisam as contínuas transformações que vêm ocorrendo no Litoral do Pacífico:

Ao Pacífico não se pode olhar como um enclave de 'culturas tradicionais', já que elas estão mudando continuamente através da sua história. Também não se pode qualificar como região atrasada se aceitarmos que as comunidades locais têm mantido ativos, modelos de vida viáveis; por outro lado, o 'atraso', como estágio negativo, é criação do discurso do desenvolvimento. O Pacífico não se ajusta à modernidade colombiana, porém tem sua própria forma de modernidade. Se queremos usar algum tipo de qualificativo poderíamos dizer que o Pacífico é o teatro de culturas híbridas. Onde o não moderno de origem africana e indígena reteve uma força social que ainda nutre as formas de olhar as coisas e as relações entre o humano e natural.

Na Colômbia, a colonização de estrangeiros e nacionais, tem trazido "desenvolvimento" e devastação. O colonizador do centro do país, por exemplo, só está interessado em cortar mato e construir empresa. Isto vem deixando inúmeros traços de destruição ecológica e cultural.

KLINGER (1996: 181) diz:

Preocupa-nos as dificuldades que ainda tem mostrado esse processo de implementação da etnoeducação para configurar um projeto nas comunidades negras, que seja democrático, participativo, que transcenda e desenvolva o local, que permita distribuir e desenvolver elementos básicos de identidade. No contexto de hoje, consideramos que esta atividade vem se gerando dentro de condições que, do ponto de vista social, político e econômico resultam adversas para as comunidades afrocolombianas.

Os direitos que a constituição confere ao povo afrocolombiano com respeito ao território, ou à autonomia política e territorial das comunidades indígenas, são limitados ou negados ao extremo. Ao analisar os modelos de desenvolvimento que se tenta viabilizar nas comunidades afrodescendentes e os interesses particulares dos grupos econômicos dominantes do país, dar-se conta que ambos procuram a exploração e destruição dos recursos e da cultura dos povos que ali moram.

No próximo capítulo, *A Etnoeducação e as Comunidades Afrodescendentes de Guapi e Timbiquí* - analisará as práticas pedagógicas etnoeducativas que vêm sendo realizadas nas comunidades afrodescendentes sediadas nos municípios de Guapi e Timbiquí.

CAPÍTULO – IV A ETNOEDUCAÇÃO E AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES DE GUAPI E TIMBIQUÍ.

4.1 Governo e Sociedade Civil

As relações que se constroem entre o governo e as organizações de base afrodescendentes na implementação da política etnoeducativa, mostram conforme dito anteriormente uma estrutura organizacional orientadora do processo, no nível nacional. Neste ponto, salienta-se as instâncias institucionais criadas na “parceria” governo-sociedade civil, enquanto multiplicação de *micro-poderes*, que atuam como canais de comunicação para viabilizar a implementação da etnoeducação na região do litoral Caucano.

Neste processo o Programa BID Plan Pacífico (PBPP)⁷⁶, incentivado pela expedição da Lei 70, cria um componente de educação através do qual atua na coordenação e proposta dos mecanismos de articulação para o desenvolvimento das experiências etnoeducativas no Litoral do Pacífico, junto com outras instâncias do Ministério da Educação Nacional como o grupo PEIS. Assim, o PBPP se propôs a servir de ponte para que as administrações dos entes territoriais⁷⁷, para que estes reconheçam outras dependências administrativas como são as

⁷⁶ Importante identificar que ao terminar o Projeto “BIOPACIFICO” no ano de 1996, e dada sua trajetória de investimento em programas de etnoeducação propostos pelas comunidades da região, todo o gerado nos processos continuou sendo apoiado pelo Programa “BID- PLAN PACIFICO”. Lembremos que BIOPACIFICO trabalhou baseado em um orçamento e umas políticas definidas pelas “Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD-”; “Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA-” e o Banco Mundial. Na região a entidade que foi conhecida como a instância mobilizadora dos recursos foi o “Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF-”. Esse fundo determinou como ente executor o BIOPACIFICO. Isto diz da estrutura de interesses e do comando do capital internacional no direcionamento da política.

⁷⁷ São Entidades Territoriais os departamentos, os distritos, os e os territórios indígenas. Também se definem como tais, as províncias e regiões que sejam determinadas pela constituição e pela lei para o cumprimento das funções e serviços que estejam sob a responsabilidade do Estado. Essas instituições atuam em representação do Estado e recebem autonomia para administrar seus interesses dentro do limite da Constituição e da lei, portanto. Estão facultadas para elaborar planos de desenvolvimento (conformados por uma parte estratégica e um plano de investimento a mediano e curto prazo), com o propósito de garantir o bom uso dos recursos e o cumprimento das funções assinaladas pelo Estado. Paralelamente, o governo cria um Conselho Nacional de Planejamento integrado com representantes dos entes territoriais e dos setores econômicos, sociais, ecológicos, comunitários e culturais. O conselho terá caráter consultivo e servirá de foro para a discussão do Plano Nacional do Desenvolvimento. Os membros dessa entidade são eleitos para um período de 8 anos susceptível de renovação parcial a cada 4 anos e designados pelo presidente, de acordo com as listas apresentadas pelas entidades e de outros setores de representatividade social. (constituição política, 1991p. 111-132)

Consultivas Departamentais, os Conselhos Sectoriais de planejamento, ou seja as Juntas Educativas Municipais (JUME) e Juntas Educativas Departamentais (JUDE)⁷⁸.

PÉREZ CALLE, Francisco (1993:151), consultor contratado pelo PBPP para trabalhar o desenho do componente educativo, faz a seguinte reflexão;

No ano de 1994, o governo nacional negocia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um crédito por US\$ 50 milhões de dólares, também resultaram recursos por US\$21.4 milhões de parte da nação, além de outro dinheiro providenciado pelos departamentos e municípios. Esses recursos foram investidos pelo PBPP no período 1994 - 1999 para o financiamento de projetos, procedentes dos seus componentes de desenvolvimento institucional, educação, saúde, saneamento básico, ordenamento territorial e em estudos para incentivar os investimentos em energia, telecomunicações e transporte.

O Plano Pacífico é visto pelo assessor e seus representantes nacionais como uma caixa de ferramentas que se encontra cada vez mais perto do ideal local. Os compromissos assumidos pelo PBPP com as comunidades do Litoral do Pacífico, a partir do ano 1995, são de trabalhar pelo melhoramento da qualidade da educação, ampliação da cobertura da educação básica e média, e pelo desenvolvimento cultural da população do Litoral do Pacífico.

Neste sentido, um dos principais objetivos do PBPP consiste em apoiar as comissões que estudam o Plano de Desenvolvimento para Comunidades afrocolombianas. Desse modo, pretendem contribuir na execução dos projetos de desenvolvimento desenhados pela direção de Comunidades Negras (OCN), bem como na gestão de recursos econômicos para que a OCN possa funcionar. Além do mais, o programa, dentro de um campo mais específico, se propõe à organização dos planos da educação nos níveis regional e municipais. Da mesma forma, o programa considera dar assistência técnica aos colégios e escolas para a elaboração e

⁷⁸ Estas juntas foram criadas pelo MEN para o planejamento e desenho das políticas de educação do Estado. A Junta Nacional de Educação JUNE, conta com três secretarias técnicas dedicadas ao estudo, análise e formulação de propostas que permitam à JUNE cumprir com suas funções consignadas na lei. Nas instâncias da JUDE e a JUME participam

implantação dos PEIS, quanto à dotação, capacitação, ampliação e melhoramento de infraestrutura, desenho de materiais pedagógicos e melhoramento das condições de vida dos docentes.

Os representantes do PBPP, ao referir-se ao nível da cobertura dos componentes do programa, explicam o seguinte: “temos um Plano Pacífico que é multisetorial e que atende as demandas da região. Para o desenvolvimento deste trabalho, contamos com recursos econômicos depositados nos fundos nacionais de co-financiamento: FIS (Fondo de Inversión Social), FINDETER (Fondo de Financiamiento para los territorios rurales) e DRI (Desarrollo Rural Integrado), o acesso a esses recursos se faz através dos departamentos e dos municípios”.

Nos espaços de planejamento do PBPP, dos quais participam a Comissão Pedagógica Nacional de Comunidades Negras e assessores do Ministério da Educação Nacional MEN, se definem as ações para o melhoramento da qualidade da educação, se estudam os lineamentos e políticas educativas para comunidades afrodescendentes como também o direcionamento do processo etnoeducativo na região.

A estratégia das instâncias anteriormente mencionadas, em matéria etnoeducativa é a definição e construção de um “projeto de vida” para as comunidades do Litoral do Pacífico, visando a posterior formulação e desenvolvimento de um projeto de vida afrocolombiano. No nível local, nos municípios de Guapi e Timbiquí, se propõem adiantar um processo de sensibilização e fortalecimento à comunidade educativa para a construção e implementação de propostas etnoeducativas definidas nos PEIS e no Plano Educativo Municipal PEM.

Numa reunião realizada em junho de 1997 para avaliar e analisar a proeminência dos projetos que estão em curso, o PBPP, e os representantes dos diferentes comitês

representantes das administrações públicas, do (MEN), do setor produtivo, das organizações de base, dos estudantes, os diretores de colégios e universidades. Art. 159 - 161 da Lei Geral da educação, 1998. Cap. III, p 65).

etnoeducativos que participaram dela, expressaram-se a respeito dos avanços ou retrocessos das experiências de trabalho de etnoeducação na região. Também manifestaram as suas inquietações com relação à falta de articulação entre as dependências interinstitucionais, departamentais e municipais e destas, com os comitês de etnoeducação quanto à realização de atividades conjuntas em favor da etnoeducação.

A respeito, os depoimentos a seguir de delegados das comunidades à “Comissão Pedagógica” em Jornada de Trabalho convocada pelo Projeto BID – PLANO PACIFICO salientam:

Para propiciar a relação interinstitucional, na Secretaria de Educação Departamental se criou a coordenação de etnoeducação, instalando-se também a comissão pedagógica departamental, embora não funcionem.[...] as instâncias como a “JUME” e “JUDE”, realmente não funcionam e na Secretaria de Educação Estadual do Cauca a proposta etnoeducativa não tem sido acolhida.

Já outros depoimentos que surgiram a partir da análise do PBPP na citada reunião dizem respeito a:

Um requerimento da participação dos comitês de etnoeducação, tanto estaduais como nos espaços de planejamento do programa, com o intuito de aproximá-los a outras dependências administrativas como as consultivas departamentais e outras organizações afrocolombianas. Por enquanto, consideramos que o programa não tem nenhuma proposta que contribua ao desenvolvimento das experiências etnoeducativas que se realizam na região. Nós estamos adiantando trabalhos etnoeducativos desde o nível formal, não formal, comunitários, cooperativas e privadas que não estão incluídas nos critérios de trabalho estabelecidos por essa instituição.

Dirigentes do “Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico” (VON PAUL NEWMAN), em reunião realizada em Guapi (11 de abril de 1999), com representantes das organizações de base sócias do Instituto, por ocasião da eleição dos novos membros à junta diretiva desse instituto, fizeram uma análise da atuação institucional frente às propostas do “Pacífico Século 21”, e expressaram o seguinte;

No território do Pacífico, desde há muito tempo se vêm projetando muitas ações, se desenvolveram planos com o PLAIDECOP,⁷⁹ com o Plano Pacífico e com outras instituições governamentais e ONG's. Porém, fica claro para nós que todos esses processos que se geram na região são atuações institucionais dispersas, assim, o Instituto vai pelo seu lado, as instituições estaduais pelo seu, as universidades por outro, e todo isso, leva à subutilização dos recursos tanto humanos como financeiros. Um exemplo disso é que, a cada 4 anos, ao efetuar-se as mudanças administrativas, os prefeitos têm que lutar para colocar um ou dois projetos no Plano Nacional de Desenvolvimento. Para colocar nossa agenda de propostas para o "Pacífico Século 21" no plano nacional, tivemos que fazer contatos com o Ministério do Meio Ambiente e logo com o diretor de Planejamento Nacional. Por intermédio dos ministérios nos comprometemos com as instituições para que contribuíssem a fortalecer o trabalho contido na agenda Pacífico 21. A nossa proposta visa a realização de projetos na região, a longo prazo, à qual devem juntar-se as instituições e organizações sociais.

Os Conselhos Setoriais de Planejamento ou Juntas Educativas (JUME e JUDE) são comitês operativos. Eles têm a função de trabalhar pelo controle e direcionamento da educação. Não obstante, seu caráter é consultivo e administrativo e a maioria dos seus membros faz parte do governo. Poder-se-ia dizer que a conformação desses organismos, como também das comissões pedagógicas constituem o maior aporte governamental à Lei 70 e à política educativa. Além disso, observa-se que a configuração destas juntas e comissões demandou um processo muito lento, constituindo-se num obstáculo para o empreendimento de ações para a implementação da etnoeducação.

Esses organismos gerados através de atos administrativos, com o propósito de facilitar o planejamento e a implementação da educação, limitaram a participação das organizações e das comunidades para a tomada de decisões no desenvolvimento do processo etnoeducativo.

Neste sentido, considera-se que houve controle na direção do atendimento dessas políticas públicas. Eis a razão para que essas instâncias, pela sua natureza, tiveram pouca influência no acolhimento às demandas das comunidades, em especial, na socialização da política etnoeducativa.

⁷⁹ A experiência do "Plan de Desarrollo Integral para la Costa Pacífica - PLAIDECOP -" foi um fracasso. Ela deixou um substrato experimental entre os grupos de poder, ao tempo que os projetos que atingiam à comunidade com o ânimo de induzir propostas para o melhoramento da qualidade de vida humana e o cuidado do meio ambiente desapareceram do panorama desse plano. (OLARTE, R. Oscar. 1996: 62)

A “parceria” implica que as partes envolvidas num processo constróem juntas em favor de uma atividade. A análise dos projetos de desenvolvimento planejado para o Litoral do Pacífico tem demonstrado que o que se define como “apoio e assessoramento” educativo institucional, se reduz a investimentos em obras de infra-estrutura, pois geralmente as instituições que fazem intervenção no Pacífico colocam recursos em obras que não têm sido projetadas com as comunidades, mas que correspondem aos critérios normativos das mesmas.

A participação do PBPP na implementação da etnoeducação no Litoral Caucano enfatiza o apoio de obras como a construção de escolas em diferentes lugares da região, como acontece com a construção do Colégio Etnoeducativo Técnico Agrícola de Puerto Saija. O referencial do componente de capacitação, é colocado num segundo plano. Ou seja, uma ação a realizar. No entanto, considera-se uma atividade cuja execução deve estar encargo das administrações municipais. Apesar disso, ela aparece enunciada na ficha de inscrição dos PEIS como pré-requisito para que esses projetos sejam aprovados pelo FIS.

A respeito, o diretor do Núcleo Educativo do Município de Guapi salienta:

O governo, através da Lei 60 propôs a transferência de recursos, dos quais 5% é destinado à cultura e 30% para educação. Infelizmente, os administradores de turno não consideram a cultura e a educação importantes, então eles se limitam a construir escolas e não se investe na investigação nem na formação do homem. Como os prefeitos se imortalizam através de suas obras de cimento, isto estimula para que os recursos destinados à educação sejam colocados na construção de centros de saúde e algumas escolas. Um exemplo é o PBPP que, na sua política de apoio ao processo educativo no período 95-97, investiu mais de quatro mil milhões de pesos (\$4.000.000.000). no entanto, esse dinheiro na realidade só serviu para realizar diagnósticos e estudos, e principalmente no setor de infra-estrutura (construção e reparação de algumas escolas). Do mesmo modo, no Município de Guapi foram investidos outros quatrocentos milhões de pesos (\$400.000.000) no fortalecimento dos PEIS, nos quais está incluída a etnoeducação. Na verdade, esse projeto ficou no ar porque foi impossível a sua conclusão devido às mudanças ocorridas com a reestruturação das administrações municipais. Por tudo isso, consideramos que a política de aporte de recursos às instituições com destino às comunidades não vem permitindo que as pessoas do Litoral se apropriem da sua educação. Deve haver uma mudança de atitude no governo, com respeito a essa política de ajuda às comunidades.

Isto significa que, frente a essas propostas, a capacidade de decisão das comunidades é restringida, porque as atividades educativas vêm sendo determinadas por critérios

polítiques. As comunidades aceitam as obras desenhadas nas políticas institucionais, mas isto, não corresponde a um plano de desenvolvimento pensado pela base. Além do mais, percebe-se pouco interesse institucional na geração de uma proposta de etnoeducação que inclua o desenvolvimento do ser humano.

Numa entrevista com a coordenação do comitê de etnoeducação adscrito a COCOCAUCA, constata-se o seguinte depoimento:

No comitê de etnoeducação, vivemos fatos desagradáveis em nosso relacionamento com o governo nacional. Tendo a comissão pedagógica como um espaço de conciliação encarregado de traçar políticas de etnoeducação, os delegados de base e do governo tinham a tarefa de elaborar as políticas, enviando-as à implantação, coisa que na prática não aconteceu. Quando participamos, como delegados, na Comissão Pedagógica Nacional, inicialmente, tivemos muitas reuniões com a Secretaria de Educação do MEN, nas quais se delinearão compromissos como a sensibilização etnopedagógica para docentes, o governo não cumpriu. As atividades planejadas ficaram sem se desenvolver e, na atualidade, a política de etnoeducação é desconhecida em várias comunidades afrodescendentes. Contudo, ainda não conseguimos articular nosso trabalho etnoeducativo de coordenação e execução de ações conjuntas com dependências administrativas de ordem departamentais e/ou municipal. Nós, como organização, podemos impulsar muitos projetos, mas o espaço que temos para atuar é reduzido e o território afrocolombiano é grande. Além do mais, estamos falando de uma nação pluriétnica e pluricultural, na qual todas as pessoas devem ter acesso aos conhecimentos sobre a cultura afrodescendente para chegar a respeitar-nos na diferença. O aporte do governo para a implementação da política etnoeducativa realmente se pode medir em termos de “vontades políticas individuais” dos funcionários institucionais, porque eles funcionam desse modo, ou seja que se o chefe político de turno tem interesse, ou se o projeto é conveniente para seu grupo, então o projeto pode ser avaliado, embora tida como uma política de governo que deve ser levada à prática. Portanto, é questionável sua aplicabilidade. Um exemplo da falta de acompanhamento governamental é que os lineamentos da cátedra de estudos afrocolombianos até a data (entrevista realizada 30 de abril de 1999) não se pode divulgar por ausência de recursos econômicos. Além do mais, demoramos três anos elaborando um decreto sobre política etnoeducativa, que somente contém doze artigos, os quais têm sido pouco socializados. O que, até esta data, se conhece do processo corresponde ao esforço das organizações de base afrodescendente. No momento temos que, com a nova reestruturação administrativa do país, se há deixado num segundo plano a etnoeducação. Isto quer dizer que, no atual governo do presidente Andrés Pastrana, falta apoio às organizações afrodescendentes, nossas relações são tensas e quando tentamos estabelecer contato, algumas instituições respondem que não têm recursos para nada, ou seja que o fundo destinado para comunidades afrodescendentes tem sofrido cortes.

Pode-se perceber que a atividade participativa do governo gera confusão⁸⁰. A criação de tantas instâncias administrativas que as comunidades não entendem faz com que, ao se

“Nem PLADEICOP, nem o PBPP (na sua primeira versão), levaram em conta as variáveis de biodiversidade e etnicidade para definir a região do Litoral do Pacífico. Portanto, foi necessário que as comunidades negras fossem reconhecidas como atores da nacionalidade, para que o PBPP as reconhecessem como interlocutoras e necessárias na sua formulação”. ESCOBAR e PEDROZA (1996: 97) ESCOBAR e PEDROZA (1996: 97)

buscar a inserção da política educativa à realidade comunitária, esses organismos impedem às organizações de base de operacionalizar o processo e manter o interesse do coletivo. Os conteúdos que justificam que as organizações de base procurem a parceria das instituições, como já dizemos, se fundamentam na elaboração de projetos para obter recursos. Desta forma, as organizações de base vêm se perdendo nas práticas movimentação de recursos particulares e não coletivos.

Outro aspecto a considerar é a falta de disponibilidade das informações necessárias à tomada de decisões para implantação de projetos de desenvolvimento na região. As comunidades se dão conta de que se abrem espaços de participação social, mas elas desconhecem as estratégias e os compromissos adquiridos por essas instituições. As comunidades ignoram a procedência dos recursos, seu montante e tampouco entendem quais são os compromissos que o governo assume com as entidades financiadoras destes recursos.

Como pode ser observado, a partir da discussão feita sobre os impasses da participação, no jogo dos interesses econômicos, a política se coloca como participante a serviço desse jogo. Portanto, as astúcias e estratégias passam a fazer parte do repertório de quem quer ter sucesso na concorrência. As relações entre os poderes legislativo e executivo, no aparelho político do Estado, terminam fortalecendo a compra e venda de lealdade e as condições de convivência nas coalizões, para o logro de fins de curto prazo.

Nestes espaços, ganha representação social o discurso do **comum**, que no dizer dos políticos, reforça “o país político” e “o país nacional”. Nesse sentido, MARX (1970: 232-34) enfatiza que;

(..) A anulação política da propriedade privada somente não termina com a propriedade privada, senão que, além disso, a pressupõe. À sua maneira, o Estado anula as diferenças de *nascimento*, de *estado social*, de *cultura* e de *ocupação*, quando declara o nascimento do estado social e a ocupação do homem como diferenças *não políticas*. Ao proclamar a todo membro da sociedade civil sem ter em conta essas diferenças para que *participe em* igualdade da soberania popular, quando trata a todos os elementos da vida real do povo desde o ponto de vista do Estado. Embora o Estado deixe que a propriedade privada, a

cultura e a ocupação *atuem* a seu modo, quer dizer, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, fazendo valer seu *especial* natureza, longe de terminar com essas diferenças *de fato*, o Estado existe só sobre essas premissas e se sente só como *Estado político* e só faz valer sua *generalidade* em contraposição a esses elementos seus (...) Todos os pressupostos da vida material egoísta seguem vigentes à *margem* da esfera do Estado na *sociedade burguesa*, porém, como qualidades da sociedade civil [...] O homem leva não somente no pensamento ou na consciência, senão na *realidade*, na *existência*, uma dupla vida, uma celestial e outra terrenal, ou seja, a vida na *comunidade política* na qual se considera como *ser coletivo*, e a vida na *sociedade civil* na qual atua como *particular* (...) Não há dúvida que a emancipação *política* supor um progresso enorme, embora não seja essa a última forma da emancipação humana em geral, si é a forma última de emancipação humana *dentro* da ordem do mundo atual. Neste caso estamo-nos referindo à emancipação real, à emancipação prática.

A política pública define-se em correspondência com esta lógica. No patamar cotidiano, isto tem a ver com a defesa dos interesses particulares em desconhecimento do coletivo. Embora no discurso político, fundamente-se a razão de suas práticas na defesa do público. Entende-se desse modo, as razões para criar esse intrincado tecido de instâncias, estruturando uma complexidade vazia de sentido, que não acaba sendo assimilada como própria pelas comunidades.

Isto demonstra que as políticas de governo se fundamentam em legislar e gerar normas. Elas, estão orientadas para responder num nível mais abrangente de negociação, como são as transações internacionais interessadas em ampliar os seus mercados fora de seus territórios. Os investidores internacionais precisam da intervenção estadual nacional como condição indispensável para conceber e executar suas estratégias de desenvolvimento.

A política etnoeducativa é assumida de forma fragmentária. Daí, que se deposita nos prefeitos, o poder para a sua execução. Não obstante, observa-se que, no nível local, os prefeitos estão interessados em ficar na memória de sua clientela através da construção de obras de infra-estrutura. Portanto, eles têm pouco interesse em fortalecer processos a longo prazo. Dessa forma, consideramos, que o estilo de planejamento das administrações municipais consiste em fazer programações e depois comunicar as decisões tomadas sobre as

mesmas às comunidades. Além do mais, utilizam as organizações de base, explorando sua capacidade para reunir a comunidade, como barganha para participar no clientelismo político.

É esta uma das maneiras que vêm sendo usadas para se ter acesso aos orçamentos, como acontece com a participação de alguns membros das lideranças organizacionais como conselheiros municipais. Isto permite que se depositem em favor das organizações, parcelas do orçamento público para a implementação da política etnoeducativa. Este fato contribui para alimentar as contradições existentes nas organizações e cria a descrença nas comunidades com relação a esse tipo de interrelações.

Da liderança de ASOCONEGUA destaca-se o seguinte depoimento:

A administração municipal através da Secretaria de Educação tem um programa de reestruturação de currículos, mas não se comprometem com o desenvolvimento de práticas etnoeducativas. A administração investe na construção de escolas junto com outras instituições, na vinculação de algumas pessoas no exercício da docência. No entanto deixando fora de seus critérios o aspecto da investigação e capacitação da população. Os recursos do Plano Pacífico serviram para esse propósito, eis a razão para que, no Município de Guapi não ter sido possível a realização de uma proposta clara de desenho etnoeducativo. As administrações no litoral são passageiras e muito clientelistas, nelas não se abre espaço para que a educação seja um compromisso de todos. As pessoas do Pacífico se cansaram de escutar tantas palavras e de mirar que as entidades trazem recursos, elaboram projetos e os aplicam com esses dinheiro, e de ver-se implicadas em distintos planos e programas de desenvolvimento sem que isto traga um benefício real para as população afrodescendente.

Desde o início do processo, o contínuo transitar das organizações pelas diferentes instituições governamentais e ONG's que intervêm na região, visa obter a participação das mesmas na implementação da política etnoeducativa. Na prática, observa-se que as propostas organizacionais só visam fazer parte dos diferentes planos de desenvolvimento e dos planos educativos municipais elaborados pelas entidades, sem definir propostas claras que contribuam ao fortalecimento organizacional. Tampouco aprofundam conhecimentos que colaborem com o desenvolvimento do homem do Litoral do Pacífico.

Na entrevista com membros de ASOCONEGUA destaca-se as seguintes depoimentos:

Nós, como ASOCONEGUA, tivemos contato com o Plano Pacífico, com a rede de solidariedade social. Essas entidades têm apoiado algumas de nossas propostas para a

conformação e regulamentação de alguns conselhos comunitários. Ao Estado se tem exigido participação em recursos econômicos para desenvolver o processo, com a liberdade de executar a etnoeducação de acordo com as características culturais das comunidades afrodescendentes. Também o Estado têm exigido isso através de suas leis. Consideramos que pelo mau manejo dos recursos por parte dos funcionários das instituições não têm podido criar todos os conselhos. Pensando que o prazo para a sua criação até dezembro de 1999. Neste momento ainda estamos correndo para fazer propostas, sabendo que isto deveria ter se realizado há cinco anos. Consideramos que esse fato têm sido causado pelo individualismo das organizações e o mau manejo institucional. Geralmente essas atividades são dirigidas por funcionários que esperam ser recompensados com uma parte do dinheiro destinado às comunidades. Consideramos que essa aparente ajuda do Estado, traduzida em recursos econômicos, talvez seja uma das suas estratégias para liberar-se das organizações, quer dizer, dar uma certa quantidade de dinheiro para que os negros briguem por causa disso, e ao final das contas, as comunidades ficam fora do processo. Contudo, o governo continua a apoiar todo grupo que peça recursos, sem fazer questão do uso dado ao mesmo. É como se eles soubessem desde longe, que isso vai dar num fracasso.

A este respeito, concorda-se com EVANGELISTA (1997:62-63), quando afirma que “O poder dissolve-se e esconde-se na cotidianidade, ampliando o seu próprio espaço e aperfeiçoando a sua eficácia. Daí a aparência fenomênica desse processo social contemporâneo conduzir alguns a considerarem-no como uma ‘nova’ substantividade da dominação – o poder ‘microfísico’ - , que transcenderia o espaço institucional”.

4.2. As Organizações de base enquanto expressões dos interesses coletivos

No Litoral Pacífico, em décadas anteriores, existiam grupos organizados ao redor de processos produtivos. Também havia organizações culturais, religiosas, Juntas de Ação Comunal e associações de camponeses, na procura de garantias para o trabalho nas atividades próprias da região, tais como mineração, agricultura, pesca, etc. No entanto, nessa época, o enfoque dessas organizações não consistia numa visão de reivindicação política. As pessoas agiam pela promoção das suas necessidades básicas ou das suas aspirações comunitárias.

A partir das décadas 60 e 70, observa-se o “despertar” da mobilização popular, incentivado por três fatos importantes: a revolução cubana (1959); o desenvolvimento

industrial e o crescimento urbano no período da pós-guerra e, internamente, o estabelecimento do *Frente Nacional*⁸¹. A partir desses fatos, aconteceu a mobilização de setores populacionais, impulsionados pela necessidade de melhorar os serviços básicos, como a “Associação Nacional de Usuarios Camponeses – ANUC –” a qual teve quadros representativos do nível regional ; o protesto de professores para qualificar suas condições laborais e outras *congregações conjunturais*, em favor dos movimentos políticos tradicionais: “Associação de educadores do estado do Cauca”; a “Associação pro-desenvolvimento do rio Saija – ASOPRODESA –”, etc.

As atuais organizações de base que lideram o “Processo de Comunidades Negras”⁸², provêm daqueles grupos tradicionais, dos que foram constituídos por algumas instituições governamentais e ONG’s, das associações conformadas pela Igreja Católica e outras que surgiram espontaneamente, constituindo-se pela iniciativa das comunidades. Esses organismos se juntaram como resposta ao Artigo Transitório 55 da nova Constituição, institucionalizando-se logo, com a regulamentação da Lei 70. Portanto, o governo pede o registro e a inscrição das organizações de base, como requisito para participar no processo de negociações. COCOCAUCA e a Federação de Organizações da Costa Caucana del Pacifico, integram várias organizações de base com caráter urbano e rural. Essas organizações se definem pela reivindicação dos direitos étnico-territoriais para as comunidades afrodescendentes consagrados na Lei 70. Desde essa perspectiva, exigem transformações no sistema político e econômico hegemônico e mudança nas desiguais relações inter-étnicas que imperam na sociedade colombiana. O processo etnoeducativo aparece ligado à luta pelos direitos étnicos. Dentro dessa configuração se formou a Comissão Pedagógica do Departamento do Cauca, articulada à Comissão Consultiva Departamental. A Comissão

⁸¹ Detalhado no Cap. II (2.2.2)

⁸² Se faz referência às organizações de base que se inscreveram ante o Ministério do Governo para participar no processo nomeado de Comunidades negras. Isto acontece a partir da promulgação do artigo transitório 55, especialmente, fala-se da COCOCAUCA e da Federação de Organizações negras de Guapi.

Pedagógica se concebe como uma dependência especial, coordenadora dos atividades educativos, junto com a Secretaria da Educação Estadual. Assim mesmo, atua como intermediária das comunidades ante o governo nacional. -Ver foto 4- Neste espaço, participaram delegados de algumas organizações de base pertencentes aos municípios de Guapi e Timbiquí.



Foto 4: Representantes da Comissão Pedagógica com delegados do Ministério da Educação

O Comitê de Etnoeducação Departamental está integrado por dois membros por cada zona do Departamento do Cauca: norte, Litoral, e sul. A finalidade dessa instituição é incentivar o processo etnoeducativo nos grupos étnicos do Cauca, promover a investigação, fortalecer as organizações de OCN, dinamizar a regulamentação e a implementação da Lei 70 e especialmente, a socialização de seu capítulo III⁸³.

No nível local, existe um Comitê de Etnoeducação. Este funciona em associação com o Comitê Departamental e faz parte de COCOCAUCA. Esse comitê está encarregado da

⁸³ CAPITULO III – Artigo 4º. da Lei 70: “El Estado adjudicará a las comunidades negras de que trata esta Ley la propiedad colectiva sobre las áreas que comprenden las tierras baldías de las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico (...)”.

implementação da etnoeducação. Portanto, sua tarefa principal consiste em recolher o trabalho que realizam das organizações adscritas à COCOCAUCA, para impulsar propostas etnoeducativas. Assim mesmo, atua como interlocutor comunitário válido, diante das entidades de educação governamentais e ONG's.

Na estrutura interna organizacional de COCOCAUCA, (Ver figura 2), formaram-se equipes que intervêm na coordenação dos aspectos culturais, do território, da questão ambiental e direitos humanos. Essas unidades avaliam o desenvolvimento dos projetos e programas esboçados por algumas instituições, junto com as organizações urbanas e rurais sócias de COCOCAUCA, entre elas: JUMPRO (Juventud Unida para el Progreso), ASOPESCALI (Asociación de Pescadores de Puerto Cali), ASOPALMA (Asociación de Agricultores de Palma Africana), a Defensória Estudantil, ASOPOMY (Asociación, Popular del Rio Micay) entre outras.

Segundo explica o coordenador de COCOCAUCA, ainda que esses grupos não abordem a problemática educativa de maneira direta, eles a incluem em termos de capacitações comunitárias, dentro de cada área de trabalho.

Um exemplo é a organização JUMPRO, criada anteriormente à Lei 70 que depois, se vincula como principal dinamizadora do processo de comunidades negras na região caucana. Ela por sua vez, encaminha suas atividades à regulamentação e implementação da Lei 70. Na atualidade, seu trabalho se fundamenta na área de territorialidade e de meio ambiente. Neste sentido, essa organização se propõe contribuir com a capacitação de líderes comunitários e também acompanha o desenvolvimento de projetos que realizam algumas organizações que têm um perfil relacionado a processos produtivos como são ASOPALMA e ASOPESCALI⁸⁴.

As organizações de mulheres como COOPMUJERES (Cooperativa Multiactiva de Mujeres) e as Artesanas Santa Teresa, fazem parte da rede de mulheres negras do Pacífico. Neste espaço, elas procuram a afirmação da sua identidade política, através da geração de ações reivindicatórias dos direitos das mulheres. Como associadas à COCOCAUCA, possuem um comitê de etnoeducação através do qual participam das atividades de socialização da Lei 70, especificamente, no fortalecimento das experiências etnoeducativas que se relacionam com os direitos étnicos e culturais afrodescendentes.

Na zona rural se tem formado *palenques*, ou conselhos comunitários⁸⁵ como os das partes alta e baixa do rio Guapi, o de Bubuey, em Timbiquí, e ASOPOMY, no Micay.

Esses Conselhos comunitários nascem da exigência do governo para servir de autoridade política-administrativa no processo de reconhecimento da Titulação da Propriedade Coletiva dos territórios ocupados por afrodescendentes, na bacia do Litoral Pacífico. Seus principais objetivos se fundamentam na defesa e no bom uso do território, aspecto importante para garantir a sobrevivência das pessoas da região.

⁸⁴ ASOPESCALI, Está integrada por um grupo de pescadores da comunidade de Guapi. Eles criaram um centro de refrigeração para guardar o peixe que logo será vendido diretamente nos centros urbanos. Desta forma, tentam evitar a exploração que realizam os compradores intermediários na zona. Segundo a JUMPRO vem realizando capacitação a este grupo, a respeito de práticas de produção.

⁸⁵ Os conselhos são uma forma de organização administrativa interna das comunidades afrodescendentes, indicadas pelo governo, como requisito para poder receber a propriedade coletiva dos terrenos nomeados de comunidades negras.

Os conselhos formados no município de Guapi, são dinamizados pela junta coordenadora de COCOCAUCA e, ao mesmo tempo, seus membros realizam o papel de multiplicadores das informações nas suas comunidades.

A Federação de Organizações da Costa Caucana del Pacifico agrupa várias associações e suas afiliadas, sendo principalmente de caráter rural. Entre elas temos: ASOPRODESA (Asociación Pro - Desarrollo del Rio Saija), ASODEGUA (Asociación para el Desarrollo del Rio Guajui), ASOREMY (Asociación del Rio Micay), ASOCONEGUA (Organização das Comunidades Negras de Guapi) e o Comitê Central de Base de Timbiquí. O enfoque principal destas organizações se baseia na titulação coletiva dos territórios afrodescendentes. A partir deste objeto, tentam desenvolver estratégias de trabalho, tanto no nível formal como no informal, que se perfilam através de projetos e programas impulsados por algumas instituições.

A respeito das razões da sua criação, alguns membros da junta diretiva da Federação deram as seguintes explicações:

Nós decidimos organizarmo-nos porque consideramos que a Lei de Comunidades Negras ainda era desconhecida para muitas comunidades do Litoral Caucano. Nesse momento, tinham-se poucas pessoas liderando esse processo e aproveitando a ajuda das instituições, principalmente de BIOPACIFICO. Começamos a fazer reuniões em vários municípios para tentar constituir uma Federação. Logo realizamos a parte legal, que era obter o reconhecimento do governo como um ente com capacidade de negociação. Eis assim como nossas organizações entram a participar da implementação da Lei 70, vários de seus membros assistem a reuniões em Bogotá e fazem parte dos comitê regionais.

Na atualidade, atendemos a uma proposta de trabalho que é a formação de conselhos comunitários nos lugares que ainda não se tem podido criar, isto pensando que em alguns rios se vêm tentando constituir conselhos, de maneira arbitrária e sem a devida capacitação à comunidade, ou seja que se não se forma o conselho antes da expiração do tempo estipulado pelo governo, as comunidades perdem o dinheiro estabelecido pelas instituições para esse propósito. Atualmente, a maior parte dos conselhos está situada no Município de Guapi. Quanto aos que ainda faltam para se constituir, vamos começar com a capacitação as comunidades que consideramos a nossa parte de etnoeducação. No nível formal, estamos esboçando propostas de capacitação dirigidas aos docentes da região para que eles se apropriem da lei e se vinculem ao processo da etnoeducação. Sobre esse assunto, já tínhamos começado um trabalho com os docentes do colégio de Puerto Saija, mais foi difícil manter continuidade no processo por falta de recursos e pelas freqüentes mudanças de docentes dos lugares de trabalho.

O relacionado com etnoeducação se planeja na comissão pedagógica nacional e departamental, nesse espaço não tivemos acesso porque só foram considerados três delegados do Cauca para a nacional e dois para a regional, porém não pretendemos entrar

diretamente neste campo, embora consideramos importante mexer na capacitação para a formação dos conselhos comunitários. Poder-se-ia dizer que tentamos trabalhar uma pedagogia para a participação.

As atividades da federação estão orientadas pela implementação dos direitos das comunidades afrodescendentes, estabelecidos na Lei 70. Uma das suas principais abordagens é a reivindicação dos espaços de participação perante as instituições que têm presença na região. Isto com o propósito de poder exercer sua autonomia para a construção de um projeto político-cultural afrodescendente .

Vale a pena destacar que as expectativas geradas com a Lei 70, nas comunidades e suas organizações, quando assumem o compromisso da implementação do processo, como já temos expressado no percurso deste trabalho, tem estado restritas às estratégias de regulamentação exigidas pelo governo. Para acessar os canais de participação, foi necessário que as lideranças se acomodassem às pautas de ordenamento estabelecidas, para legitimar a sua ação de representatividade frente às instituições do governo.

Essa racionalidade legal, adotada pelas organizações para executar seu trabalho na base, representou uma grande complexidade para as mesmas. Além disso, estimulou a entrada das organizações no mesmo jogo político burocrático e clientelista, manejado pelo governo. A rigidez no controle da administração das políticas públicas, fundadas sob a base de decretos, acordos e leis, bem como, o contínuo ir e vir das lideranças entre o interior e o cenário de negociação que é Bogotá, converteu as lideranças organizacionais em transportadores de informação. Fato que contribuiu para a exclusão das comunidades das decisões fundamentais. Isto, portanto, nega os princípios de democratização e de representatividade dos interesses coletivos defendidos pelas organizações sociais.

De acordo com GOHN (1997: 234),

A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia da sociedade política para responder aos movimentos sociais. A cada onda de movimentos, surgem uma

série de leis e novos órgãos públicos para cuidar da problemática. Mas a institucionalização jurídica por suas características de rigidez, normatizações e tratamento supostamente igualitário, não captando a especificidade dos problemas, segundo as camadas sociais envolvidas, não tem resolvido os problemas e apenas contribui para aumentar a descrença popular no poder do Estado como instância supostamente promotora do bem comum. O que a cultura política latino-americana institucionalizou, ao longo dos séculos, foi a crença no poder dos canais e estruturas informais e uma descrença nas estruturas formais. Dado que, na realidade cotidiana dos processos de relações com o poder público, as coisas funcionam melhor e mais rapidamente pelas vias paralelas do que pelas vias normatizadas, legais, tudo que é institucionalizado padece de descrença, porque, de fato, há problemas de hierarquização, burocracias, incompetência, demora, etc (...) Antes de se ter a lei, a solução era dar um 'jeitinho'. Depois com a lei, as coisas continuaram a não se resolver rapidamente, dada à burocracia e à não complementação para a implementação das próprias leis. Alguns movimentos passaram a ser desacreditados, e o famoso 'jeitinho' de resolver as coisas por intermédio de relacionamentos pessoais passou a ser relacionado, numa clara demonstração do poder da rede de relações informais.

Neste contexto, observa-se que o espaço para a atuação organizacional é reduzido, no sentido de que as coordenações e seus comitês devem responder, ao mesmo tempo, às demandas das diferentes forças que exigem a sua atenção. Portanto, o desenvolvimento da representação da liderança está em desacordo com a demanda institucional. Quer dizer, que a representação não alcança satisfazer as demandas de fora em termos da negociação e tampouco, no nível interno, em termos de informar sobre o estado da negociação. Deste modo, há um desenvolvimento precário dos recursos humanos para a representação. Disso deriva que alguns coloquem em questão o papel da liderança, sem analisar o contexto onde se realiza essa representação.

Na experiência das organizações sociais como representantes dos interesses das comunidades, observa-se a existência de uma desarticulação entre elas. As organizações vêm atuando de forma isolada, a respeito dos compromissos que assumem em favor da causa afrodescendente. Pode-se perceber, que seu processo de expansão de poder se realiza muito mais junto às instituições, ou em outras articulações externas, e muito menos por sua relação com a base. Hoje se fala de uma desorganização das organizações, da falta de direcionamento

na sua dimensão política e desunião de seus esforços em relação a outras lutas voltadas aos seus direitos sociais e econômicos.

Isto significa que os novos espaços de reunião e da ação, a partir da base, nem sempre se definem como prioridade pelo social. Eles têm adquirido um perfil político cada vez mais acentuado, deixando de lado a questão grupal. Mesmo que a intenção primeira tenha sido a parceria com as instituições governamentais, para contribuir à construção do coletivo.

Dentro de um Estado liberal, implementado por uma racionalidade capitalista, o fato de que o governo fixar a sua atenção nas lideranças afrodescendentes para direcionar algumas instituições estaduais, pode ser visto como uma estratégia reivindicatória dos direitos afrodescendentes. Mas na prática, isto corresponde a um espaço contraditório que pode contribuir ou dificultar, de maneira significativa, a marcação de um processo de transformação social projetado a partir da base.

No dizer da liderança do comitê de etnoeducação de COCOCAUCA,

Em algumas críticas realizadas à nossa organização, as pessoas falaram que quando brigávamos como Organização de Comunidades Negras -OCN- frente ao governo, o qual, para nós aparece pintado da cor amarela e com particularidades diferentes às dos afrodescendentes, tínhamos certa coesão. Na atualidade, com a estratégia do governo de incorporar as nossas lideranças nas instituições, como funcionários políticos, a briga se volta para nós mesmos. Estamos correndo dois riscos: desbaratar-nos entre nós ou de fortalecer-nos. Porém é mais provável que entremos em choque, já que as pessoas mudam, mas isto não acontece com as políticas.

No decorrer do processo de implementação da etnoeducação, a tentativa de democratização do Estado traz consigo a emergência de um discurso que provém das instituições, dos programas e da ecologia. Este discurso aparece nas intervenções que se realizam no Pacífico. Esse discurso, ao ser incorporado pelas lideranças organizacionais, vem sendo usado no trabalho etnoeducativo para a “conscientização” das comunidades. Palavras como: identidade cultural, biodiversidade, território, autonomia, qualidade educativa, autogestão, desenvolvimento sustentável, exclusão, ...etc, fazem parte desse contexto. Pensa-

se que as pessoas, todavia, não têm uma valoração estratégica para o manejo dessas idéias, seja desde a perspectiva das comunidades, seja dos movimentos sociais das comunidades afrodescendentes.

No entanto, o que aqui se discute é a falta de uma conceitualização, que mostre, desde um sentido crítico, a análise dos contextos e tendências que originaram esses conceitos. Quer dizer, um processo que indique as contradições que se deslocam com a utilização dessas frases em outros contextos sociais. É importante não desconsiderar o efeito que essas palavras podem produzir no modelamento da capacidade de racionalização das pessoas.

Na cidade de Guapi, uma pessoa da comunidade faz a seguinte colocação, apoiada por várias outras que acompanhavam a entrevista:

O processo etnoeducativo não tem gerado uma boa participação comunitária. No destaque aparecem sempre as pessoas que integram as organizações e alguns líderes das comunidades. A sua forma de agir em parceria com as instituições causa que alguns planos e programa são elaborados nos escritórios, sem ir às comunidades, como aconteceu na elaboração do plano de desenvolvimento territorial. Neste caso, não foram consultadas as comunidades, alegando a falta de recursos. Por isso, há uma discordância entre esse plano e o plano turístico do município. As comunidades queremos coisas concretas e não propostas isoladas, ou uma simples representação no processo de etnoeducação. O trabalho ainda é demasiado lento e, na atualidade, há uma grande parte da população sem receber nenhum tipo de capacitação. Muitas pessoas demonstram resistência e falta de compromisso diante o processo, devido à desinformação. O que significa, que os nossos representantes, que se dizem salvadores da educação, só fazem brigar entre eles, na competição pelo poder e pelos recursos econômicos. De outro lado, é certo que tradicionalmente nossos velhos têm vindo formando as pessoas de nossas comunidades. Portanto, nós sabemos que queremos a terra, que temos recursos naturais e conhecimentos importantes sobre a nossa cultura. Ainda que não utilizemos as mesmas falas dos funcionários institucionais ou das lideranças que intervêm na região, somos conscientes da necessidade da realização de uma tarefa coletiva para o desenvolvimento das nossas comunidades.

Desta forma, percebe-se que, na relação de intervenção entre organizações de base e as comunidades, falta um labor pedagógico que se acerque e articule temas mais abrangentes aos conhecimentos tradicionais. É importante que as pessoas aprendam a criticar-se a si mesmos e à sociedade na qual vivem. Trata-se então, de uma educação que permita entrar em diálogo com os outros, para que exista uma comunicação entre conhecimentos.

Desde o ponto de vista da constituição interna das organizações de base, é importante analisar o caráter da formação da maioria de seus membros, levando em conta que suas formações têm sido determinadas pelas oportunidades de capacitação que se tem oferecido no meio social e econômico. A maioria destes profissionais, já teve acesso a um tipo de informação ou de conhecimentos, requeridos no mercado de trabalho. Portanto, eles se encontram submetidos à lógica da especialização, a qual os leva a operar num campo muito restrito. Isto contribui para que o trabalho que se realiza, seja de caráter parcial e, por conseguinte, com pouca iniciativa.

De acordo com ZULETA (1995:60) “a educação é uma grande arma, se ela se faz contra as exigências do sistema”. Pode-se observar que no desenvolvimento do trabalho etnoeducativo, uma das grandes limitações é a formação das pessoas que lideram esse processo. Como eles mesmo explicam, as suas profissões não têm muita afinidade com o trabalho de base e menos ainda, com estudos sobre métodos pedagógicos ou antropológicos.

A revisão de documentos sobre “cultura negra” e a apropriação de experiências de trabalho de outras comunidades lhes deram elementos para alimentar o processo. Apenas nos últimos anos, alguns membros dessas organizações começaram estudos de graduação ou de pós-graduação em programas de educação à distância, oferecidos por algumas universidades do país, na zona. Pôde-se perceber com isto que, a capacidade de organização e de movimentação tem sofrido interferência dos próprios interesses de superação e de qualificação profissional das lideranças.

Contudo, a responsabilidade da implementação da etnoeducação recaiu exclusivamente nas mãos das lideranças e das comunidades, ainda que continuamente se ratifique no discurso, que se trata de uma tarefa que deve-se assumir todos. Como também que ela está implícita em todas as ações que a comunidade realiza.

Apesar das contradições apontadas sobre o papel das organizações, como representantes dos interesses das comunidades, considera-se que essas forças sociais compõem uma grande diferença com relação às suas formas de agir político, em contraposição a outras identidades de representação política, educativa ou institucional, provedoras de serviços básicos no nome do governo para região do Pacífico.

O seu trabalho tem produzido certo impacto na democratização da vida cultural, social, econômica e política do país, porém, ainda não se pode falar que as suas ações produzem transformações significativas com relação ao desenvolvimento de um projeto educativo para as sociedades do Litoral do Pacífico.

O problema não é a representação em si mesma, senão, uma dinâmica que torna ineficiente as lideranças para que, em certos momentos, sejam incapazes de cumprir todo esse universo de cursos, encontros, seminários e reuniões programados para os diversos setores afrodescendentes. As lideranças não visualizam, de maneira consciente, os conteúdos e metodologias de intervenção que podem contribuir com um melhor desempenho de suas funções como representantes das comunidades.

4.3. As práticas de etnoeducação das organizações de base

Neste item se fará a apresentação de algumas experiências ou ações do processo etnoeducativo que vêm desenvolvendo as organizações de base para implementar a etnoeducação nos municípios de Guapi e Timbiquí. Quer dizer, é uma reflexão sobre as atividades ou programas que vêm executando as organizações junto com algumas instituições do governo, para contribuir com a reprodução da cultura e como fortalecimento da identidade étnica afrodescendente. Desse modo, serão analisadas a capacitação, as práticas produtivas, a realização de cursos e reuniões de sensibilização sobre a Lei 70, com ênfase na questão de propriedade coletiva, revisão da memória cultural, realização de pequenos projetos, debates sobre a questão ambiental e formação dos gestores dos conselhos comunitários.

Da mesma forma, considerou-se importante mostrar como se realiza a orientação pedagógica encaminhada pelas lideranças e, sobre quais temas eles discorrem no ensino etnoeducativo.

Nesse sentido, COCOCAUCA através de JUMPRO vem realizando ações desde o nível comunitário, as quais envolvem um trabalho de capacitação, tendo em vista a conscientização dos líderes e demais pessoas desses municípios a respeito dos direitos étnicos e territoriais⁸⁶. Esse trabalho objetiva articular e salientar os princípios de identidade e autonomia. Assim, se orienta por meio de cursos e reuniões como formas de sensibilizar a população para assumir a Lei 70, especialmente com relação ao conteúdo do capítulo III, que trata do reconhecimento à propriedade coletiva. – Ver fotos 5 e 6 -.

⁸⁶ Na terceira assembléia de caráter nacional, realizada na cidade de Cali, em 2-4 de fevereiro de 1995, se discutiram temas relacionados com a problemática da posse da terra e sobre meio ambiente e a exploração dos recursos naturais nos territórios afrocolombianos. Outras abordagens se situam na elaboração de propostas e práticas educativas que possibilitem o acesso a condições sociais e econômicas dignas para as comunidades afrocolombianas. Neste sentido, se propuseram promover o estudo e socialização da Lei 70 nos níveis comunitários e com as instituições da educação formal.



Foto 5 e 6: Trabalho de Capacitação com lideranças comunitárias no município de Guapi.

Em razão disso, as pessoas recebem informações sobre o território e fazem uma revisão da memória agrícola e das técnicas utilizadas nos processos de produção tradicional. A aplicabilidade desses conhecimentos se efetua através de pequenos projetos para a criação de granjas demonstrativas. Isto quer dizer, modelos agrícolas para estimular o cultivo de produtos da região. Outros temas se relacionam com a educação ambiental, nos quais se pretende que as pessoas aprendam a conhecer, valorar e conservar os recursos do meio, de tal forma que possam ajudar na defesa do mesmo, contra as forças do mercado.

Assim mesmo, algumas organizações vinculadas à Federación de Organizaciones de la Costa Caucana trabalham na constituição dos Conselhos Comunitários. A formação desses Conselhos se realiza nas zonas rurais e é acompanhada da capacitação dos grupos a respeito do papel político- administrativo que devem desenvolver para a defesa do território. Desta forma, eles recebem informação a respeito das terras que pertencem às *comunidades negras* e sobretudo o que tem relação com a titulação coletiva. Para ministrar esses cursos, a liderança baseia-se nas leis e nos decretos que tratam deste tema.

Com o desenrolar dessas atividades, voltadas para a formação da consciência da

população, as lideranças organizacionais esperam que o conjunto desses conhecimentos ajude no desenvolvimento do homem na sua região e propicie a geração de condições para a sobrevivência, a partir da recuperação dos saberes da cultura.

Sobre isto, o coordenador geral da organização COCOCAUCA deu a seguinte explicação;

Nosso trabalho etnoeducativo tem se centrado mais no nível informal que no formal. Nesse espaço, temos impulsionado um trabalho de formação, dirigida a líderes comunitários multiplicadores da informação. Com eles, se trabalham vários componentes culturais como a defesa e administração do território. Nosso propósito é que a etnoeducação seja o elemento que direcione as atividades das instituições educativas, ao contrario de entendê-la como um simples componente dentro de uma área. Pensamos que sua implementação deve cobrir todas as disciplinas de estudo, de tal forma que permita a transformação e afirmação desses elementos de identidade afrodescendente, implícitos nos valores da cultura.

De outra parte, as organizações de mulheres as “Artesanas Santa Teresa”, levam a diante um programa de produção e venda de artesanato, feito com materiais do ambiente local.

O seu perfil etnoeducativo consiste em oferecer capacitação a suas associadas, enquanto técnicas, para o melhoramento da qualidade do produto, administração empresarial, e alfabetização das mulheres que fazem parte do grupo ou seja, ensino da leitura e da escrita. De outro lado, realizam experiências sobre o plantio de produtos da região, como arroz e milho. Também plantam ervas medicinais e outras usadas na arte culinária.

As abordagens das mulheres são bem diversas e autônomas. Elas tentam manter um perfil econômico enquanto produtoras e comercializadoras de artesanato e, de outro lado, recuperam antigos métodos de agricultura que também contribuem para os mesmos propósitos de melhoramento da renda familiar⁸⁷. Vale a pena assinalar que estes grupos, antes de

vincular-se à COCOCAUCA já tinham uma visibilidade social com relação ao trabalho organizado e eram apoiados por instituições governamentais e ONG's.

O Comitê de Etnoeducação – COCOCAUCA vem realizando uma pesquisa para a recuperação da memória cultural. De acordo com esse propósito, se realizam reuniões com líderes e pessoas mais velhas, especialmente nas zonas rurais. Seguindo uma metodologia de trabalho grupal, as pessoas participam da discussão sobre aspectos relacionados com a história, o folclore, as crenças religiosas, as formas de organização social, os costumes, as expressões lingüísticas, as práticas medicinais e a produção, entre outras, envolvendo toda a assembléia ⁸⁸.

Os dados obtidos desses eventos juntaram-se a outras pesquisas efetuadas em diversas regiões afrodescendentes, para elaborar um documento que contém os linhas gerais da educação para comunidades afrocolombianas. Essas mesmas investigações se constituíram no marco referencial para a geração de uma cátedra de estudos afrocolombianos. Trata-se de um plano de estudo que inclui diferentes áreas relacionadas com a cultura afrocolombiana, que serviram como documento de consulta para que as escolas possam desenhar seus próprios currículos educativos.

A partir da sistematização dos saberes culturais e de todo o material recolhido no decorrer dessa experiência, o comitê de etnoeducação está construindo o desenho das primeiras três cartilhas didáticas intituladas “Nuestro Caminandar”. Segundo o comitê de etnoeducação de COCOCAUCA, deste projeto participam alunos e docentes da escola Temuey (situada no Palenque, construído na parte baixa do rio Guapi).

No dizer da liderança desse comitê, esse material vai ser criado inicialmente para o ensino básico e, depois deverá ser ampliado para outros níveis de formação. O objetivo

⁸⁷ Revista esteros No. 16., Pág. 33-36. 1997.

⁸⁸ A maior parte dos membros que participam das assembléias comunitárias pertence aos conselhos comunitários.

principal que esses elementos contribuam ao propósito de divulgação da Lei 70 e à implementação da cátedra de estudos afrocolombianos, instituída por Lei em todo o país.

Assim, de uma maneira descritiva, a primeira cartilha trata de temas como a situação geográfica, a nova organização do território partindo dos conselhos comunitários. A Segunda, apresenta o processo de povoamento e a organização social do negro nessa região, os aspectos sociais, o folclore, a família e as crença religiosas. A terceira, trata dos conselhos comunitários e de sua forma de administração; dos aspectos legais do processo de titulação de terras inseridos na Lei 70.

Na análise deste material, pode-se observar que o trabalho se realiza aproveitando o conhecimento do meio e sem articular um trabalho coletivo. Portanto, o setor educativo da região, questiona o fato de não ter sido convidado a participar neste processo de investigação e elaboração desses materiais didáticos. Assim sendo, os saberes culturais se entendem em termos de revisão da memória cultural. No entanto as reproduz sem realizar uma interpretação do seu conteúdo. Neste sentido, considera-se que a cultura não é um conjunto de informações, ela deve ser entendida na sua capacidade de elaboração das leituras que os sujeitos sociais possam fazer da realidade num dado tempo histórico.

Por outra lado, a Secretaria da Educação Municipal de Guapi começou a desenvolver uma proposta de desenhos curriculares a ser inseridos nos PEIS, visando a correspondência de conteúdo á realidade cultural dessa população. De acordo com essa proposta que engloba a construção de um projeto de vida que reúna os pareceres sobre o perfil de pessoa que se

deseja formar na região, como uma medida para melhorar a qualidade da educação, foi realizado um curso sobre construção de currículos. Este teve apoio institucional e foi dirigido à qualificação de docentes de quinze (15) centros educativos. Teve como objetivo a aquisição de ferramentas mínimas de desenho curricular pertinentes aos contextos etnoeducativos.

Essas dinâmicas de trabalho, que abrangem os componentes de sensibilização, capacitação e desenho de materiais didáticos, constituem formas de ação política concebidas nos linhas gerais da ação educativa para comunidades afrodescendentes. Assim sendo, mostrando-as como estratégias necessárias para reconhecer e atender às particularidades dessas comunidades, no que tem a ver com a etnoeducação e com a afirmação da autonomia num espaço territorial. (Ver figura 3)

PROJETO DE VIDA AFROCOLOMBIANO

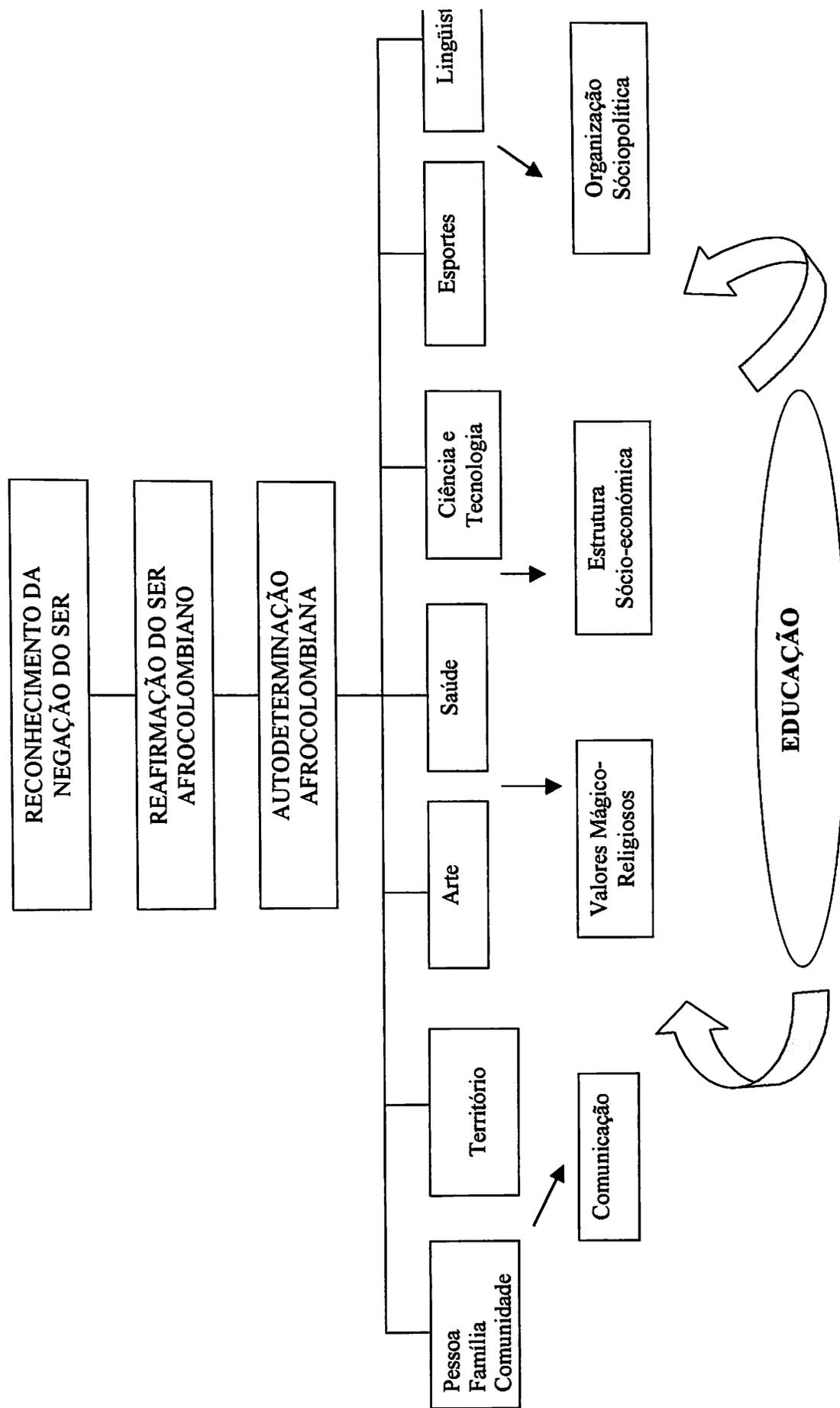


FIGURA nº 3. Projeto de Vida Afrocolombiano
Fonte: Revista Etnoeducativa- Costa Pacífica Nariñense Año 1 No. 2 (1997) p. 22-23

Sem uma política de desenvolvimento institucional ou estatuto de autonomia promulgada pelo governo, o conselho comunitário não seria nada. Daí o risco dele poder tornar-se uma junta de ação comunal. Para que isso não aconteça, deve-se ter uma política de desenvolvimento que configure essa institucionalidade como objeto de trabalho.

De uma palestra oferecida pelo antropólogo WILLIAM VILLA, na Universidade do Valle, Cali, 1995 a respeito da construção da noção de território e região, a partir dos movimentos sociais afrodescendentes, obtive-se as seguintes expressões;

A terra como componente que permite a atividade agrícola, no Litoral do Pacífico. Ela já aparece dividida em retalhos, em qualquer comunidade. Se levantamos um mapa desse território, observamos que cada família possui um pequeno lote herdado por genealogia. Então, sobre essas terras férteis trabalhadas sob um modelo tradicional, não é possível sustentar as famílias do Pacífico na atualidade. Não se pode desenhar sob o mesmo enfoque tradicional, uma opção econômica. Embora o enfoque econômico não seja motivo de debate no seio das organizações, é necessário expandir a fronteira agrícola, em termos de mirar em direção ao bosque, ou seja, pensar que outros usos agrícolas podem fazer-se desse bosque. Isto significa contar com subsídios suficientes para investigar a longo prazo. Então, apropriar o tradicional ou ter autonomia sobre um território é manejar e valorar o conhecimento que há na dinâmica desse ecossistema.

4.4. A Experiência do Colégio Etnoeducativo Técnico - agrícola de Puerto Saija.

O Colégio Etnoeducativo foi criado, por decreto, sob o auspício do Município de Timbiquí, no ano de 1993. Para a sua geração, a administração municipal e a coordenação de educação contratada, basearam-se numa proposta surgida no primeiro Seminário Etnopedagógico e Cultural, realizado em Puerto Saija (23-26 de abril/93). Neste evento, apresentam-se várias situações: a primeira, parte da análise da educação orientada tradicionalmente nessa área do rio, e diz respeito à emergência de uma formação que esteja de acordo com a realidade socio-cultural das pessoas dessas comunidades. De outro lado, se coloca a necessidade da criação de um colégio que reúna toda a população estudantil desses rios, evitando com isso, que os estudantes saiam para zonas muito afastadas ou migrem às grandes cidades, na procura de emprego ou de oportunidade para continuar seus estudos.

Portanto, o lugar estratégico para a criação do colégio é a parte baixa do rio Saija, na comunidade de Puerto Saija – Ver foto 7 -. A fundação deste povoado data do ano de 1974, e foi formado aproximadamente por 150 famílias (indígenas e afrodescendentes) que praticam como principais meios de sobrevivência a pesca e a agricultura.



Foto 7: Colégio etnoeducativo na Comunidade de Puerto Saija.

O colégio foi criado pelo Município de Timbiquí e, por meio de acordos internos, passou a ser administrado pela coordenação de educação contratada que dirige a Prefeitura Apostólica de Guapi.

Em conversa com o diretor dessa instituição, a respeito da situação de trabalho dos docentes, tem-se o seguinte depoimento;

No colégio etnoeducativo oferecemos desde a 5ª até 8ª série de educação. Na atualidade, a planta física do colégio está em processo de construção. Esse projeto é executado pelo PBPP, as nossas tarefas realizam-se numa edificação pertencente à CVC. A comunidade educativa está formada por 80 estudantes, duas pessoas pertencentes ao corpo administrativo e treze docentes, dos quais cinco aparecem vinculados à educação contratada e oito são empregados pelo Município de Timbiquí. A respeito da contratação dos docentes, questionamos a posição da administração municipal, pelo fato de não assumir uma atitude responsável com os docentes. Portanto, eles trabalham durante um tempo, mas não sabem se vão ser procurados adiante. Esse fenômeno vem acontecendo desde a fundação do colégio, causando desmotivação e falta de compromisso deles com a

instituição. Além do mais, o retardo no pagamento dos seus salários é um dos grandes problemas do colégio, porque a falta de incentivo aos docentes lhes impede de ser mais autônomos no desenvolvimento das atividades educativas.

No plano de estudo do colégio, fora das áreas obrigatórias, se tem incrementado as áreas opcionais. Isto com propósito de corresponder à ênfase dada ao colégio em etnoeducação e costura. As áreas a que fazemos referência são: ciências do mar, produção agrícola e pecuária; carpintaria (para homens) – ver foto 9 -, costura (feminino), estética e educação artística. Então os alunos aprendem a trabalhar com tecido ou seja, bordar em tela e confecções de roupa; o trabalho da madeira, técnicas de pesca, de plantio tradicionalmente usadas na região.



Foto 9: As práticas etnoeducativas: trabalho em oficina de carpintaria

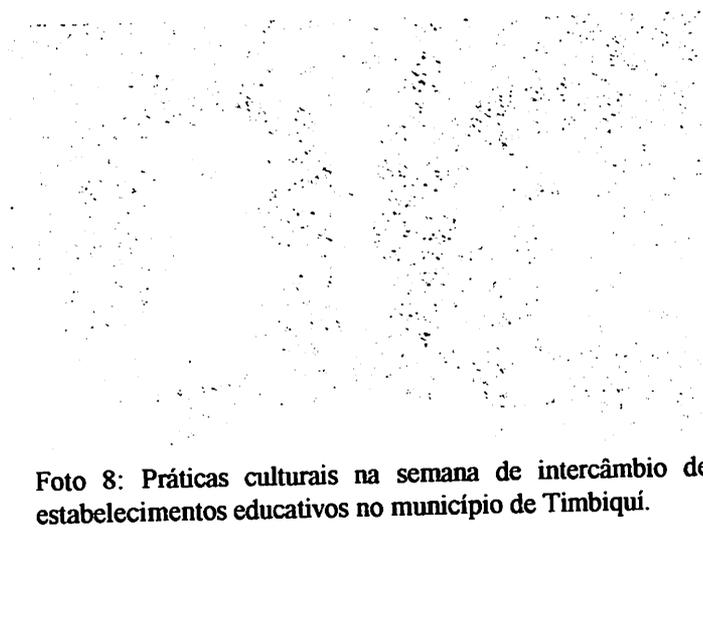


Foto 8: Práticas culturais na semana de intercâmbio de estabelecimentos educativos no município de Timbiquí.

A respeito um dos docentes explica:

As práticas etnoeducativas se realizam com muitas dificuldades. No colégio, faltam instrumentos especializados para essas tarefas, como motores e canoas para o ensino da pesca. Com BIOPACIFICO fizemos um projeto com uma inversão de 12 milhões de pesos para iniciar uma experiência de granja produtiva, ou seja para a criação de aves, mas eles só aprovaram 3 milhões que deram para colocar a unidade de rede e para a compra de alguns animais. Enfim, o projeto malogrou por falta de assessoria técnica para a localização do terreno e de dinheiro para continuar a manutenção da obra. Não obstante, foi válida a utilização de materiais do meio local para a carpintaria, bem como a

adequação do espaço para esse trabalho. Tudo isto é parte da iniciativa e vontade dos docentes e estudantes, pois a ajuda técnica institucional tem sido pouca. Para orientar a etnoeducação temos recebido materiais escritos de organizações, como COCOCAUCA e da Federação. Esses documentos se reduzem a decretos, leis e memórias dos seminários e assembleias realizados pelas organizações de base, para implementar a etnoeducação. Também tentamos adequar os textos indicados pelo MEN ao contexto etnocultural da região. Procuramos incluir a etnoeducação em todas as disciplinas, porém, considerar a etnoeducação como uma área é uma proposta que temos para o futuro, no colégio. Para aproximarmos-nos desse desejo, estamos utilizando uma metodologia de atividade grupal e participativa, complementado nosso trabalho com pequenas investigações a respeito do conhecimento da cultura, implicando isto em todo o programa de estudo. Nosso maior interesse é formar pessoas capacitadas para gerar formas de desenvolvimento na sua região, além de ter acesso a uma formação mais global que lhes permita um melhor relacionamento intercultural.

Segundo a COCOCAUCA, foram feitas investigações junto a professores do colégio, com relação a valores culturais, com o propósito de implementar a cátedra de estudos afrocolombianos. Essa mesma organização fez um curso de “encontro de saberes”⁸⁹ no ano de 1994. Este curso se realizou com a participação de pessoas da comunidade e tinha como finalidade, servir de base para que os docentes trabalhem os lineamentos educativos.

Outro curso, a respeito do currículo e do meio ambiente, foi ministrado aos docentes, junto com estudantes de educação ambiental. Neste sentido, eles trabalharam na construção de uma proposta curricular em educação ambiental, para o primeiro grau de educação média. Esta proposta ainda não foi implementada, segundo eles, pela falta de recursos.

Não obstante, o chefe de núcleo educativo, num outro depoimento, afirma o seguinte:

A proposta de educação ambiental não se têm implementado porque, na atualidade, a atividade do colégio é acadêmica. Os docentes não têm capacitação suficiente nessa área, nem tampouco têm assumido o papel de líderes dessa instituição. Assim sendo, dedicam-se a ditar classe. Além disso, a Secretaria de Educação Municipal não está contribuindo para o desenvolvimento de práticas etnoeducativas junto ao colégio.

Outro depoimento trazido da conversação com aluno desse colégio, salienta:

Nós temos recebido orientações sobre etnoeducação dos docente. Nesse sentido, aprendemos sobre s Lei 70 e outros decretos constitucionais. A respeito, realizamos algumas investigações sobre as nossas tradições, consultando as pessoas mais velhas da

⁸⁹ A liderança de COCOCAUCA define como *encontro de saberes* a recuperação de conhecimentos inseridos nas atividades e técnicas de produção tradicional (mineira, agrícola, pecuária, de pescaria etc.), na medicina tradicional, no folclore e demais aspectos da cultura afrodescendente.

comunidade. Participamos da obra de recuperação de valores da cultura oral, para que possam ser conhecidos e apropriados pelas novas gerações. Uma atividade que consideramos importante é quando participamos da representação do colégio em eventos esportivos e culturais, programados uma vez ao ano pela coordenação de educação contratada. Essa parte estética de nossa educação é aceita por toda a comunidade educativa. Para nós constitui uma oportunidade para criar expressões artísticas, sair da nossa comunidade para interagir com outros grupos, mostrando os elementos da nossa cultura. Não obstante, há falta de uma melhor capacitação para os alunos e para a comunidade em geral, a respeito da cultura afrodescendente. Por enquanto, são poucas as atividades que realizamos no colégio que contribuem a salientar a nossa cultura. Além do mais, são poucas as atividades que envolvem a participação de toda a comunidade educativa.

A relação entre o colégio e a comunidade está dada pela realização de algumas atividades coletivas, como a participação da comunidade nas reuniões convocadas pelos docentes para informar sobre questões acadêmicas. Outras intervenções de caráter informal se referem à organização e animação da comunidade, em função da celebração de festas tradicionais e populares, os encontros para o planejamento e execução de algumas obra, ou para resolver situações que afetem a comunidade. Contudo, ainda que exista uma junta de pais de família e outras grupos internos da sociedade, eles se excluem da tomada de decisões a respeito do planejamento ou desenvolvimento de práticas pedagógicas. Porém, a comunidade assume que a criação do colégio é uma das grandes reivindicações da região.

Nesse sentido, salienta-se algumas colocações feitas por um membro dessa comunidade:

Nós como pais de família, observamos que os estudantes estão aprendendo coisas: fazem ofícios próprios da região, estão conhecendo as tradições, rituais e crenças e outros aspectos culturais que se destacam no modo de vida da comunidade. Anteriormente, eles não tinham nenhum interesse pelos saberes da sua cultura, considerava-os antigos, portanto, coisas de velhos e passadas de moda. De outro lado, isto tem melhorado as relações familiares já que os filhos ajudam na realização das tarefas e contribuem, com seu trabalho, na economia familiar. Também está acontecendo a vinculação dos jovens como empregados, nos fins da semana, para a coleta de coco ou na pesca, com o propósito de ajudar nos seus lares. É bom que os alunos utilizem, da melhor forma, o tempo livre. Na comunidade há sido muito comum a participação dos jovens em situações de violência (mortes, pirataria no mar, guerrilha etc). Então o ensino etnoeducativo é importante porque os estudantes podem desempenhar, na comunidade os conhecimentos adquiridos no colégio. Finalmente pensamos que a criação desse colégio evita a migração dos jovens aos centros urbanos, na procura de uma oportunidade de emprego ou de estudo.

O colégio etnoeducativo é referido nos níveis institucional e organizacional, como a primeira experiência etnopedagógica que se realiza no Litoral do Pacífico Caucano. Desde essa perspectiva, ele tem sido alvo para a construção de projetos que se originam desde lógicas diferentes, pretendendo ajudar na implementação da etnoeducação. Contudo, esses projetos não garantem as condições necessárias para seu funcionamento. No momento, as atividades educativas se desenvolvem a partir de uma visão academicista, determinada pela técnica de dar e receber informações. Neste sentido, os docentes fazem alusão a diferentes disciplinas de estudo para, no final, responder a uma avaliação de acordo com os conhecimentos adquiridos. Portanto, essa forma de orientar a educação, não propõe um enlace entre as atividades teórico e práticas, no sentido que signifiquem a continuidade de um processo, que vai ser avaliado em termos da realização humana.

De outro lado, o colégio tem poucos recursos, tanto econômicos como didáticos, para acompanhar a implementação da etnoeducação. Além disso, a preparação do pessoal docente é restringida em relação às suas habilidades para apresentar planos e projetos alternativos que sejam avaliados pelo governo. Ainda mais, estima-se que também falta competência para implementar e respaldar esses projetos.

Como é possível constatar desde a fundação do colégio, ainda não foi possível avançar na definição de um projeto pedagógico etnoeducativo, ou seja, na construção de um processo coletivo que recolha as concepções e experiências educativas que se perfilam desde a escola, as organizações de base, as instituições governamentais e a comunidade, para direcionar o “que fazer” educativo, em função da geração de conhecimentos que destaquem e reproduzam as particularidades étnicas e culturais da região.

Constata-se assim, o fato do colégio incentivar ações que envolvem a recuperação dos valores da cultura, ou a execução de experiências educativas tendentes ao aprendizado de

ofícios próprios da região. No entanto, sem tirar esse mérito que envolve a importância destes elementos básicos para incentivar a identidade cultural e a geração de práticas pedagógicas. Considera-se que esses espaços de ação são pontuais e não se articulam um projeto maior de mudança social. Estas experiências se realizam de forma isolada.

A leitura dessa realidade deve ser feita de maneira diferente. Em termos que permita interpretar o sentido simbólico implícito nesses elementos culturais. Vale dizer, trazer para a realidade atual, o conjunto de significações ou códigos que nutrem as representações dessas sociedades. Essa maneira de refletir o conteúdo pedagógico deve mostrar o que há de mais profundo nos acontecimentos sociais, o essencial e global, enfim, o que se comunica através dos diferentes campos do saber.

Pelo exposto, acredita-se que o trabalho etnoeducativo que se está desenvolvendo não ultrapassa o limite do meramente informativo, descritivo e funcional. Assim, não se verifica uma contextualização teórica que permita questionar e relacionar idéias, evidenciar as contradições e os conflitos sociais entre as distintas classes e grupos humanos. Por sua vez, não são facilitadas as ligações entre problemas focalizados num espaço geográfico determinado com outros sistemas mais abrangentes.

Para tanto, seria necessário um trabalho que implicasse numa revisão de conhecimentos interdisciplinares para propiciar uma mudança significativa no processo de ensino - aprendizagem e formar pessoas que lutem por uma sociedade onde mereça a pena viver e estudar. No entanto, não há uma articulação crescente entre as lideranças e as bases dos movimentos sociais voltadas à defesa da etnoeducação. Por fim, é importante ressaltar que a mera observância dos preceitos legais não é condição suficiente para que se transcenda do aparato legal à verdadeira prática de defesa de valores etnoeducativos dos afrodescendentes.

CONCLUSÕES

A identidade cultural integra a totalidade das dimensões da vida social. Ela diz respeito às tradições, às línguas próprias, crenças e formas específicas da produção da vida social. Assim, os valores particulares da cultura afrodescendente, encontram sua expressão nos espaços historicamente habitados por estas populações, ou seja, todo o Litoral do Pacífico.

O conceito de *fronteira*⁹⁰, expresso na definição e implementação das políticas públicas para as comunidades do litoral do Pacífico, por sua vez, se materializa em decisões como: o contrato que se fez historicamente com a Igreja Católica para administrar a educação nos territórios do litoral, a repartição do território do Pacífico, fazendo parte de quatro (04) Estados cuja direção político – administrativa está nas cidades andinas, a implementação da política etnoeducativa deslocada da visão de totalidade que articule os diversos componentes da produção e reprodução da vida social destas comunidades. Tudo isto termina colocando sua ênfase na segurança econômica e na segurança nacional.

Neste contexto, pode-se entender a contradição, existente entre a legislação das políticas para a reprodução da cultura afrodescendente e as práticas concretas que evidenciam ao conceitos de segurança econômica e nacional, quando se discute o conceito de fronteira.

O reconhecimento à diversidade étnica passa pela autodeterminação dos povos e está vinculado aos movimentos sociais na luta política pela determinação dos seus limites. Na Colômbia, o plano de ordenamento territorial constitui-se num projeto que visa atender ao pleito das comunidades afrodescendentes. Assim sendo, vai sendo construída

⁹⁰ GUHL, Ernesto apud. LONDOÑO (1997:5), afirma que GUHL, como geógrafo, vê o território como uma fronteira onde se projeta o poder mais periférico e as lutas que ora se opõem, ora conciliam com esses interesses: “na contemporaneidade existem novas fronteiras, além das clássicas fronteiras políticas. Por exemplo, aquelas definidas pela exploração do ouro, do petróleo, do ferro, das riquezas madeiras, das reservas pelos recursos hídricos, etc.”.

contraditoriamente a luta na direção de se consolidar um grande território do litoral pacífico, de um só Estado. Luta esta, permeada de contradições que expressam o discurso de unidade territorial e as práticas concretas de fragmentação do território afrodescendente do Pacífico.

A constatação da *diversidade étnica* e das formas desiguais que esta comporta, esclarece condições para se pensar a luta pela democracia, pela liberdade, igualdade de participação na sociedade. Eis a razão para se entender a importância do empoderamento das populações afrodescendentes, a partir do estabelecimento de *alianças estratégicas* em cenários diversos, que consigam articular projetos integrais: no político, econômico, sociocultural e fugindo do encantamento, da novidade no discurso da *negociação*. Desse modo, a leitura da realidade apresenta-se fragmentada nos conteúdos desse discurso. Daí, a necessidade de se construir uma nova hegemonia, um empoderamento que afirme a importância da cultura afrodescendente na Colômbia, contemporaneamente.

O Estado capitalista contemporâneo, na sua institucionalidade, consegue construir o *locus onde* se realiza a dominação classista e desta forma não é possível materializar esse espaço como *espaço civilizatório neutro*, já que ele está atrelado aos interesses da dominação. Daí que, no dizer de DIAS (1999:77), “as instituições são formas da condensação da luta de classes. E, as transformações que ocorrem no cotidiano capitalista, embora criem contradições e conjunturas sempre renovadas, não alteram essencialmente a natureza de classe dessa forma societária”.

O aparecimento no cenário do país de grupos organizados que demandam a sua participação para a reivindicação de direitos, (como são os afrocolombianos) desencadeia, no Estado, fortes tensões. Essa busca de ampliação de espaços, no bojo dessas lutas, propiciou a criação da Lei de Etnoeducação. Essa Lei, ao mesmo tempo em que deu algumas respostas às

demandas dos afrodescendentes e, portanto, reconhece a pressão desses movimentos sociais, também significou a busca de legitimidade do Estado em relação aos grupos organizados.

A história dos afrodescendentes na Colômbia é marcada por um processo contínuo de resistência e de luta contra um sistema que nega, discrimina e “esquece” o negro. Como já foi visto, os afrocolombianos buscam participar da vida social, política e econômica e cultural do país. No entanto, suas atividades são limitadas ou absorvidas pelas diversas formas de institucionalização e de controle das esferas públicas, conduzidas pelos que são dominantes. Desta forma, pode-se dizer que a participação desses grupos subalternizados não altera, significativamente, a estrutura de poder estabelecida. Além disto, mesmo com os esforços demonstrados por tais grupos, estes ainda são considerados os “menos qualificados” da sociedade.

Existem tensões entre os grupos afrodescendentes e grupos não afro, devido a luta pela apropriação do território afrodescendente. Isto toma dimensões mais complexas quando analisa-se a valoração que cada cultura atribui a esses territórios. Além disto, pode-se dizer que, por exemplo, que entre as comunidades negra e indígena, existe uma crise dos modelos tradicionais de apropriação do território.

E importante ser ressaltado que a visão de mundo que caracteriza as comunidades afrodescendentes, está ligada à sua organização social e às crenças e valores culturais, fato que determina nelas, a construção de processos sociais, no quais o uso dos recursos naturais não destrói, significativamente, o meio ambiente. Os métodos utilizados por essas comunidades são transmitidos através da tradição oral. Esta característica acaba facilitando a atuação de determinados grupos alheios à cultura, no processo de implantação das suas políticas dominantes.

Por outro lado, alguns afrodescendentes acabam internalizando, por vezes, visões que os colocam num processo de tendência à dependência, à resistência a mudar certos costumes nos modos de vida, às atitudes de derrota e ao fatalismo.

Neste estudo, pôde-se constatar que o processo educativo desenvolvido nas comunidades afrodescendentes não tem como eixo principal a cultura própria de tais grupos. Assim, não resgata e nem permite visualizar os modelos ou significações das manifestações culturais populares. Bem como, não possibilita o estabelecimento de canais que levem a prática comunitária à sala de aula.

Em suma, pôde-se identificar, no discurso das comunidades estudadas, que a etnoeducação vem se configurando num processo de transmissão de informações, não possibilitando uma reflexão histórica da realidade que se expressa na cultura afrodescendente. As atividades educativas se desenvolvem a partir de uma visão academicista, determinada pela técnica de dar e receber informações.

Na implementação da política etnoeducativa, criaram-se múltiplos espaços de *micro poderes* como canais de informação e expressão da “*democracia participativa*”, ensejando uma “pluralidade de sujeitos sociais” com capacidade de protagonizar ações parceladas. No entanto, a dinâmica das relações estabelecidas entre o governo e as organizações de base, terminou administrando em tempos curtos, tarefas e recursos orçamentais, justificados na apresentação de pequenos projetos de práticas etnoeducativas delegando a execução de atividades próprias do Estado às comunidades, através de suas lideranças. Paralelo a isto, os funcionários do governo, frequentemente afastavam-se do processo de partilha de experiências, posicionando-se à espera de resultados.

Nesta pesquisa, constatou-se a impossibilidade de separar o econômico, o político, o social e o cultural, uma vez que estas esferas compõem, uma mesma realidade. Assim, a

cultura se constitui umas das dimensões do ser social, reciprocamente condicionada pelas outras esferas. (Evangelista, 1997:48)

Para este autor: “Cada esfera do ser social, é sempre uma síntese de determinações específicas e determinações societárias gerais, que irão definir o caráter de suas relações sociais. É a partir daí que podemos entender um pouco mais adequadamente a articulação das diferentes relações sociais em uma formação econômico-social”.

Assim, cultura não significa uma simples aquisição de conhecimentos, mas posicionar-se frente à história, no sentido de transformar a realidade, uma vez que é através da “ conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres”. GRANSCI apud SIMIONATO (1999?:5).

Desta forma, chega-se à conclusão de que a política etnoeducativa definida e implementada para as comunidades afrodescendentes, tornou-se uma prática de legitimação dos interesses dominantes. Sendo importante ressaltar-se que a educação multicultural deve ser um processo permanente e não pontual.

Por outro lado, sabe-se que os diversos governos têm implantado estratégias de cooptação das principais líderes de organizações de base. Assim, os coloca em reuniões e programações quase permanentes que os afastam, a maior parte do tempo, das suas regiões. Desta forma, estes acabam perdendo a referência do seus compromissos com o local e comunitário, como também, o sentido do social e da luta pelos interesses comuns.

Além disso, o volume de recursos financeiros alocados nos projetos de práticas pedagógicas e entregue à pessoas das comunidades ou membros das organizações de base, não garante um processo educacional que eleve moral e intelectualmente a população

afrodescendente. Esta é portanto, mais umas das estratégias do Estado para garantir o consenso e desobrigar-se de responsabilidades para com o povo afrocolombiano.

Neste contexto, os modelos de desenvolvimento implantado vêm viabilizando os interesses particulares dos grupos econômicos dominantes do país, direcionam-se à exploração e destruição dos recursos e da cultura dos povos que moram no litoral do Pacífico.

Por outro lado, esta pesquisa constatou que as organizações sociais, representantes dos interesses das comunidades, atuam de forma desarticuladas. Estas, por vezes, têm centrado suas atuações muito mais junto às instituições, ou em outras articulações externas, e muito menos na relação com a base, ou seja, com os seus representados.

Pode-se dizer ainda que, quando o governo fixa a sua atenção nas lideranças afrodescendentes para direcionar algumas instituições estaduais. Estes sua vez, perdem sua referência com o local, entram no “ emaranhado” da burocracia estatal, afastando-se de seus projetos originais.

Por fim, a mera observância dos preceitos legais não é condição suficiente para que se transcenda do aparato legal à verdadeira prática de defesa de valores etnoeducativos dos afrodescendentes.

Além disto, o governo colombiano vem comprometendo o território do Pacífico em convênios internacionais, na esfera econômica e continua dando um tratamento discriminatório com as populações do Litoral do Pacífico.

LEY 70/1993

ANEXO I

LEY No. 70 DE 1993

POR LA CUAL SE DESARROLLA EL ARTICULO TRANSITORIO 55 DE LA CONSTITUCION POLITICA

EL CONGRESO DE COLOMBIA,

DECRETA:

CAPITULO I OBJETO Y DEFINICIONES

ARTICULO 1. La presente ley tiene por objeto reconocer a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva, de conformidad con lo dispuesto en los artículos siguientes. Así mismo tiene como propósito establecer mecanismos para la protección de la identidad cultural y de los derechos de las comunidades negras de Colombia como grupo étnico, y el fomento de su desarrollo económico y social, con el fin de garantizar que estas comunidades obtengan condiciones reales de igualdad de oportunidades frente al resto de la sociedad colombiana.

De acuerdo con lo previsto en el Parágrafo 1o. del Artículo Transitorio 55 de la Constitución Política, esta ley se aplicará también en las zonas baldías, rurales y ribereñas que han venido siendo ocupadas por comunidades negras que tengan prácticas tradicionales de producción en otras zonas del país y cumplan con los requisitos establecidos en esta ley.

ARTICULO 2. Para los efectos de la presente ley se entiende por:

1. Cuenca del Pacífico. Es la región definida por los siguientes límites geográficos: desde la cima del volcán de Chiles en límites con la República del Ecuador, se sigue por la divisoria de aguas de la Cordillera Occidental pasando por el volcán

Cumbal y el volcán Azufrial, hasta la Hoz de Miramá; se atraviesa ésta, un poco más abajo de la desembocadura del río Guátara y se continúa por la divisoria de aguas de la Cordillera Occidental, pasando por el cerro Munchique, los Farallones de Cali, Los cerros Tatamá, Caramanta y Concordia; de este cerro se continúa por la divisoria de aguas hasta el Nudo de Paramillo, se sigue en dirección hacia el Noroeste hasta el alto de Cernizal, para continuar por la divisoria de las aguas que van al Río Suro y al Tumarandó con las que van al río León hasta un punto de Bahía Colombia por la margen izquierda de la desembocadura del río Surmque en el Golfo. Se continúa por la línea que define la Costa del Golfo de Urabá hasta el hito internacional en Cabo Tiburón, desde este punto se sigue por la línea del límite internacional entre la República de Panamá y Colombia, hasta el hito equidistante entre Punta Arclita (Colombia), y Cocalito (Panamá), sobre la costa del Océano Pacífico, se continúa por la costa hasta llegar a la desembocadura del río Mataje, continuando por el límite internacional con la República de Ecuador, hasta la cima del volcán de Chiles, punto de partida.

2. Ríos de la Cuenca del Pacífico. Son los ríos de la región Pacífica, que comprende: a) la vertiente del Pacífico conformada por las aguas superficiales de los ríos y quebradas que drenan directamente al Océano Pacífico y de sus afluentes, cuenca de los ríos Mira, Rosario, Chagüí, Patía, Curay, Sanquianga, Tola, Tapaje, Iscuandé, Guapi, Timbiquí, Bubuicy, Saija, Micay, Naya, Yurumanguí, Tumba Grande, Tumbata, Cajambre, Mayorquin, Reposo, Anchicayá, Dagua, Bongo, San Juan, Ijuá, Docampadó, Capiro, Ordó, Sirivi, Dotendó, Usaraga, Baudó, Piliza, Catipre, Virudo, Coquí, Nuquí, Tribugá, Chori, el Valle, Huaca, Abega, Cupica, Changuera, Borojó, Curiche, Putumía, Juradó y demás cauces

menores que drenan directamente al Océano Pacífico, b) las bocanillas de los ríos Atrato, Acandí y Tolo que pertenecen a la vertiente del Caribe.

3. Zonas Rurales Ribereñas: Son los terrenos aledaños a las bocanillas de los ríos señalados en el numeral anterior que están dentro o fuera de los perímetros urbanos definidos por los Concejos Municipales de los municipios del área en consideración, de acuerdo con lo dispuesto en el Código del Régimen Municipal (Decreto 1333 de 1986), y en las normas que lo adicionen, desarrollen o reformen, y en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico y aquellas ubicadas en las áreas de que trata el inciso segundo del Artículo 10. de la presente ley que vienen ocupando de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción.

4. Tierras Baldías. Son los terrenos situados dentro de los límites del territorio nacional que pertenecen al Estado y que carecen de otro dueño, y los que, habiendo sido adjudicados con ese carácter, deban volver a dominio del Estado, de acuerdo con lo que dispone el Artículo 56 de la Ley 110 de 1913, y las normas que lo adicionen, desarrollen o reformen.

5. Comunidad Negra. Es el conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana que poseen una cultura propia, comparten una historia y tienen sus propias tradiciones y costumbres dentro de la relación campo-poblado, que revelan y conservan conciencia de identidad que las distinguen de otros grupos étnicos.

6. Ocupación Colectiva. Es el asentamiento histórico y ancestral de comunidades negras en tierras para su uso colectivo, que constituyen su hábitat, y sobre los cuales desarrollan en la actualidad sus prácticas tradicionales de producción.

7. Prácticas Tradicionales de Producción. Son las actividades y técnicas agrícolas, mineras, de extracción forestal, pecuarias, de caza, pesca y recolección de productos naturales en general, que han utilizado consuetudinariamente las comunidades negras para garantizar la conservación de la vida y el desarrollo autosostenible.

CAPITULO II PRINCIPIOS

ARTICULO 3. La presente ley se fundamenta en los siguientes principios:

1. El reconocimiento y la protección de la diversidad étnica y cultural y el derecho a la igualdad de todas las culturas que conforman la nacionalidad colombiana.
2. El respeto a la integridad y la dignidad de la vida cultural de las comunidades negras.
3. La participación de las comunidades negras y sus organizaciones sin detrimento de su autonomía, en las decisiones que las afectan y en las de toda la Nación en pie de igualdad, de conformidad con la ley.
4. La protección del medio ambiente atendiendo a las relaciones establecidas por las comunidades negras con la naturaleza.

CAPITULO III RECONOCIMIENTO DEL DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA

ARTICULO 4. El Estado adjudicará a las comunidades negras de que trata esta ley la propiedad colectiva sobre las áreas que, de conformidad con las definiciones contenidas en el Artículo 2o, comprenden las tierras baldías de las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico y aquellas ubicadas en las áreas de que trata el inciso segundo del Artículo 10. de la presente ley que vienen ocupando de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción. Los terrenos respecto de los cuales se determine el derecho a la propiedad colectiva se denominarán para todos los efectos legales "Tierras de las Comunidades Negras".

ARTICULO 5. Para recibir en propiedad colectiva las tierras adjudicables, cada comunidad formará un Consejo Comunitario como forma de administración interna, cuyos requisitos determinará el reglamento que expida el Gobierno Nacional.

Además de las que prevea el reglamento, son funciones de los Consejos Comunitarios: delimitar y asignar áreas al interior de las tierras adjudicadas; velar por la conservación y protección de los derechos de la propiedad colectiva; la preservación de la identidad cultural, el aprovechamiento y la conservación de los recursos naturales; escoger al representante legal de la respectiva comunidad en cuanto persona jurídica, y hacer de amigables compositores en los conflictos internos factibles de conciliación.

ARTICULO 6. Salvo los suelos y los bosques, las adjudicaciones colectivas que se hagan conforme a esta ley, no comprenden:

- a. El dominio sobre los bienes de uso público.
- b. Las áreas urbanas de los municipios.
- c. Los recursos naturales renovables y no renovables.
- d. Las tierras de resguardos indígenas legalmente constituidos.
- e. El subsuelo y los predios rurales en los cuales se acredite propiedad particular conforme a la Ley 200 de 1936.
- f. Las áreas reservadas para la seguridad y defensa nacional.
- g. Áreas del sistema de Parques Nacionales.

Con respecto a los suelos y los bosques incluidos en la titulación colectiva, la propiedad se ejercerá en función social y le es inherente una función ecológica. En consecuencia, para el uso de estos recursos se tendrá en cuenta lo siguiente:

- a. tanto el uso de los bosques que se ejerza por ministerio de ley, como los aprovechamientos forestales con fines

ARTICULO 4. El Estado adjudicará a las comunidades negras de que trata esta ley la propiedad colectiva sobre las áreas que, de conformidad con las definiciones contenidas en el Artículo 2o, comprenden las tierras baldías de las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico y aquellas ubicadas en las áreas de que trata el inciso segundo del Artículo 10. de la presente ley que vienen ocupando de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción. Los terrenos respecto de los cuales se determine el derecho a la propiedad colectiva se denominarán para todos los efectos legales "Tierras de las Comunidades Negras".

AR con amb ecc col de col. res

A o e a l r e

ARTICULO 24. La entidad administradora de los recursos naturales renovables reglamentará concertadamente con las comunidades negras el uso colectivo de áreas del bosque a que se refiere la presente ley, para el aprovechamiento forestal persistente.

Para efectos del aprovechamiento, el procesamiento o la comercialización de los productos forestales que se obtengan en desarrollo de la concesión forestal, la comunidad concesionaria podrá entrar en asociación con entidades públicas o privadas.

El Estado garantizará y facilitará la capacitación de los integrantes de las comunidades concesionarias en las prácticas y técnicas adecuadas para cada etapa del proceso de producción para asegurar el éxito económico y el desarrollo sustentable de los integrantes y de la región.

Para todos los efectos de explotación de los recursos forestales que contempla este artículo se priorizarán las propuestas de las gentes comunidades negras de conformidad con el Artículo 13 de la Constitución.

ARTICULO 25. En áreas adjudicadas colectivamente a las comunidades negras, en las cuales en el futuro la autoridad ambiental considere necesaria la protección de especies, ecosistemas o biomas, por su significación ecológica, se constituirán reservas naturales especiales en cuya delimitación, conservación y manejo participarán las comunidades y las autoridades locales. Además, se aplicará lo dispuesto en el artículo 51 de esta ley. El Gobierno reglamentará lo dispuesto en el presente artículo.

CAPITULO V RECURSOS MINEROS

ARTICULO 26. El Ministerio de Minas y Energía de oficio o a petición de las comunidades negras de que trata esta ley, podrá señalar y delimitar en las áreas adjudicadas a ellos zonas mineras de comunidades negras en las cuales la exploración y la explotación de los recursos naturales no renovables deberá realizarse bajo condiciones técnicas especiales sobre protección y participación de tales comunidades negras, con el fin de preservar sus especiales características culturales y económicas, sin perjuicio de los derechos adquiridos o constituidos a favor de terceros.

ARTICULO 27. Las comunidades negras de que trata la presente ley gozarán del derecho de prelación para que el Gobierno, a través del Ministerio de Minas y Energía, les otorgue licencia especial de exploración y explotación en zonas mineras de comunidades negras sobre los recursos naturales no renovables tradicionalmente aprovechados por tales comunidades. Sin embargo, la licencia especial, podrá

comprender otros minerales con excepción del carbón, minerales radioactivos, sales e hidrocarburos.

ARTICULO 28. Si existieren áreas susceptibles de ser declaradas zonas mineras indígenas y a su vez zonas mineras de comunidades negras, el Ministerio de Minas y Energía podrá declarar dichas zonas como Zonas Mineras Conjuntas, en las cuales el desarrollo de actividades se realizará de común acuerdo entre los dos grupos étnicos y gozarán de los mismos derechos y obligaciones.

ARTICULO 29. Los usos mineros se ejercerán previniendo y controlando los factores de deterioro ambiental que puedan derivarse de esa actividad sobre la salud humana, los recursos hidrobiológicos, la fauna y demás recursos naturales renovables relacionados.

ARTICULO 30. Las comunidades negras a que se refiere esta ley podrán acudir a los mecanismos e instituciones de control y vigilancia ciudadanos sobre los contratos de explotación minera, en los términos previstos en el estatuto general de contratación de la administración pública, en la ley estatutaria de mecanismos e instituciones de participación ciudadana, y en las normas que los modifiquen o sustituyan.

ARTICULO 31. Para efecto de lo consagrado en los artículos anteriores, el Gobierno reglamentará los requisitos y demás condiciones necesarias para su efectiva aplicación, de acuerdo con las normas mineras vigentes.

CAPITULO VI MECANISMOS PARA LA PROTECCION Y DESARROLLO DE LOS DERECHOS Y DE LA IDENTIDAD CULTURAL

ARTICULO 32. El Estado colombiano reconoce y garantiza a las comunidades negras el derecho a un proceso educativo acorde con sus necesidades y aspiraciones etnoculturales. La autoridad competente adoptará las medidas necesarias para que en cada uno de los niveles educativos, los currículos se adapten a esta disposición.

ARTICULO 33. El Estado sancionará y evitará todo acto de intimidación, segregación, discriminación o racismo contra las comunidades negras en los distintos espacios sociales, de la administración pública en sus altos niveles decisorios y en especial en los medios masivos de comunicación y en el sistema educativo, y velará para que se ejerzan los principios de igualdad y respeto de la diversidad étnica y cultural.

Para estos propósitos, las autoridades competentes aplicarán las sanciones que le corresponden de conformidad con lo establecido en el Código Nacional de Policía, en las disposiciones que regulen los medios masivos de comunicación y el sistema educativo, y en las demás normas que le sean aplicables.

ARTICULO 34. La educación para las comunidades negras debe tener en cuenta el medio ambiente, el proceso productivo y toda la vida social y cultural de estas comunidades. En consecuencia, los programas curriculares asegurarán y reflejarán el respeto y el fomento de su patrimonio económico, natural, cultural y social, sus valores artísticos, sus medios de expresión y sus creencias religiosas. Los currículos deben partir de la cultura de las comunidades negras para desarrollar las diferentes actividades y destrezas en los individuos y en el grupo, necesarios para desenvolverse en su medio social.

ARTICULO 35. Los programas y los servicios de educación destinados por el Estado a las comunidades negras deben desarrollarse y aplicarse en cooperación con ellas, a fin de responder a sus necesidades particulares y deben abarcar su historia, sus conocimientos y técnicas, sus sistemas de valores, sus formas lingüísticas y dialectales y todas sus demás aspiraciones sociales, económicas y culturales. El Estado debe reconocer y garantizar el derecho de las comunidades negras a crear sus propias instituciones de educación y comunicación, siempre que tales instituciones satisfagan las normas establecidas por la autoridad competente.

ARTICULO 36. La educación para las comunidades negras debe desarrollar conocimientos generales y aptitudes que les ayuden a participar plenamente y en condiciones de igualdad en la vida de su propia comunidad y en la de la comunidad nacional.

ARTICULO 37. El Estado debe adoptar medidas que permitan a las comunidades negras conocer sus derechos y obligaciones, especialmente en lo que atañe al trabajo, a las posibilidades económicas, a la educación y la salud, a los servicios sociales y a los derechos que surjan de la Constitución y las Leyes.

A tal fin, se recurrirá, si fuere necesario, a traducciones escritas y a la utilización de los medios de comunicación en las lenguas de las comunidades negras.

ARTICULO 38. Los miembros de las comunidades negras deben disponer de medios de formación técnica, tecnológica y profesional que los ubiquen en condiciones de igualdad con los demás ciudadanos. El Estado debe tomar medidas para permitir el acceso y

promover la participación de las comunidades negras en programas de formación técnica, tecnológica y profesional de aplicación general.

Estos programas especiales de formación deberán basarse en el entorno económico, las condiciones sociales y culturales y las necesidades concretas de las comunidades negras. Todo estudio a este respecto deberá realizarse en cooperación con las comunidades negras, las cuales serán consultadas sobre la organización y funcionamiento de tales programas. Estas comunidades asumirán progresivamente la responsabilidad de la organización y el funcionamiento de tales programas especiales de formación.

ARTICULO 39. El Estado velará para que en el sistema nacional educativo se conozca y se difunda el conocimiento de las prácticas culturales propias de las comunidades negras y sus aportes a la historia y a la cultura colombiana, a fin de que ofrezcan una información equitativa y formativa de las sociedades y culturas de estas comunidades.

En las áreas de sociales de los diferentes niveles educativos se incluirá la cátedra de estudios afrocolombianos conforme con los currículos correspondientes.

ARTICULO 40. El Gobierno destinará las partidas presupuestales para garantizar mayores oportunidades de acceso a la educación superior a los miembros de las comunidades negras.

Así mismo, diseñará mecanismos de fomento para la capacitación técnica, tecnológica y superior, con destino a las comunidades negras en los distintos niveles de capacitación. Para este efecto, se creará, entre otros, un fondo especial de becas para educación superior, administrado por el ICETEX, destinado a estudiantes en las comunidades negras de escasos recursos y que se destaquen por su desempeño académico.

ARTICULO 41. El Estado apoyará mediante la destinación de los recursos necesarios, los procesos organizativos de las comunidades negras con el fin de recuperar, preservar y desarrollar su identidad cultural.

ARTICULO 42. El Ministerio de Educación formulará y ejecutará una política de etnoeducación para las comunidades negras y creará una comisión pedagógica, que asesorará dicha política con representantes de las comunidades.

ARTICULO 43. De conformidad con lo previsto en el ordinal 10 del artículo 150 de la Constitución Política, revístese al Presidente de la República de facultades extraordinarias para que, dentro del término de tres (3) meses contados a partir de la vigencia de la presente ley,

reestructure el Instituto Colombiano de Antropología -ICAN-, Unidad Administrativa Especial adscrita a COLCULTURA, con el propósito de que incorpore dentro de sus estatutos básicos, funciones y organización interna los mecanismos necesarios para promover y realizar programas de investigación de la cultura afrocolombiana, a fin de que contribuya efectivamente en la preservación y el desarrollo de la identidad cultural de las comunidades negras.

Créase una Comisión Asesora que conceptuará sobre el proyecto de decreto que el Gobierno someterá a su estudio, y que estará integrada por tres (3) representantes a la Cámara y dos (2) Senadores escogidos por sus Mesas Directivas y un (1) antropólogo propuesto por la misma Comisión.

ARTICULO 44. Como un mecanismo de protección de la identidad cultural, las comunidades negras participarán en el diseño, elaboración y evaluación de los estudios de impacto ambiental, socio-económico y cultural, que se realicen sobre los proyectos que se pretendan adelantar en las áreas a que se refiere esta ley.

ARTICULO 45. El Gobierno Nacional conformará una Comisión Consultiva de alto nivel, con la participación de representantes de las comunidades negras de Antioquia, Valle, Cauca, Chocó, Nariño, Costa Atlántica y demás regiones del país a que se refiere esta ley y de raizales de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, para el seguimiento de lo dispuesto en la presente ley.

ARTICULO 46. Los Consejos Comunitarios podrán designar por consenso los representantes de los beneficiarios de esta ley para los efectos que se requiera.

CAPITULO VII PLANEACIÓN Y FOMENTO DEL DESARROLLO ECONOMICO Y SOCIAL

ARTICULO 47. El Estado adoptará medidas para garantizarle a las comunidades negras de que trata esta ley el derecho a desarrollarse económica y socialmente atendiendo los elementos de su cultura autónoma.

ARTICULO 48. Las comunidades negras de que trata la presente ley participarán mediante un representante nombrado por el Gobierno de una terna que ellas presenten, en el Consejo Nacional de Planeación creado por el Artículo 340 de la Constitución Nacional. Igualmente, se dará representación equitativa a las comunidades negras a que se refiere la presente ley en los correspondientes Consejos Territoriales de Planeación, de acuerdo a los procedimientos definidos en la Ley Orgánica de Planeación.

ARTICULO 49. El diseño, ejecución y coordinación de los planes, programas y proyectos de desarrollo económico y social que adelante el gobierno y la Cooperación Técnica Internacional para beneficio de las comunidades negras de que trata esta ley, deberá hacerse con la participación de los representantes de tales comunidades, a fin de que respondan a sus necesidades particulares, a la preservación del medio ambiente, a la conservación y cualificación de sus prácticas tradicionales de producción, a la erradicación de la pobreza y al respeto y reconocimiento de su vida social y cultural. Estos planes, programas y proyectos deberán reflejar las aspiraciones de las comunidades negras, en materia de desarrollo.

PARAGRAFO. Las inversiones que adelanten el sector privado en áreas que afecten a las comunidades negras de que trata esta ley deberán respetar el ambiente, el interés social y el patrimonio cultural de la Nación.

ARTICULO 50. El Gobierno fomentará y financiará actividades de investigación orientadas a la promoción de los recursos humanos y al estudio de las realidades y potencialidades de las comunidades negras, de manera que se facilite su desarrollo económico y social. Así mismo, propiciará la participación de estas comunidades en los procesos de planeación, coordinación, ejecución y evaluación de dichas investigaciones.

ARTICULO 51. Las entidades del Estado en concertación con las comunidades negras, adelantarán actividades de investigación, capacitación, fomento, extensión y transferencia de tecnologías apropiadas para el aprovechamiento ecológico, cultural, social y económicamente sustentable de los recursos naturales, a fin de fortalecer su patrimonio económico y cultural.

ARTICULO 52. El Gobierno Nacional diseñará mecanismos especiales financieros y crediticios que permitan a las comunidades negras la creación de formas asociativas y solidarias de producción para el aprovechamiento sostenido de sus recursos y para que participen en condiciones de equidad en las asociaciones empresariales que con particulares puedan conformar dichas comunidades. Para efectos del estimativo de este aporte y para garantizar los créditos, se podrá tener en cuenta el valor de los bienes que se autoriza aprovechar.

ARTICULO 53. En las áreas de amortiguación del Sistema de Parques Nacionales ubicados en las zonas objeto de esta ley se desarrollarán, conjuntamente con las comunidades negras, modelos apropiados de producción, estableciendo

estímulos económicos y condiciones especiales para acceder al crédito y capacitación.

Igualmente en coordinación con las comunidades locales y sus organizaciones, se desarrollarán mecanismos para estimular la adopción o prosecución de prácticas ambientalmente insostenibles.

ARTICULO 54. El Gobierno Nacional diseñará mecanismos adecuados para las comunidades negras o integrantes de ellas que hayan desarrollado variedades vegetales o conocimientos con respecto al uso medicinal, alimenticio, artesanal o industrial de animales o plantas de su medio natural, sean reconocidos como obtentores, en el primer caso, y obtengan, en el segundo, beneficios económicos, en cuanto otras personas naturales o jurídicas desarrollen productos para el mercado nacional o internacional.

ARTICULO 55. El Gobierno adecuará los programas de crédito y asistencia técnica a las particulares condiciones socioeconómicas y ambientales de las comunidades negras objeto de esta ley.

ARTICULO 56. Las Corporaciones Autónomas Regionales que tengan jurisdicción sobre las áreas donde se adjudiquen las propiedades colectivas a las comunidades negras de que trata el Artículo Transitorio 55 de la Constitución, tendrán un (1) representante de esas comunidades en sus consejos directivos en los términos que defina el reglamento que expida el Gobierno Nacional.

ARTICULO 57. El Gobierno Nacional creará una comisión de estudios para la formulación de un plan de desarrollo de las comunidades negras. Esta comisión comenzará a operar una vez sea elegido el Presidente de la República y hasta la aprobación del Plan Nacional de Desarrollo en el CONPES. Este plan propondrá las políticas de largo plazo y será el marco de referencia para que las políticas del Plan Nacional de Desarrollo respeten la diversidad étnica de la Nación y promuevan el desarrollo sostenible de esas comunidades de acuerdo a la visión que ellas tengan del mismo.

Esta será una comisión técnica con amplio conocimiento de las realidades de las comunidades negras y para su conformación se tendrá en cuenta las propuestas de las comunidades negras. El Departamento Nacional de Planeación será responsable de financiar los gastos para su cabal funcionamiento.

ARTICULO 58. En los fondos estatales de inversión social habrá una unidad de gestión de proyectos para apoyar a las comunidades negras en los procesos de capacitación, identificación, formulación, ejecución y evaluación de proyectos. Para su conformación se consultará a las comunidades beneficiarias de esta ley.

ARTICULO 59. Las cuencas hidrográficas en que se asienten las comunidades negras beneficiarias de la titulación colectiva se constituirán en unidades para efectos de la planeación del uso y aprovechamiento de los recursos naturales conforme a reglamentación que expida el Gobierno Nacional.

CAPITULO VIII

DISPOSICIONES FINALES

ARTICULO 60. La reglamentación de la presente ley se hará teniendo en cuenta las recomendaciones de las comunidades negras beneficiarias de ella, a través de la comisión consultiva a que se refiere la presente ley.

ARTICULO 61. El Gobierno apropiará los recursos necesarios para la ejecución de la presente ley.

ARTICULO 62. Dentro del año siguiente a la vigencia de la presente ley, el Gobierno Nacional destinará las partidas presupuestales necesarias para la puesta en marcha de la Universidad del Pacífico creada mediante la ley 65 del 14 de Diciembre de 1988.

ARTICULO 63. Dentro de los dos años siguientes a la vigencia de la presente ley el Gobierno Nacional apropiará los recursos necesarios para la construcción de la carretera que une los Departamentos del Valle del Cauca y el Huila, entre los Municipios de Palmira y Palermo. Así mismo se destinarán los recursos necesarios para la terminación de la carretera Panamericana en su último tramo en el departamento del Chocó.

ARTICULO 64. El Gobierno Nacional podrá hacer los traslados presupuestales y para negociar los empréstitos que sean necesarios para el cumplimiento de esta ley.

ARTICULO 65. Dentro de los dos años siguientes a la vigencia de la presente ley el Gobierno Nacional apropiará los recursos necesarios para la construcción de la vía fluvial del Baudó hasta Pizarro, la vía fluvial de Buenaventura hasta Tumaco pasando por Puerto Merizalde y Guapi de acuerdo a los proyectos presentados por el Pladecicop.

ARTICULO 66. De conformidad con el Artículo 176 de la Constitución Nacional, establécese la circunscripción especial para elegir dos (2) miembros de las comunidades negras del país asegurando así su participación en la Cámara de Representantes.

**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
E GUIA DE OBSERVAÇÃO/EVENTOS**

ANEXO II

**GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA A LAS ORGANIZACIONES DE
AFRODESCENDIENTES: COCOCAUCA E ASOCONEGUA
GUAPI – DEPARTAMENTO DEL CAUCA
LITORAL DEL PACIFICO**

Propósito: Conocer la concepción que tienen sobre la etnoeducación con comunidades afrodescendientes; cómo se contruye la relación entre o Estado y las organizaciones afrodescendientes, en el ámbito de la definición e implementación de la política etnoeducativa; conocer las prácticas pedagógicas realizadas por las organizaciones con las comunidades en materia etnoeducativa.

Preguntas sobre etnoeducación

1. Qué concepto Uds. tienen sobre la etnoeducación?
2. Qué contenidos contempla la enseñanza etnoeducativa que se realiza con las comunidades afrodescendientes del litoral del pacífico?
3. Qué tipo de materiales se han diseñado para la enseñanza de la etnoeducación con comunidades afro. del litoral del pacífico?
4. Cuáles son las estrategias pedagógicas que se vienen utilizando para transmitir el contenido en etnoeducación con las comunidades afro?
5. Cuáles son los recursos humanos que Uds. consideran fundamentales para el desarrollo de la etnoeducación?
6. Cómo vienen participando las comunidades afro del litoral pacífico caucano, en la implementación de la política etnoeducativa?
7. Qué tipo de capacitación han recibido Uds. al respecto de la etnoeducación?
- 8.Cuál es la diferencia entre la formación etnoeducativa y la educación tradicional?

**PREGUNTAS DIRIGIDAS A LOS LIDERES COMUNITARIOS
SOBRE LA RELACION ENTRE EL GOBIERNO Y LAS ORGANIZACIONES
AFRODESCENDIENTES, EN LA DEFINICION Y LA IMPLEMENTACION DE LA
ETNOEDUCACION**

1. Cómo Ud. ve la participación del gobierno y de la sociedad civil en la implementación de la política etnoeducativa en el litoral del pacífico caucano?
2. Cómo se da la relación entre Uds. como comunidad y las instituciones del gobierno?
3. Qué tipo de programas viene desarrollando el gobierno al respecto de la etnoeducación y cómo participan Uds. en estos programas?
4. Qué materiales se han producido en conjunto con el gobierno para la enseñanza etnoeducativa con las comunidades afrodescendientes?
5. En el desarrollo de la política etnoeducativa, qué convenios u acuerdos se han establecido con el Ministerio de Educación Nacional –MEN- u otras instituciones estatales?
6. Uds. como comunidad cómo participan en la planeación de programas y actividades etnoeducativas con el gobierno?
7. Esas actividades dónde se realizan?
8. Cómo ven su participación de Uds. en esta planeación?
9. Uds. qué encuentran de positivo en la participación del gobierno para la implementación de la etnoeducación en el litoral pacífico caucano?
10. Uds. qué encuentran de negativo en la participación del gobierno para la implementación de la etnoeducación en el litoral pacífico caucano?
11. La actual implementación de la etnoeducación, de qué forma Uds. consideran que está ayudando en la reproducción de la cultura afrodescendiente?

12. Cuáles fueron los intereses que lo movilizaron para acompañar y participar del proceso etnoeducativo?
13. A qué factores Uds. atribuyen el estancamiento de la región del litoral del pacífico caucano?
14. En su calidad de líder comunitario, cuáles serían sus propuestas para mejorar las condiciones de vida de la región?

PREGUNTAS SOBRE LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS CON LAS COMUNIDADES AFRODESCENDIENTES

1. Qué prácticas concretas se vienen realizando con las comunidades afrodescendientes para la implementación de la etnoeducación?
2. Cómo se construye el conocimiento etnoeducativo con las comunidades afrodescendientes?
3. Cuáles son los aspectos de la cultura afro que se tienen en cuenta para la enseñanza etnoeducativa?
4. Qué programaciones se desarrollan con las comunidades afro en materia etnoeducativa?
5. Con cuáles grupos humanos del litoral pacífico se vienen desarrollando estas programaciones?
6. Qué subrayaría Ud. sobre este trabajo?
7. Cómo ve el futuro de la educación en las comunidades afro del litoral pacífico caucano?
8. Cuáles son los resultados con relación a las metas que Uds. tenían para alcanzar con las prácticas etnoeducativas que se están desarrollando en la región?

GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA A LOS PROFESORES DEL COLEGIO ETNOEDUCATIVO DE PUERTO SAIJA (MUNICIPIO DE TIMBIQUI)

Propósito: saber cuáles son las opiniones sobre etnoeducación y cuáles las planificaciones, programas y prácticas etnoeducativas que se están desarrollando con los estudiantes del colegio etnoeducativo.

1. Ud. qué entiende por etnoeducación?
2. Cuáles son las razones para la creación del colegio etnoeducativo en Puerto Saija?
3. Cuál es el contenido curricular que se está desarrollando en el Colegio?
4. Cuál es la formación pedagógica que recibió Ud. sobre etnoeducación?
5. Ud. considera que la etnoeducación está fortaleciendo la identidad cultural de los afrodescendientes, especialmente en su comunidad próxima: Puerto Saija?
6. Caso Ud. haya respondido afirmativamente la anterior pregunta, de qué forma se está fortaleciendo la identidad cultural?
7. Además del MEN, qué otras instituciones estatales participan en el proceso etnoeducativo del Colegio?
8. En su opinión, qué utilidad trajo para los educandos y para la comunidad el cambio de bachillerato clásico al bachillerato etnoeducativo?
9. En qué aspectos se diferencia la etnoeducación de la educación tradicional?
10. Ha recibido Ud. formación que lo cualifique para ser “etnoeducador”?

PREGUNTAS SOBRE LAS PRÁCTICAS ETNOEDUCATIVAS

1. Cuáles son las prácticas pedagógicas que Ud. realiza con los estudiantes del Colegio?
2. Qué actividades lúdicas, deportivas, culturales y sociales realizan en el Colegio?
3. Cómo se da la participación de la comunidad en estas actividades?
4. Cuáles son los valores que se están fortaleciendo a través de la enseñanza etnoeducativa?

5. Cuáles son las instituciones estadales que se han vinculado con el Colegio para la implementación de la política etnoeducativa?
6. Cómo vienen participando las organizaciones afro en el desarrollo de este proceso con el Colegio de Puerto Saija?
- 7.Cuál es la participación real de la comunidad en las actividades que realiza el Colegio?
8. Cómo se realiza esta participación de la comunidad?
9. Cuáles son los principales obstáculos que Uds. han tenido en esta experiencia de trabajo etnoeducativo?
10. Qué factores han facilitado el proceso?
11. Cuáles reconoce como los logros respecto del trabajo desarrollo con los estudiantes en el Colegio?
12. Cuáles reconoce como los logros respecto del trabajo desarrollo con los estudiantes en la comunidad?
13. En su calidad como docente, qué proyectos se ha propuesto para el futuro de la educación en Puerto Saija?
14. Resalte aquellas actividades que desarrolla el Colegio con la participación de la comunidad?
15. Qué materiales se han diseñado para la enseñanza etnoeducativa?
16. Qué otros materiales Ud. recibió del MEN para el trabajo etnoeducativo?
17. Qué tipo de recursos ha precisado Ud. para la implementación de la etnoeducación en Puerto Saija?

GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA A LOS ALUMNOS DEL COLEGIO ETNOEDUCATIVO DE PUERTO SAIJA

Propósito: Conocer las opiniones de los alumnos respecto a la etnoeducación, saber las actividades en las cuales participan e cuál la importancia que esta formación diferenciada esta teniendo para ellos?

PERGUNTAS

- 1.Cuál es el concepto que tienen sobre etnoeducación?
2. Qué están aprendiendo que reconozcan en el currículo como etnoeducación?
3. Cómo es un día de formación en el Colegio?
- 4.Cuál es la historia de la creación del Colegio Etnoeducativo?
5. Qué organizaciones comunitarias se han vinculado en el proceso etnoeducativo que adelanta el Colegio?

PREGUNTAS SOBRE LAS PRÁCTICAS ETNOEDUCATIVAS DE LOS ESTUDIANTES

1. Cuáles son las actividades lúdicas, deportivas, sociales y culturales que Uds. realizan en el Colegio?
2. En su comunidad, quiénes participan de estas actividades?
3. Cómo participan los padres de estas enseñanzas pedagógicas del Colegio?
4. Cómo participan las personas de la comunidad de estas enseñanzas pedagógicas del Colegio?
5. Además de los profesores, qué otras personas vienen colaborando en la enseñanza con los estudiantes del Colegio?
6. Cómo Ud. pone en práctica en su comunidad, los contenidos aprendidos en el Colegio?
7. Qué textos o materiales pedagógicos se están trabajando para el estudio etnoeducativo en el Colegio?
8. Qué tipo de materiales de han elaborado durante el desarrollo de este proceso para apoyar el trabajo etnoeducativo?

PREGUNTAS SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN ETNOEDUCATIVA

1. Qué importancia tiene para Ud. la etnoeducación?
2. Cuáles son sus aspiraciones con respecto al futuro?
3. Cuáles son sus intereses con relación a la formación etnoeducativa que Ud. recibe?
4. Cuáles son sus expectativas con su participación en este proceso?
5. En cuáles aspectos de su vida considera Ud. que o proceso de formación diferenciada (etnoeducación) le está ayudando a fortalecerse?

GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA A LOS MIEMBROS DE LAS COMUNIDADES DONDE SE ESTÁ IMPLEMENTANDO LA POLÍTICA ETNOEDUCATIVA

Propósito: Conocer la importancia que tiene la etnoeducación para ellos, así como saber cuáles son sus intereses y sus aspiraciones al respecto de este proceso de formación.

1. Qué importancia tiene para Ud. la etnoeducación?
2. Qué entiende Ud. por etnoeducación?
3. Cómo participa Ud en el proceso de enseñanza del Colegio?
4. En cuáles actividades específicas Ud. colabora con el Colegio?
5. Cuáles son las organizaciones comunitarias que se han vinculado con el trabajo educativo del Colegio?
6. Ud. participa en el planeamiento de las actividades educativas?
7. Qué beneficios trajo para la comunidad la enseñanza etnoeducativa?
8. Qué beneficios trajo para los estudiantes la enseñanza etnoeducativa?
9. De qué manera esta formación ha ayudado en el fortalecimiento de la identidad de las personas de la región?
10. En cuáles aspectos se diferencia la etnoeducación de la formación tradicional?
11. En su opinión, qué valores culturales se están fortaleciendo a través de la etnoeducación?

PREGUNTAS DIRIGIDAS A LOS PADRES DE FAMILIA O A LOS TUTORES DE LOS ESTUDIANTES DEL COLEGIO ETNOEDUCATIVO

1. Cuáles son sus intereses con relación a la formación que reciben sus hijos en el Colegio?
2. Cómo considera que o gobierno viene participando en la implementación de la etnoeducación?
3. Ud. ha recibido alguna capacitación al respecto de la etnoeducación?
4. En su opinión, que contenidos relacionados con a cultura de la región están aprendiendo los alumnos del Colegio?
5. De qué manera el tema de la etnoeducación y su implementación en el Colegio está incidiendo en la cultura afrodescendiente del litoral pacífico?
6. Encuentra que la enseñanza del Colegio tiene similitudes con la vida cotidiana de Puerto Saija?
7. Qué ideas tiene Ud. com relación al futuro educativo de su comunidad?
8. Ud. considera que la educación puede ayudar a mejorar las condiciones de vida de la comunidad?
9. De qué manera?

GUIA DE OBSERVACIÓN No. 1

Comunidad y Colegio de Puerto Saija (Timbiquí-Cauca)

Propósito: Observar las prácticas pedagógicas que se desarrollan en el Colegio, identificando cómo se traducen esas prácticas en el contenido escolar.

PAUTAS

1. Observar las actividades lúdicas, sociales, culturales y deportivas que se realizan en el Colegio y en las comunidades a partir de la propuesta etnoeducativa del Colegio.
2. Observar la participación de la comunidad en las acciones pedagógicas que planea el Colegio etnoeducativo.
3. Observar cómo se vinculan los líderes comunitarios en el proceso educativo que viene orientando el Colegio.
4. Identificar las concepciones que tienen las personas de la comunidad sobre la etnoeducación.
5. Observar las prácticas pedagógicas que realizan los estudiantes del Colegio
6. Observar los programas curriculares que se vienen desarrollando en las prácticas educativas de Puerto Saija.
7. Hacer notas de campo con expresiones que se escuchan alrededor de la formación que se imparte en el Colegio Etnoeducativo.
8. Identificar materiales escritos que se hayan diseñado en el curso de las prácticas pedagógicas del Colegio.
9. Conocer las estrategias pedagógicas usadas por los profesores del Colegio para la implementación de la política etnoeducativa.
10. Observar experiencias de trabajo en las cuales se vincula el Colegio y la comunidad.
11. Recuperar registros sobre las actividades cotidianas de las personas de Puerto Saija: trabajo, tiempo, lazer, etc.

GUIA DE OBSERVACIÓN No. 2

Organizaciones afrodescendientes localizadas en Guapi – COCOCAUCA y organizaciones adscritas a la Federación de Organizaciones Negras del Litoral del Pacífico Caucaño.

CUESTIONARIO

1. Observar el desarrollo de programaciones que realiza el Comité de Etnoeducación
2. Observar materiales que se están construyendo para la práctica etnoeducativa
3. Conocer cómo se socializa el contenido de etnoeducación con las comunidades
4. Construir registro sobre expresiones y frases que contengan maneras de pensar de los líderes de las Organizaciones Afrodescendientes con respecto a sus concepciones sobre la etnoeducación.
5. Participar y registrar contenidos de seminarios y cursos programados por los comités
6. Observar las funciones que desempeñan los miembros de las organizaciones afrodescendientes en Guapi.
7. Registrar la estructura organizativa de los grupos que orientan procesos en la región.
8. Conocer los materiales diseñados por el gobierno para la implementación de la etnoeducación en el Litoral del Pacífico.
9. Identificar quiénes participan en la definición de las acciones educativas a ser desarrolladas con las comunidades afro
10. Observar las estrategias y métodos pedagógicos implementados por los líderes en su trabajo etnoeducativo
11. Identificar cómo se construye el conocimiento etnoeducativo entre las instituciones del gobierno y las comunidades afro del Pacífico caucano
12. Observar la vida sociocultural de la comunidad de Guapi-Cauca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANGO, Jorge Ignacio. (1996) *El Territorio como Espaço real simbólico*. In. Revista Esteros N° 5. Ed. Endymion. P 65.
- ASHER, Kiran. 1995 *Construyendo Afro-colombia: Etnia y Territorio en el Pacífico Colombiano*. Investigación Etnográfica, Cali Fundación FES.
- BRAVO, P. Hernando. 1998. *Diversidade Cultural e Manglares del Pacífico Colombiano*. Santa fé de Bogotá: Impreandes.
- CABALLERO, Antonio. *Quince años de mal Agüero*. Medellín, Colombia: La Hoja Mes S.A, 1996
- CARDOSO, F. G. 1995. *Organizações das classes subalternas: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez,
- CONRAD, Robert Edgar. 1985. *Tumbeiros: O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CORAGGIO, José Luis. 1996. *Proposta do Banco Mundial para a Educação: Sentido oculto ou problema de concepção?*. In. TOMMASI, Livia de. JORGE, Mirian Warde. HADDAD, Sérgio (Org). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez.
- CORREIA, Severino. 1995. O contexto educacional e sua natureza seletiva e discriminatória.. In. *O Negro: Identidade e Cidadania*. Anais do IV Congresso Afro-brasileiro. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, , pp 76-78.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2000. *Contra corrente: ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez.
- CROSS, Cristian. 1995. *Hipótesis y Visión Sobre el Indígena en Colombia*. In, Revista Cambio 16 N° 100. Bogotá.
- DA MATTA, Roberto. 1997. *A Casa & A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DIAS, Edmundo. 1998. *Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. 1 (45-42) São Paulo.
- _____. *Cidadania e racionalidade de Classe*. Revista Universidade e Sociedade. (São Paulo), ano VI, 11 junho de 1996, p. 130-139.
- _____. *O Possível e o Necessário: As Estratégias das Esquerdas*. In. *Outubro*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. No. 03, 1999.
- ESCOBAR, Arturo e PEDROZA. 1996. *Pacífico: Desarrollo o diversidad? Estado, Capital y Movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Santafé de Bogotá. Ed. Cerec – Ecofondo.
- EVANGELISTA, João E. 1997. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez
- FLEURY, Sônia. 1994. *Estados Sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina*, Rio de Janeiro: Fiocruz,

- FRIEDEMANN, Nina S. de y Arocha, Jaime. 1986. *De sol a sol: Genesis, transformación y pesencia de los negros en Colombia*, Bogotá, planeta Editorial colombiana.
- GARCIA Canclini, Néstor. 1983. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GOHN, Maria da Gloria. 1997. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola
- GONZALEZ, Esperanza. 1995. *Manual sobre Participación para la Gestión Local*. Cali, editorial Gente Nueva, Bogotá, 1996.
- HERNANDEZ, P. Gabino y ORTIZ, J. Gonzalo. 1998. *Abolición de la esclavitud en Colombia, lei de manumisión de partos*, Cali, arte litográfica H. V.
- HERNANDEZ, P. Gabino y BIOJÓ, Luiz Antonio. 1998. *El negro en la historia de Colombia*, Cali, arte litográfica H. V.
- KLINGER, William. 1996. Comunidades Negras. Território y desarrollo. In *Revista esteros*. (Edição especial). Medellín. Ed. Endymion.
- LABURTHE TOIRA, Philippe e WARNIER, Jean -Pierre. 1997. *Etnologia – Antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes
- LERMA BALLESTEROS, Gloria Patricia. 1998. *Limites e possibilidades da lei de Comunidades Negras na Colômbia: (lei 70 de 1993)* Recife, Dissertação de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.
- LESSA, Sérgio. 1999. Notas de curso ministrado na UFPE sobre a categoria do trabalho.
- LONDOÑO, Fabio. 1997. *El Conflicto em las Tres Relaciones: Comunidad – Estado; Comunidad – Comunidad – Territorio; Comunidad – Comunidad*, Material Pedagógico Corporación ASDES, Apoyo WWF, Chocobiográfico – Colombia.
- LOUIS-JUSTE, Jean Anil. 1999. *Crise agrária e desenvolvimento de comunidade: as metamorfoses do movimento camponês no Haiti*. Recife:UFPE. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
- MARX, Karl. La cuestión judía. In. *Los anales franco – alemanes*. Barcelona (España): Ediciones Martínez Roca, S. A , 1970, pp. 223-257.
- MOTA, Ana Elizabete. 1995. *A Cidadania do Fordismo*. História & Perspectivas, (v.5). Uberlândia.
-
- _____. 1995. *Cultura da Crise e Seguridade Social. Um Estudo sobre as tendências de Previdência e da Assistência Social Brasileira nos Anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez.
- MOSQUERA, Juan de Dios. 1998. *La Etnoeducación Afrocolombiana*. Santa fé de Bogotá. Ed. Docentes.
- MUNANGA, Kabengele. 1995 Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In. *O Negro: Identidade e Cidadania*. Anais do IV Congresso Afro-brasileiro. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, , pp. 66-75.

- OLARTE, R. Oscar. 1996. *Sociedad y Ecosistemas en la llanura del Pacífico*. Cali, Colombia: Editores Olarte Ramirez.
- ORTIZ, Renato. 1985. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, editora brasiliense.
- OSPINA, Willian. 1999. *Las Auroras de Sangre*. Santa fé de Bogotá Colômbia: Editorial Norma, S. A,
- PEREZ CALLE, Francisco. (1993:151). El Plan Pacífico Hoy.: una caja de herramientas. *In: Colombia Pacífico*. Tomo I. Edit. Pablo Leiva., pp. 180-183.
- PULIDO CHÁVES, Orlando. 1987. Las Políticas culturales en Colombia. *In. Revista Educación y Cultura*, 12 (39) Bogotá, Servigraphic.
- QUINTAS Fatima. 1995 *O negro: identidade e cidadania*. Anais do IV Congresso Afor-brasileiro.- Recife: FUNDAJ, ED. Massangana, org. e apres.; V.2
- RIASCOS, Juan Carlos. La Esquina del Pacifico Suramericano, *In Revista Esteros* N ° 1, Bogotá : Ed. Endymion, 1993, P13.
- RODRIGUES, B. Carlos. 1981. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, No 20.
- ROSETO, Carlos. 1993. Las comunidades afroamericanas y la lucha por el territorio. *In: Revista Esteros*. n ° 1. Santa Fé de Bogotá- Colombia, pp. 28-32.
- _____ 1993. Reflexiones sobre el concepto de desarrollo entre comunidades negras. *In: Colombia Pacífico*. Tomo I. Edit. Pablo Leiva., pp. 180-183.
- RUBEN, Guillermo Raúl. 1984. *O que é nacionalidade*. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, No. 120.
- SALAZAR, Guillermo y GARRIDO, Isabel. 1991. *El sector educativo en el desarrollo integral del Litoral Pacífico*. Cali. Ed. Univalle.
- SAMPAIO, JR., P.S. A 1999. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestam Fernandes e Selso Furtado*. Petrópolis RJ: Vozes
- SANTOS, Milton. 1997. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-Científico informacional* São Paulo: Editora Hucitec, 3ª Edição
- SEMERARO, Giovanni. 1999 *Gramsci e a Sociedade Civil*, Petrópolis, Editora Vozes.
- SIMIONATTO, I. 1999?. O Social e o Político no pensamento de Gramsci. Disponível em: www.artnet.com.br/gramsci. Capturado em 15/10/1999.
- SODRÉ, Muniz. 1983. *A Verdade Seduzida. Por um Conceito de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. CODEDRI. R.
- 1999. *Claros e Escuros: Identidade, Povo e Midia no Brasil*. Petrópolis RJ. Editora Vozes.
- SOARES. Maria Cristina. 1997. *Ação da Cidadania: Uma análise de seus fundamentos teóricos*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em Serviço Social. .,
- TONET, Ivo. 1997. *Democracia ou Liberdade?*. Maceio: EDUFAL.
- VILLA, Willian. 1993. El Pacífico Colombiano. Políticas de Desarrollo. *In: Revista Esteros* n ° 1. Santa Fé de Bogotá-Colombia, pp. 15-27.

- WILLIAMS, Raimond. 1992. *Cultura*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ZAPATA, Olivella Manuel. 1994. *Integración y Mestizaje del Negro en Colombia*. Bogotá –Colombia
- ZULETA, Etanislao. 1995. *Educación y Democracia: Um Campo de Combate.*, Bogotá, Corporação Tercer Milenio.
- ZULUAGA, Francisco Uriel. 1994. Conformación de las sociedades negras del Pacifico. In. *Historia del Gran Cauca*. Santiago de Cali, Univalle.
- ZÚÑIGA, B. Luz Esperanza. 1993. *Las creencias religiosas y los valores culturales de jóvenes y mayores en Santa Rosa de Saija*, Medellín/ Colômbia, monografía apresentado a Universidade Pontificia Bolivariana.

BIOGRAFIA ESPECIFICA

ALMANAQUE ABRIL 2000 (170-2)

Archivo General de Indias. Santa Fé 994, Libro 11. Fols 20-22.

BIOPACIFICO, *Pedagogia para la Diversidad: Um reto del Pacifico Colombiano*, Documento. Ministério del Medio Ambiente, Santafé de Bogotá 1996

BIOPACIFICO – PNUD-GEF.- Col./1992-1997/G31.

CONSTITUCION POLITICA DE COLOMBIA, 1991.

CENASEL, 1987. Revista N ° 7. *Pensamiento y práctica pedagógica en Colombia*. Centro Educativo Nacional y de Asesorias sócio-económicas y laborales. Bogotá, pp. 18-44.

Decreto . 804 de 1995 ou Legislación de etnoeducación para grupos étnicos.

Decreto 1332. Sobre a criação da Comissão especial de Comunidades Negras.

Decreto 2248 de 22 de dezembro de 1995 , referido à criação da comissão consultiva de alto nivel

Decreto 2313 e 2314 de 13 de outubro de 1994, falam a respeito da criação de uma diretoria de assuntos para as comunidades afrocolombiana.

Decreto 2249 de 22 de dezembro de 1995, pelo qual se forma a comissão pedagógica de Comunidades Negras.

Educação e Cultura. Revista n ° 22. 1991. Santa Fé de Bogotá- Colombia.

Educação e Cultura. Revista n ° 5. 1985. Santa Fé de Bogotá- Colombia.

Ley 70 de 1993 ou *Lei de Comunidades Negras*.

Programa BID –PLAN PACÍFICO. *Memória de la jornada de trabajo de la comisión pedagógica de comunidades negras y el componente educativo del BID*. Cali: agosto 4-6 de 1997.

DEL VALLE ARANGO, Jorge Ignacio. 1996. El territorio como espacio real simbólico. *In. Revista Esteros*.

TELLEZ, Gustavo. 1985. Fines educativos, estrategias pedagógicas y conflicto social en Colombia, (1955-1985). *Educação e Cultura*. Revista n° 5. Santa Fé de Bogotá- Colombia, pp. 7-13.

Revista 100 días “Centro de Investigación y educación popular CINEP”, Santafé de Bogotá, dezembro 1999.

Revista. El educador frente al cambio. N° 29, 1996 .

DOAÇÃO / B. CENTRAL / UFPE

Liv

R\$ 50,00

Empenho nº IESE

Deptº BIBLIOTECA CENTRAL / PIU

39
795.c